

MESTRADO EM ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO SECUNDÁRIO

Ética e Profissão Docente – Os Dilemas Éticos

Rafaela Francisca Campos Cardoso

M

2017



Rafaela Francisca Campos Cardoso

Rafaela Francisca Campos Cardoso

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de Filosofia no Ensino Secundário

Orientada pela Professora Doutora Maria João Couto

Orientador de Estágio Professora Blandina Lopes

Supervisor de Estágio Professora Doutora Lúcia Pires

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Novembro, 2017

Ética e Profissão Docente – Os Dilemas Éticos

Rafaela Francisca Campos Cardoso

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de Filosofia no Ensino Secundário

Orientada pela Professora Doutora Maria João Couto

Orientador de Estágio Professora Blandina Lopes

Supervisor de Estágio Professora Doutora Lúcia Pires

Membros do Júri

Professor Doutor Paulo Jorge Pereira Tunhas

Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Joaquim José Jacinto Escola

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Professora Doutora Maria João Couto

Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Classificação obtida: 13 Valores

*Aos pilares da minha vida:
os meus queridos pais,
a minha irmã, os meus avós e o
meu melhor amigo e namorado Diogo.*

Sumário

Agradecimentos

Resumo.....	11
Abstract.....	12
Introdução.....	13

I- Enquadramento Teórico

1. Capítulo 1 – A ética como disciplina filosófica.....	15
1.1 A ética na sociedade ocidental contemporânea.....	15
1.2 Os contributos dos clássicos.....	24
2. Capítulo 2 – A ética prática e os dilemas éticos.....	44

II – Parte Prática

1. Capítulo 1 – Enquadramento da proposta de prática docente: a exploração de dilemas éticos em contexto sala de aula.....	56
1.1 Enquadramento curricular.....	56
2. Relação da ação com as Finalidades do Programa de Filosofia.....	57
3. Descrição dos objetivos relativos à proposta de prática docente.....	61
3.1 Metodologia proposta na realização da presente proposta prática docente.....	61
4. Decisões/Atitudes baseadas nos resultados da investigação proposta.....	62
4.1 Os dilemas éticos em contexto sala de aula.....	63
4.2 Considerações gerais sobre a ação.....	66

Considerações finais.....	68
Referências Bibliográficas.....	70
Anexos.....	73

Agradecimentos

O presente Relatório de Estágio, enquanto resultado de uma investigação que surge do contexto da inscrição do Mestrado em Ensino de Filosofia no Ensino Secundário na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, não podia não conter o maior dos agradecimentos dirigido à Professora Doutora Maria João Couto. Além de um ser humano brilhante é, na mesma proporção, uma professora que nunca mais se consegue esquecer. Os valores que transmite são das mais belas lições que podemos levar quando abandonamos uma instituição de ensino. Por isso e por tudo o que não é tão pouco expressável, o meu maior obrigada.

Para o nosso sucesso na iniciação profissional muito contribuiu a Professora Lúcia Pires a quem agradeço o rigor e a verdade com que sempre se dirigiu a nós e ao nosso trabalho e que, por isso, em muito contribuiu para a nossa formação enquanto futuros professores. De forma especial dirijo-me, também, à Professora Blandina Lopes da Escola Secundária Aurélia de Sousa onde decorreu o nosso Estágio. Agradeço-lhe a disponibilidade, os ensinamentos e é, ainda, meu desejo reforçar o privilégio que foi vê-la a ensinar. Obrigada, professora Blandina.

Acredito que nada teria sido possível sem amizade da Maria Pontes e da Joana Ribeiro, colegas de turma, de estágio e da vida. Elas acolheram-me numa cidade em que tudo me era estranho aos olhos e ao coração, têm a minha gratidão e o meu amor.

Por fim, fora da instituição, mas que em muito contribuíram para o sucesso do meu desenvolvimento no interior da mesma quero agradecer ao Avelino Pontes e à Maria José Pacheco, pais da minha amiga Maria, por me abrirem a porta da sua casa e, em particular, dos seus corações.

Posto isto, é meu desejo agradecer a todos os professores e colegas com que me cruzei e que me fizeram, cada um à sua maneira, persistir neste sonho: o de ser professora. Ainda um agradecimento especial a esta instituição de ensino que é a Faculdade de Letras da Universidade do Porto por nos revelar que o esforço e a dedicação são a chave possível para alcançarmos o sucesso.

A nível pessoal, sem os quem nada teria sido possível, agradeço aos meus pais e em especial à minha irmã porque nunca permitiram que eu olhasse para trás, lembrando-me sempre daquilo de que a vida deve ser feita, de princípios, de trabalho, de justiça e de amor: o meu

coração é eternamente vosso. Aos meus avós agradeço a demonstração de honestidade e carinho mais bonita que já conheci. A ti, Diogo o meu obrigada por esse sentido de proteção, de cuidado e admiração que desde o começo desta viagem tens para comigo. És um grande Homem, o meu obrigada.

Por último mas não menos importante, quero ainda, deixar uma palavra dirigida ao meu tio António e ele sabe o porquê, ele que nesta luta que juntos travamos me demonstrou que somos sempre capazes de vencer. Porque somos!

A todos, por me serem tanto e me fazerem querer ser nessa mesma medida, o meu obrigada!

Resumo

Desenvolvido no contexto da iniciação à prática profissional do Mestrado em Ensino de Filosofia, o presente trabalho centra-se no âmbito da didática de ensino de filosofia, nomeadamente na promoção de estratégias que promovam uma aprendizagem do domínio ético através de atividades que permitam aos estudantes *reais experiencias filosóficas* em contexto escolar. Assim, desenvolvemos um conjunto de atividades em torno dos chamados dilemas éticos. Através da leitura, análise e discussão de dilemas éticos, pretendemos que os estudantes promovam as competências necessárias para lidarem com situações complexas, de elevada exigência de reflexão, autonomia e decisão, por forma a criarem um *mecanismo* de reflexão e ponderação que consigam transpor para situações recorrentes nas suas vidas.

Desta forma, procuramos responder a uma questão que nos importa particularmente: em que medida a Filosofia, enquanto disciplina do Ensino Secundário, pode contribuir para uma melhor gestão dos problemas com os quais os nossos estudantes se irão deparar ao longo da vida? De que forma podemos promover, junto dos adolescentes, o reconhecimento da pertinência da reflexão filosófica?

Por fim, sublinhamos a ideia de que ao pensarmos sobre os valores que nos impulsionam enquanto seres humanos estamos a fazer um exame rigoroso acerca da nossa conduta, o que resultará, numa melhoria das nossas ações, bem como dos nossos sentimentos – repensar o conhecimento com relação à *praxis*, numa tentativa de responder à problemática das finalidades que a existência, diariamente nos impõe.

Palavras-chave: Educação; Filosofia; Ensino; Ética.

Abstract

Developed in the context of the initiation to professional practice of the Master's Degree in Philosophy Teaching, the present work focuses on the didactics of philosophy teaching, namely in the promotion of strategies that promote a learning of the ethical domain through activities that allow the real students experiences in school context. Thus, we develop a set of activities around so-called ethical dilemmas. Through reading, analyzing and discussing ethical dilemmas, we want students to promote the skills needed to deal with complex situations, with a high demand for reflection, autonomy and decision, in order to create a reflection and pondering mechanism that they can transpose into situations their lives.

In this way, we seek to answer a question that is particularly important to us: to what extent can Philosophy, as a Secondary School discipline, contribute to a better management of the problems that our students will encounter throughout their lives? In what way can we promote, together with adolescents, the recognition of the pertinence of philosophical reflection?

Finally, we underline the idea that by thinking about the values that drive us as human beings we are making a rigorous examination of our conduct, which will result in an improvement of our actions as well as our feelings - rethinking the knowledge with respect to praxis, in an attempt to respond to the problematic of the purposes that daily existence imposes on us.

Keywords: *education, ethics, philosophy, teaching*

Introdução

A problemática central do presente relatório de estágio resulta de uma inquietação que emergiu no decurso do estágio profissional do Mestrado em Ensino de Filosofia no ensino secundário realizado na Escola Secundária Aurélia de Sousa, durante o ano letivo de 2015-2016.

Confrontados pela primeira vez com estudantes do ensino secundário, tornou-se imperioso clarificar a pertinência da presença da disciplina filosófica no plano curricular do ensino secundário, enquanto disciplina obrigatória. Claro que esta justificação não se coloca do lado de quem, como nós, sempre apreciou a filosofia e o seu exercício mas era necessário justificá-lo junto dos estudantes do ensino secundário, através do cumprimento das finalidades e objetivos enunciados no atual programa de filosofia para o ensino secundário, demonstrando a pertinência da Filosofia no quotidiano dos estudantes.

Por outro lado, no decorrer do estágio profissional foi-se consolidando a ideia da professora que desejávamos ser, das dimensões que tínhamos de desenvolver para conseguir *nascer* como docente e, mais importante, das estratégias de ensino-aprendizagem que teríamos de utilizar e das atividades que poderíamos criar para sensibilizar e estimular os nossos estudantes para a filosofia.

Foi assim que encontramos na dimensão ética o terreno próprio para inscrever as nossas inquietações e delinear o projeto de estágio do qual resultou o presente relatório. A dimensão ética encontra-se presente neste trabalho numa dupla orientação. Antes de mais, como a dimensão crucial da relação pedagógica. Claro que o professor deve ter uma preparação científica consistente numa determinada área de conhecimento mas se não tiver a devida sensibilidade e abertura ao outro não terá, certamente, a disponibilidade necessária para aceitar que a relação pedagógica é, principalmente, uma relação humana e, nesse sentido, aceitar a responsabilidade que a sua influência pode ter no outro e aceitar que pode, por sua vez, ser afetado por eles. A relação pedagógica, para ser uma verdadeira relação educativa, tem que assumir um *compromisso ético* que implique os professores com os seus alunos, com a comunidade escolar e com a sociedade em geral mas, e principalmente, consigo mesmo. Posteriormente, a presença da ética neste trabalho justifica-se por ser a disciplina filosófica que, ao refletir sobre a fundamentação ética do agir humano, vai elucidar os valores presentes na primeira, insistindo numa verdadeira articulação entre a teoria e a prática.

Assim, formalmente, este relatório estrutura-se em duas partes principais: na primeira parte são apresentados os fundamentos teóricos que subjazem a este trabalho e na segunda parte são apresentados os casos práticos.

A primeira parte é constituída por dois capítulos; no primeiro capítulo procuramos explicitar as principais características, evidenciadas por diferentes autores, da sociedade ocidental contemporânea. Contudo, na explicitação da configuração ética contemporânea não podemos deixar de considerar o contributo dos filósofos clássicos, destacando aqui o contributo de Aristóteles, Kant e S. Mill. A eleição destes autores foi claramente a sua referência no programa de filosofia do ensino secundário. Na segunda parte deste relatório - a ética prática e os dilemas éticos – dá-mos conta das atividades desenvolvidas em sala de aula, nomeadamente o trabalho que desenvolvemos com os alunos. Testemunhamos as virtualidades desta atividade na prossecução de diversas finalidades e objetivos presentes no Programa de Filosofia do Ensino Secundário, destacando a promoção das competências filosóficas de argumentação e problematização junto dos estudantes.

I – Parte Teórica

1. A ética como disciplina filosófica

1.1. A ética na sociedade ocidental contemporânea

É nos finais dos anos 60 e princípios de 70 do século anterior que a revolução tecnocientífica, o avanço das tecnologias, o aparecimento em massa de novos grupos culturais em defesa dos que consideravam ser os seus direitos, a crise económica, entre outros, fazem adivinhar a necessidade de repensar os princípios e valores que regem a sociedade ocidental. É, precisamente, neste cenário de desalento que as crenças que até aí suportavam as incertezas se começam abandonar, assistindo-se a um esvaziamento dos fundamentos tradicionais. O que vai resultar num individualismo que representa o vazio ético-moral realmente vivido. Assiste-se a um avanço incalculável das tecnologias que leva a questionar se o tecnicamente possível, será eticamente aceitável e é neste momento que já nos encontramos diante de um mundo globalizado, cada vez mais exigente e competitivo. É nesta era da globalização que passa haver mais informação do que verdadeiro conhecimento. Sendo, também em resultado disso, cada vez mais sentida a necessidade de uma consciência ética que tenha o Homem no centro das suas preocupações. Recordando, ainda, que desde sempre se procurou um fundamento que justificasse o agir humano, inicialmente com a resposta inscrita em Deus e mais tarde na Razão. Com a perda de uma crença absoluta, torna-se mas difícil discernir sobre o que é certo e o que é errado ou sobre o que é correto e o que é incorreto, justo ou injusto. Vemo-nos perante a urgência de uma decisão ética, o que se traduz pelo genuíno comprometimento com as boas intenções das nossas decisões. Há hoje uma procura incessante por um “norte” que leve uma sociedade esvaziada de esperança a bom porto. É em “jeito” de apelo a uma maior retidão das ações, no sentido de um olhar atento ao mundo que intervêm autores como os que, posteriormente, enunciaremos.

A ética, desde o seu reconhecimento, remonta a uma “(...) *articulação racional do bem*. Não do gosto, das inclinações, do prazer, mas do bem”¹. Na contemporaneidade, reina uma ausência desta “*articulação*”, assistimos ao invés disso a um “interesse próprio, o gosto, as inclinações - a cultura -, permanentemente contaminam, bloqueiam, filtram a expansão da visão ética”². E é neste sentido, na presença de uma sociedade competitiva e individualista que a ética apela a um compromisso pessoal. Recordando que para se formar o Homem em sentido ético, é necessária a presença de uma sociedade que aspire a esses mesmos princípios/preocupações: isto é, que se permita ser democraticamente justa.

É desde a idade moderna, quando Deus deixa de ser o fundamento absoluto das opções éticas que nos deparamos com a busca de novos fundamentos, do desejo de uma nova aproximação da ética

¹ Cunha, P. (1996). *Ética e Educação*. p. 17. Lisboa: Universidade Católica Editora.

² Idem, p. 20.

e de uma forma que a compreendamos como José Manuel dos Santos, no sentido de “fornecer uma orientação para a vida activa dos seres humanos. (...) O objectivo da ética não é conhecer o estado do mundo ou das coisas mas saber como viver ou como agir”³. O autor refere-se à ética como a *bússola* que nos orienta nos diversos contextos da vida ou, por outras palavras “indica modos privilegiados de optar e de agir”⁴ e, a par desta orientação, a ética justifica os seus modos de agir.

Permanecendo a época em que vivemos exposta a grandes inquietações pelos diversos problemas que hoje abarca, torna-se ainda mais claro que

“[o] agente necessita, portanto, de pontos de orientação, que lhe permitam encontrar um rumo, dirigir a sua vida num dado sentido, dito de outro modo, precisa de critérios de escolha que lhe permitam optar por determinadas acções em detrimento de outras”⁵.

A contemporaneidade reconhece-se na ausência destes critérios mas continua incessantemente na busca por um critério que, pelo menos, se aproxime da justa escolha. A perspetiva de Gilles Lipovetsky representa nitidamente esta descrença contemporânea nos valores éticos e uma preocupação para com a necessidade de um fundamento que “sirva” o agir humano. Autor francês reconhecido essencialmente como escritor, filósofo que se debruçou sobre o momento de ascensão do individualismo na sociedade pós-moderna, com a sua primeira obra de 1983 “A Era do Vazio”. Obra onde, essencialmente, está retratada a dificuldade do sentir (uma fuga constante dos sentimentos), questão esta que não surge por acaso e da qual Lipovetsky se ocupa.

No sentido em que a deterioração dos valores toma grandes proporções, o autor fala numa *personalização*, o que representa um “novo modo de a sociedade se organizar e se orientar, novo modo de gerir os comportamentos”⁶. Pelas palavras do próprio, há uma “indiferença pelos conteúdos”⁷, a sedução toma conta e é a arma do constante aumento de produção. Uma vez que “[a] sedução repercute-se na linguagem. Já não há surdos, cegos, coxos; estamos no tempo dos que ouvem mal, dos invisuais, dos deficientes; os velhos tornaram-se pessoas da terceira idade ou da quarta idade (...)”⁸, é esta linguagem disfarçada que parece combinar com esta pós-modernidade aos olhos de Lipovetsky.

É neste *enfraquecimento da sociedade*, dos costumes, do indivíduo de hoje que vive por “repetição” e a cultivar relações por objetivos que percebemos um fim do ser social pela primazia do individualismo. Daí o filósofo francês afirmar que “o deserto cresce, lemos nele ameaça absoluta a potência do negativo (...)”⁹, este *deserto* representa o isolamento e a indiferença desta era. Uma

³ Santos, M. (2012). *Introdução à Ética*. p. 32. Lisboa: Documenta.

⁴ Idem, p. 33.

⁵ Idem, p. 55.

⁶ Lipovetsky, G. (1983). *A Era do Vazio*. p. 8. Lisboa: Relógio D’Água.

⁷ Idem, p. 16.

⁸ Idem, p. 22.

⁹ Idem, p. 34.

“indiferença por excesso, não por defeito, por hiper-solicitação, não por privação”¹⁰, sendo uma indiferença que “(...) designa a apoteose do temporário e do secretismo individualista”¹¹.

Um fator que origina e impulsiona esta indiferença e esta ausência do ser e do sentir é o excesso de informação, de imaginação com que todos os dias nos cercam nos diversos meios da vida quotidiana. Assiste-se a um “processo de desafecção”¹² nas relações com o outro e nas próprias relações interiores onde, o que é feito, na sua maioria aparece como uma espetacularização de valores e o compromisso ético como forma de divertimento. Como ponto da situação, percebemos que a tese central do autor recai sobre as grandes alterações ocorridas na sociedade ocidental. Partindo deste completo afastamento do período disciplinar que se viveu até metade do século XX, estamos hoje diante da insensibilidade generalizada.

Por tudo o que temos vindo a referir, e sublinhando o título da obra “A Era do Vazio”, compreendemos que há uma perda efetiva de sentido. Desta forma é perceptível que esta sociedade do prazer efémero e do conforto esteja a esvaziar o sujeito dos valores outrora conquistados. O que resulta num mundo sem referências que afunda numa perda de sentido, como refere Lipovetsky. Representa a Pós-Modernidade, o arranque de uma época em que o “bem-estar”, traduzido em consumo, bem como do prazer que daí advém, é o que determina a vida das pessoas.

Uma outra autora, que na mesma linha de Lipovetsky, coloca estas questões no seio da contemporaneidade é Cristina Beckert, uma investigadora que, permanecendo atenta às questões éticas, reconhece a necessidade de imperiosa de analisar o seu alcance prático. Remeteremos adiante para um dos seus artigos, intitulado por “Do “Crepúsculo do Dever” à “Valsa das Éticas””, onde a autora introduz a seguinte questão: porque vivemos hoje uma crise de valores? Se, anteriormente, Lipovetsky o descreveu através das sociedades individualistas, Beckert não se afastará dessa realidade, desse “empobrecimento” do humanismo. Onde, como a própria refere “(...) [o] que sucede nos dias de hoje é uma clara dissociação entre a esfera individual e a universal, dando origem à crise simultânea da moral e da democracia”¹³ e isto porque, como anuncia Lipovetsky: temos uma “*democracia como demagogia e uma ética como hipocrisia*”¹⁴. O que resulta numa herança vazia, como a própria autora refere, que leva a que nos encontremos diante da

“(…) falta de referencias exteriores ao individuo, capazes de balizar a sua vida, que o lança no vazio e o torna presa fácil da eficácia retórica dos outros, nomeadamente dos meios de comunicação cujo artifício se resume na persuasão da possibilidade de conciliar prazer e dever ou de obter prazer no exercício do dever”¹⁵.

¹⁰ Idem, p. 38.

¹¹ Idem, p. 39.

¹² Idem, p. 45.

¹³ Beckert, C. – *Do “Crepúsculo do Dever” à “Valsa das Éticas”*. p. 6. Lisboa: Universidade de Lisboa.

¹⁴ Idem, p. 10.

¹⁵ Idem, p. 12.

Como havia dito Lipovestky, há um jogo de sedução em que o excesso disfarça a falta (pelo menos de uma forma aparente).

Estamos diante da “ausência de um fundamento único para a ação”¹⁶, o que leva à confusão entre a realidade e a aparência, isto é: o certo e o errado, o bom e o mau. Afinal, a própria filosofia adianta que a leitura (que designa de pessimista) lipovetskiana “é, como vimos, dominada pelo império da imagem pública, esvaziada de conteúdo”¹⁷. Em jeito de “combater” este enraizamento do supérfluo é importante relembrar a função ética e, para isso, transcrevemos as seguintes palavras:

“[n]este sentido, é precisamente porque se vive em democracia que não existem soluções definitivas para os problemas que a assolam, mas elas constroem-se a cada momento, tendo a ética a função prioritária de pôr em confronto as normas universais de conduta e os desejos e convicções individuais, responsabilizando cada um pelas decisões individuais e colectivas, pois as primeiras têm crescentes implicações nas segundas”¹⁸.

Desta forma, temos o Homem como árbitro, sendo o sentido da humanidade o fundamento do exercício ético. Mas “[u]ma ética humanitária, a ser possível, exige, não só tornar o outro análogo a mim (...), como tornar-me análogo a todo o outro, isto é, outro de mim”¹⁹, o que faria *renascer* uma ética da proximidade e do compromisso. Por esta razão, Cristina Beckert sublinha a relação necessária entre democracia e ética, dando consistência ao *compromisso dialógico* com vista à perda da hipocrisia ética que Lipovetsky denuncia. Por outro lado, Peter Singer, filósofo australiano, embora centrado no domínio da ética prática, isto é, na aplicação da ética a questões práticas, parece partilhar das mesmas preocupações.

Peter Singer, inconfundível pela sua audácia e pela sua escrita, começa a sua análise pela negativa, ou seja, começa por afirmar o que a ética não é, evidenciando quatro âmbitos que, apesar de parecer o contrário, não caracterizam a ética. A primeira é que a ética não se pode caracterizar por proibições ligadas ao sexo; a segunda é que a ética não pode ser vista como um sistema perfeito a nível teórico mas fracassado na prática; em terceiro é que a ética não pode ser restringida ao inteligível unicamente no contexto religioso e, por último, em quarto lugar, realça o facto de a ética não poder ser caracterizada como subjetiva ou relativa. Iremos ver como as questões enunciadas em segundo e em quarto lugares por este autor são de enorme importância para o presente trabalho. Posteriormente, Peter Singer fala sobre o que a ética é, considerando-a uma perspetiva, e tão-somente uma perspetiva que atribui à razão o papel mais importante das decisões éticas.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem, p. 14.

¹⁸ Idem, p. 15.

¹⁹ Idem, p. 17.

Desta forma, pela razão e pela argumentação podemos pensar melhor, isto é, decidir ou como o autor refere “raciocinar na ética”²⁰. Mas a questão que se impõe é como fazê-lo? Onde Singer sublinha a importância da razão como interveniente nas decisões éticas numa tentativa de justificar a ação, vejamos: “[p]odemos julgar que a justificação é inadequada e sustentar que as ações são erradas, mas a tentativa de justificação, independentemente de ser ou não bem sucedida, é suficiente para colocar a conduta das pessoas no domínio da ética”²¹ e essa justificação não pode ser egoísta – transcrevendo o filósofo “a noção de ética implica a ideia de algo maior do que o indivíduo”²². Recordamos que já vem da antiguidade esse ideal de amor ao próximo, amar *o nosso semelhante como a nós mesmos*, por outras palavras, “[a] ética exige que avancemos do “eu” para a lei universal, o juízo universalizável, para a perspectiva do espectador imparcial, do observador ideal ou do que lhe quisermos chamar”²³. O filósofo, assumindo-se como um utilitarista, entende a ética como a busca de ações que alcancem as melhores consequências.

Como ilustração de uma ética contemporânea que se reconhece na procura de novos valores, é papel da ética prática debruçar-se sobre as questões mais complexas, tornando-se, ainda, a dimensão da disciplina ética mais destacada atualmente. E, a título de curiosidade, é nos inícios dos anos 70 que surge a primeira antologia de ética prática. No entanto, esta sempre esteve presente nas diversas discussões filosóficas até aos tempos atuais, ocupando-se de problemas vitais nesta era da globalização. De um modo mais claro, podemos dizer que a ética prática considera a discussão filosófica no sentido em que esta pode influenciar a vida e não na sua dimensão mais especulativa ou teórica. Peter Singer enumera os vários problemas com que hoje a ética se depara, sendo exemplo destes: o aborto; a eutanásia; a vida animal; a reprodução artificial; a guerra; a família; a sexualidade; o racismo; a liberdade; a discriminação; etc. Portanto, a ética prática representa a procura efetiva de respostas num mundo que se vê perante dificuldades que são maiores do que as suas possibilidades de resposta. Ou seja, um mundo *fragmentado* como é consensualmente reconhecido pelos autores até agora abordados. Quanto à ética prática, como revela a sua própria denominação, há um caráter construtivo que se ergue na esperança de um mundo capaz de se reerguer, onde seja capaz de edificar preceitos de bondade e irmandade hoje perdidos.

Ocupando-se, como vimos, o filósofo australiano de questões que assombram a contemporaneidade, este apela a uma maior coerência nas ações. Peter Singer, a título de exemplo, diz numa entrevista ao *Cambridge Tab*, referindo-se à caridade, que a luta é fazer com que as pessoas percebam que ajudar é essencial para se alcançar uma vida ética e para que o sofrimento diminua. Na sua matriz, o melhor modo de agirmos é não fazermos aos outros aquilo que não gostaríamos que nos fizessem a nós. E, retomando a entrevista acima referida, quando o filósofo é questionado se por

²⁰ Singer, P. (2008). *Escritos sobre uma vida ética*. p. 30. Lisboa: Dom Quixote.

²¹ Idem, p. 31.

²² Idem, p. 32.

²³ Idem, p. 33.

tantos o odiarem nunca pensou em desistir, Singer responde “[s]ão assuntos tão importantes que é preciso não desistir”.

Num apelo à consciência, na sua obra intitulada “Como havemos de viver? A ética numa época de individualismo”, esclarece o que considera ser uma abordagem ética da vida, o que, a nosso ver, também representa a própria filosofia do autor:

“[m]ais importante de tudo, saberemos que não vivemos e morremos para nada porque teremos passado a fazer parte da grande tradição daqueles que reagiram à quantidade de dor e sofrimento no universo tentando transformar o mundo num lugar melhor”²⁴.

Neste sentido, e enfatizando a necessidade de um *compromisso ético*, todos os autores a que temos vindo a fazer referência, reafirmam a necessidade da fundamentação racional do agir ético num claro reconhecimento da inscrição desta reflexão numa posição realmente implicada. São concepções que se conjugam na mesma preocupação, o lugar da ética na contemporaneidade. Em jeito de parênteses e relembrando Isabel Batista “ (...) a partir do reconhecimento da vulnerabilidade de um mundo que resiste em transformar-se um lugar de habitação e de *fruição*”²⁵.

Nesta linha introdutória trazemos também à discussão Zygmunt Bauman, sociólogo polonês nascido em 1925 que veio a falecer no presente ano de 2017 aos 91 anos. Importa-nos o seu pensamento porque explicou de forma singular os efeitos do individualismo e da sociedade de consumo nas relações da modernidade, sendo que mais das suas 50 obras referem-se precisamente ao consumismo, à globalização e às transformações nas relações humanas.

É curioso que o sociólogo para se referir à pós-modernidade e às suas transformações use o termo *modernidade líquida*, uma vez que considera o termo pós-modernidade iminentemente ideológico. O “líquido” é uma metáfora que representa as mudanças e as relações sociais atuais, de fácil adaptação, uma vez que a vida moderna está muito próxima da vulnerabilidade e da fluidez, assistindo-se a uma perda de identidade consistente, enraizada, de características mais sólidas e permanentes.

Numa entrevista intitulada precisamente de “Modernidade Líquida” o autor durante o seu discurso diz que quando era novo ainda não havia o conceito de rede mas sim o de laços humanos, ao que acrescenta que os Homens devem criar a sua própria identidade porque essa é algo que não se herda. Neste sentido, Bauman considera

“(...) quatro figuras ilustrativas do estilo de vida na contemporaneidade, ou pós-modernidade, de acordo com a forma como o autor designa o nosso tempo. São elas o *ocioso*, o *turista*, o *jogador* e o *vagabundo* que, em

²⁴ Singer, P. (2006). *Como havemos de viver? A ética numa época de individualismos*. p. 407. Lisboa: Dinalivro.

²⁵ Carvalho, A. (2002). *Sentidos Contemporâneos da Educação*. pp. 127, 128. Porto: Edições Afrontamento.

conjunto, simbolizam uma vida pretensamente inocente, vivida em episódios, como sequência de acontecimentos soltos no tempo”²⁶.

E mais adiante esclarece,

“[p]ara o ocioso a vida desenrola-se despreocupadamente como procura de prazer e de divertimento constantes (...). O vagabundo, nómada por excelência, vive à revelia das normas e do controle social, o seu nomadismo não tem um sentido nem uma direcção. O turista surge-nos numa posição diferente e privilegiada. O Turista é alguém que procura deliberadamente aventuras e experiências novas. Em parte tal como o ocioso e o vagabundo alimenta-se do prazer da viagem. (...) Na figura do jogador, encontramos a valorização lúdica do risco, da intuição e da sorte. E, quando a vida é assim considerada, quando ela é afinal, apenas, um jogo, tornam-se irrelevantes as consequências possíveis”²⁷.

Deste modo, “[i]ncapazes de romper com o egoísmo inocente da fruição, tanto o ocioso, como o vagabundo, o turista e o jogador, esgotou o seu esforço de viver na preocupação exclusiva consigo mesmos. Justificados pela vulnerabilidade do mundo contemporâneo”²⁸. Aqui, mais uma vez, está patente a individualidade contemporânea da humanidade.

Recorremos a outro texto de Z. Bauman intitulado *Ética Pós-Moderna* por forma a esclarecer algumas considerações. Nesta obra, o autor afirma claramente que com a noção de pós-modernidade chega “ (...) a celebração da “morte” do ético”, da substituição da ética pela estética”²⁹, o que vem reforçar a ideia do esvaziamento do ser em prol do enaltecimento do ter. Vejamos, “[o] *modo certo*, uma vez unitário e indivisível, começa a dividir-se em *economicamente sensato, esteticamente agradável, moralmente apropriado*”³⁰ E, acrescenta, mais à diante, “ (...) mas vivemos e agimos na companhia de uma multidão aparente infinda de outros seres humanos, vistos ou supostos, conhecidos ou desconhecidos, cuja vida e acções dependem do que fazemos e que influenciam por sua vez o que fazemos, o que podemos fazer e o que devemos fazer”³¹. O que está em falta é um fundamento verdadeiro que devolva a orientação no momento da ação. Transcrevendo as palavras do autor citado por Bauman, Hans Jonas³² constata: “nunca houve tanto poder ligado com tão pouca orientação para

²⁶ Idem, p. 129.

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

²⁹ Bauman, Z. (1997). *Ética pós-moderna*. p. 6. São Paulo: Paulus. Tradução João Rezende Costa.

³⁰ Idem, p. 9.

³¹ Idem, p. 24.

³² Hans Jonas, pensador alemão de origem judaica, estudou as origens filosóficas do pensamento científico e tecnológico. Defende que a tarefa da ética não é reprimir, nem moralizar mas esclarecer os problemas resultantes das consequências da aplicação da tecnologia científica e chamar atenção da opinião pública para a necessidade de responsabilidade. De entre outras obras, neste seguimento destacamos: *O Princípio da Responsabilidade – Ensaio de uma Ética para a Civilização Tecnológica*.

seu uso...Precisamos mais de sabedoria quando menos cremos nela”³³. O sociólogo esclarece ainda qual é a razão que, no seu entender, explica a “crise ética da pós-modernidade”: essa discrepância entre demanda e oferta”³⁴ acrescentando que esta crise tem uma dimensão prática e outra teórica. A dimensão prática prende-se com as consequências dos nossos atos e isto porque “[a] escala das consequências que nossas ações podem ter tolhe-nos a imaginação moral que podemos possuir”³⁵. O problema de hoje é, como diz Bauman, o facto de a responsabilidade ser “como que flutuante”, mas porquê? Vejamos:

“[e]m cada ambiente aparecemos apenas em determinado “papel”, num dos muitos papéis que desempenhamos. Parece que nenhum desses papéis nos abarca “por inteiro”, não se pode pretender que algum deles se identifique com “o que somos verdadeiramente” como “totalidade” e como indivíduos “únicos”³⁶.

É esta dispersão, esta multiplicidade de papéis que desempenhamos que alimenta o sentimento de inutilidade sobre aquilo que fazemos e, mesmo na presença de normas, de uma *voz superior* que nos ajude a decidir, em última instância, o sentimento de responsabilidade será o mesmo. Citando mais uma vez Bauman, “[c]om o pluralismo de normas (e os nossos tempos são tempos de pluralismo), as escolhas morais (e a consciência moral deixada em sua esteira) surge-nos intrínseca e irreparavelmente “ambivalentes”³⁷. Ao que acrescenta “[o]s nossos são tempos de *ambiguidade moral fortemente sentida*. Estes tempos nos oferecem liberdade de escolha jamais gozada antes, mas também nos lançam em estado de incerteza que jamais foi tão angustiante”³⁸. O autor atribui a este aspeto (prático) uma importância elevada ao assinalar ser esta a *crise moral pós-moderna*, com toda uma perda de segurança por parte dos órgãos legisladores. Bauman acrescenta “[s]abemos agora que vamos enfrentar para sempre dilemas morais sem soluções boas sem nenhuma ambiguidade (...) e que nunca vamos ter certeza onde se podem encontrar essas soluções, nem sequer se seria bom encontrá-las”³⁹.

Segundo os autores trabalhados e, essencialmente, na linha de pensamento do sociólogo polonês, a pós-modernidade aspira a uma moralidade sem código ético, isto é, é um tempo de permanente confronto a nível social e individual, onde nos deparamos constantemente com escolhas e decisões com consequências difíceis de antever. No entanto, este cenário ensina-nos a todos enquanto seres humanos, transcrevendo, uma vez mais, Bauman “[o] que estamos aprendendo, e aprendendo duramente, é que a moralidade pessoal é que torna a negociação ética e o consenso possíveis, e não

³³ Bauman, Z. (1997). Ética pós-moderna. p. 24. São Paulo: Paulus. Tradução João Rezende Costa.

³⁴ Idem.

³⁵ Idem, p. 25.

³⁶ Idem, p. 26.

³⁷ Idem, p. 28.

³⁸ Idem, p. 29.

³⁹ Idem, p. 40.

vice-versa”⁴⁰. O ser humano deve assim ser entendido como o ponto de partida e o ponto de chegada de todas as preocupações ético-morais.

Podemos então considerar, no decorrer das reflexões apresentadas, que nos encontramos

“[n]um mundo que perdeu os seus modelos de referência, outrora reconhecidos como estáveis e seguros, a vida passou a ser encarada como uma luta constante, pelo direito ao trabalho, pelo êxito pessoal e profissional, pelas condições de bem-estar da família, pela actualização permanente em termos de informação e pela posse de bens de consumo”⁴¹.

⁴⁰ Idem, pp. 43,44.

⁴¹ Carvalho, A. (2002). *Sentidos Contemporâneos da Educação*. p. 130, 131. Porto: Edições Afrontamento.

1.2 Os contributos dos clássicos

A divisão entre uma abordagem ética e uma abordagem egoísta da vida é muito mais fundamental do que a diferença entre as políticas da direita e as políticas da esquerda.

Peter Singer ⁴²

Atendendo à contemporaneidade compreendemos que “[a] reflexão é importante porque está na *continuidade* com a prática. O modo como pensamos sobre o que estamos a fazer afecta o modo como o fazemos”⁴³ e aqui está patente a postura ética inerente à humanidade. Remeteremos agora para o sentido etimológico da palavra ética. A palavra ética tem a sua raiz etimológica na expressão grega *ethike philosophia*, que se pode traduzir por *filosofia moral* ou *filosofia do modo de ser*, desdobrando-se num momento posterior nos vocábulos, também de origem grega: *ethos*, que significa carácter, costume e/ou modo de ser. Lembramos que na história da humanidade a reflexão filosófica sobre a ética permaneceu viva em todas as sociedades e em todas as culturas tomando como preocupação central os problemas inerentes às relações entre os homens.

A ética respeita o *dever-ser*, atuando como uma chamada de atenção para a importância do pensar. Luís Araújo⁴⁴ afirma que

“[d]iversos motivos se podem invocar para a compreensão da urgência da Ética como pensar fundamental para a hora actual, desde o inquietante fluxo de alterações e opressões à barbárie intolerável de certas humilhações, a situação da Humanidade, face a circunstâncias históricas sem precedente, apresenta cifras dramáticas para a precária condição humana num tempo iníquo (...)”.⁴⁵

Assim, num tempo de controvérsias, urge uma ordem fundada na razão e a ética representa para o Homem esta oportunidade do poder ser. Neste sentido, a ética “é uma afirmação de valores que constituem a base de todo o agir lúcido e corajoso, abrindo-se num jovial amor à vida, mas obediente a um sentido de responsabilidade solidária capaz de dominar aqueles delírios que sempre destroem a liberdade e atraíam a justiça”⁴⁶. Deste modo, o autor afirma que através da ética podemos aumentar

⁴² Singer, P. (2006). *Como havemos de viver? A ética numa época de individualismos*. p. 405. Lisboa: Dinalivro

⁴³ Blackburn, S. (2001). *Pense: Uma Introdução à Filosofia*. p. 16. Lisboa: Editora Gradiva.

⁴⁴ Professor Catedrático da Universidade do Porto (Faculdade de Letras), onde ensina desde 1972 e foi o responsável pelo ramo da ética do 2º ciclo de estudos (Mestrado). Com um particular interesse pelo pensamento filosófico português, lecionou maioritariamente cadeiras de Ética e Axiologia, onde se inscreve a sua investigação, com obras publicadas como: *Sentido Existencial da Filosofia*; *Sob o Signo da Ética*; *A Ética como Pensar Fundamental*; *Ética – Temas Sociais* e, ainda: *Ética – Uma Introdução*.

⁴⁵ Araújo, L. (2005). *Ética: Uma introdução*. p. 8. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

⁴⁶ Idem, p. 8.

a nossa capacidade de discernir nas mais variadas situações da nossa vida, bem como a vida nos proporciona, também, uma experiência de elucidação. Por outras palavras, e sobre esta exigência de uma *reflexão moral*, Luís Araújo acrescenta que a ética

“visa responder aos desafios da época atual, propondo e apontando itinerários que permitam ultrapassar as encruzilhadas da arbitrariedade, do acriticismo, da irracionalidade e da alienação, bem presentes na actual vida quotidiana e que deformam, deterioram e mutilam a exigência da Dignidade.”⁴⁷

Desta forma, através da Ética podemos aproximar-nos de uma realidade em que “o altruísmo triunfe sobre o egoísmo, a cordialidade sobre a agressividade (...)”⁴⁸. Isto é, precisamos de seres humanos que se responsabilizem, que reflitam e, essencialmente, se preocupem com questões que são de todos e aqui é fundamental falarmos na Educação, sendo que, é a pedra basilar de todos os jovens no florescer das suas maiores responsabilidades. No momento em que a ética é chamada, momentos de tensão de um mundo egoísta, violento, imperfeito. Dessa forma, servirá a ética de auxílio na perceção dos nossos limites o que se espera que resulte, utilizando uma expressão de Luís Araújo, numa *experiência da responsabilidade*.

A questão da educação (pensada aos olhos de princípios éticos), leva o autor a considerar

“[a]firmar o primado da ética pressupõe afirmar o papel indeclinável da educação na formação de seres humanos, para que se tornem críticos, lúcidos e livres, vocacionados a inculcar dimensão ética na sua actividade (...) que poderá estimular o rumo para uma autêntica civilização da Dignidade”⁴⁹.

Devemos ter consciência de que podemos fazer mais e melhor. E é, neste sentido, que as intervenções seguintes são até hoje incontornáveis. Sublinhando que há algo em comum entre todos nós, isto é, todos aspiramos à felicidade, mais especificamente à sua busca racional. Como Bruno Giuliani, refere:

“a ética é a busca racional da felicidade. O seu objetivo é definir o conjunto dos princípios cuja aplicação torna a vida feliz. É, pois, a ciência da arte de viver, uma reflexão sobre os meios para viver bem. Antes de ser uma *ciência*, um conjunto de princípios ou uma doutrina, a ética é uma busca dinâmica movida pelo amor filosófico à verdade”.⁵⁰

Sendo a ética, a área que investiga o comportamento humano devem as suas preocupações recair no bem agir e é, neste sentido, que o seu objetivo maior se reflete na ponderação entre o saber e o fazer. Podemos, seguindo esta linha de pensamento, considerar a ética enquanto teoria filosófica

⁴⁷ Idem, p.28.

⁴⁸ Idem, p. 31.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Giuliani, B. (200). *O amor da Sabedoria*, p. 201. Lisboa: Instituto Piaget.

direcionada para o comportamento do homem, homem este inserido numa sociedade e na qual deve respeito por questões como o poder, a política, a cidadania, entre outros órgãos do Estado.

A ética e toda a investigação filosófica em geral tem uma preocupação, uma ligação ao mundo, bem como ao nosso posicionamento enquanto seres humanos nesse mesmo mundo. Assim, numa tentativa de fazermos justiça à ética, atendamos às palavras de Luís Araújo, relativas a este carácter singular em que a ética se apresenta:

“salientamos que a sua marca distintiva e peculiar consiste no facto de nos aparecer como uma atenta e profunda tomada de consciência da situação do ser humano no mundo em simultaneidade com uma intenção prescritiva de índole formal que se traduz globalmente numa esforçada e ousada empresa com vista a salvar a existência dos seres humanos”.⁵¹

Vamos agora ao encontro da pertinência da ética no Ensino. Pretendemos, nesta parte do presente trabalho, criar uma dialética necessária que se mostre clara entre o saber e o, próprio, viver. Sendo que, é “daí que como correlato óbvio a Filosofia surge-nos predominantemente movida, tácita ou explicitamente, por uma vocação ética, donde brota inexoravelmente uma transfinita dialética entre o pensamento e a acção”⁵².

Após este momento introdutório, pretendemos fazer referência a alguns autores, na medida em que, representam a importância filosófica. Iremos analisar traços característicos de Aristóteles, Kant e John Stuart Mill. Uma vez que a reflexão ética pode enquadrar-se em duas perspetivas: a teleológica e a deontológica, pertencentes respetivamente aos autores enunciados. A nossa abordagem tem início com a impulsionadora ética Aristotélica e, relativamente à sua perspetiva ética considerada de máxima importância por todo o impulso com que trabalhou questões de carácter ético, ainda hoje, estudadas e, como considera André Cresson “um dos [filósofos] maiores de sempre e talvez aquele que maior influência exerceu na evolução do pensamento humano”⁵³. Questão que se reflete nas suas obras, destacando-se algumas como: *O órganon*; *A metafísica*; *A física*; *Das partes dos animais*; *A Ética a Eudemo*; *A ética a Nicómaco*; *A política*; entre outras.

Sendo que, no presente trabalho, o que nos importa é compreender a pertinência da ética desde a antiguidade até à contemporaneidade iremos focar-nos na sua obra que, diretamente, se prende com a Ética – intitulada por *Ética a Nicómaco*, obra de que dá primazia à Virtude, sendo considerada na Grécia Antiga como a representação da excelência numa determinada ação. Considerando a ética como a *excelência moral, pois é esta que se relaciona com as emoções e ações*⁵⁴. A obra em abordagem tem início numa questão: o que poderá ser a felicidade e/ou o bem? A certo momento, o autor diz-nos:

⁵¹ Araújo, L. (2010). *Ética – Temas Sociais*. p. 351. Lisboa. Editora: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

⁵² Idem, p. 381.

⁵³ Cresson, A. (1943). *Aristóteles*. p. 13. Lisboa: Edições 70.

⁵⁴ Aristóteles. (2004). *Ética a Nicómaco*. p. 23. Lisboa: Quetzal Editores.

“[o]s que são sofisticados, contudo, se dedicam à acção prática supõem, antes, ser a honra. Na verdade, a honra quase que é o fim último da vida dedicada à acção política. Este bem que perseguem não deixa, contudo, de ser um bem mais superficial do que aquele de que estamos à procura. Parece ainda que a honra pertence mais aos que a concedem do que àquele que a recebe; ora nós pressentimos, por outro lado, que o bem terá que ser algo de próprio, e que, uma vez obtido, dificilmente será retirado”⁵⁵.

Deste modo, Aristóteles acrescenta “[t]alvez fosse melhor examinar o sentido do bem universal (...).”⁵⁶ E vai distinguir os vários tipos de felicidade (recordando que a felicidade ou *eudaimonia* corresponde ao bem supremo porque esta não precisa de mais nada além de si mesma, sendo um fim em si). Assim sendo, a felicidade (vista através dos modos de viver a vida, como o próprio indica, podem ser três: a primeira que o bem e a felicidade é o prazer; a segunda é dedicada às ações políticas e, por fim, em terceiro a que pertence à atividade contemplativa, à vida filosófica representativa do mundo introspectivo e do conhecimento.

Além destes tipos de vida ou de felicidade, Aristóteles associa o bem a uma atividade virtuosa, pois como diz “[t]alvez se possa pensar que seria melhor reconhecer esse próprio bem em vista daquelas coisas boas que podem ser realizadas pela acção humana e que são susceptíveis de virem a ser alcançadas, pois, nessa altura teríamos como que um modelo (...)”⁵⁷. E, a título de exemplo vejamos que “(...) a vida dedicada a acumular riquezas é, pois, a mais absurda e a mais inautêntica, porque equivale a buscar coisas que, quando muito, têm valor de meios, e nunca de fins”⁵⁸.

A dada altura, Aristóteles diz que a felicidade é a melhor e mais valiosa coisa do mundo, isto na medida em que se prende com a alma, com a atividade racional do Homem, na explanação da sua virtude. É por esta *grandeza de alma* de que o autor nos fala que encontramos sentido no exemplo do sapateiro que faz o melhor sapato com o couro que lhe dão. Podemos compreender que “o bem do homem é a actividade da alma orientada pela virtude”⁵⁹. Aristóteles considera que “(...) a virtude é um traço de carácter manifestado no agir habitual”⁶⁰, por isso, é globalmente (a virtude - *areté*)⁶¹ para Aristóteles a maior expressão de excelência.

⁵⁵ Idem, p. 23.

⁵⁶ Idem, p. 24.

⁵⁷ Idem, p. 26.

⁵⁸ Reale, G. (1974). *Introdução a Aristóteles*. p. 85. Lisboa: Edições 70.

⁵⁹ Cresson, A. (1943). *Aristóteles*. p. 72. Lisboa: Edições 70.

⁶⁰ Rachel, J. (2004). *Elementos de Filosofia Moral*. p. 248. Lisboa: Gradiva.

⁶¹ Termo grego, traduzido por virtude, a representar a noção de excelência.

No interior dessa excelência estão as virtudes, sendo que a virtude é “(...) a justa proporção que é a vida média entre dois excessos), – as virtudes morais e as virtudes intelectuais⁶², reforçando as segundas (as virtudes intelectuais) ou dianoéticas, como são exemplo: a sabedoria, a temperança, a inteligência, a verdade, etc.,. Elas são, “[s]egundo Aristóteles (...) características da parte mais elevada da alma, isto é, da alma racional, e que recebem, portanto o nome de virtudes dianoéticas, a saber virtudes da razão”⁶³. Na medida em que, estão acima das virtudes éticas que aprendemos pelo hábito, como o próprio refere aprendem-se como se aprendem as artes, por repetição. Mas é importante lembrar que ambas as mais altas virtudes se tornam dependentes, ligam-se entre si pois é necessária a prudência (*phrônesis*) para se ser virtuoso e não é possível ser-se prudente sem a virtude ética. E pode considerar-se uma ação justa quando realiza o equilíbrio das virtudes morais e alcança o patamar da virtude intelectual ou dianoética. Recordando que as virtudes intelectuais ou dianoéticas encontram-se num patamar mais elevado porque referem-se à sabedoria e ela está de modo exclusivo acima de nós homens.

Retomando a questão da felicidade, esta só é possível se o cidadão fizer bom uso da sua alma racional. É a felicidade para Aristóteles a felicidade da polis como vamos ver melhor já adiante, é o seu bom funcionamento, uma vez que, é nessa condição que é permitido aos cidadãos atingirem a sua felicidade individual, é no viver conforme a razão onde se encontram numa vida de virtude. É ponto central da sua teoria a questão da atividade, atividade no sentido de que o homem deve realizar ao máximo as suas disposições naturais (aptidões) e é nesse aperfeiçoamento que chega à felicidade. O que reflete que a sua teoria ética vem de encontro à sua visão política, ao “espaço” da Polis onde o autor considera estar a atividade moral dos homens.

Podemos ver na ética Aristotélica que em primeiro estão as ciências teoréticas, que vêm antes das ciências práticas porque têm que ver com o conhecimento em si, enquanto que nas ciências práticas há em vista um objetivo, um fim ainda a atingir. Neste seguimento, como acabamos de ver Aristóteles vai designar por política ou filosofia das coisas do homem a ciência que se relaciona com atividade dos homens enquanto cidadãos e, mais tarde, faz uma divisão entre ética e política (política enquanto teoria do Estado). Inspirado em Platão nesta “consolidação” e na relevância reconhecida por Aristóteles relativamente à Política explica-se em grande parte através seu pensamento. Dirigindo-se à política, refere

“[o] fim que ela persegue envolve de tal modo os fins das restantes, ao ponto de tratar-se do bem humano. Porque, mesmo que haja um único bem para cada indivíduo em particular e para todos em geral num Estado, parece que

⁶² Como nos diz Aristóteles, são as virtudes intelectuais *as melhores e mais perfeitas*, pois se a virtude é o que completa de forma perfeita a natureza do Homem, deseja-se que ela tenha por base a inteligência, o bom uso da razão.

⁶³ Reale, G. (1974). *Introdução a Aristóteles*. p. 90. Lisboa: Edições 70.

obter e conservar o bem pertencente a um Estado é obter e conservar um bem maior e mais completo. O bem que cada um obtém e conserva para si é suficiente para se dar a si próprio por satisfeito; mas o bem que um povo e os Estados obtêm e conservam é mais belo e mais próximo do que é divino”.⁶⁴

Compreende-se que a política enquanto forma do indivíduo expressar o seu carácter é entendida como o ponto fulcral da ética aristotélica por toda a teoria partir da política e pela possibilidade que cria do homem prudente ser então um verdadeiro homem.

A respeito da virtude Aristóteles considera que esta é a felicidade e que é o bem verdadeiro do homem, a virtude da alma. Afinal, “[o] cuidado socrático da alma” continua a ser, pois, também para Aristóteles a única via que conduz à felicidade, ao que acrescenta que resultado de uma vida virtuosa é o prazer e aqui este (prazer) tem de facto valor. E isto porque resultam da vontade racional da alma, como podemos ver “[n]ós dizemos que os bens que respeitam a alma humana são bens de um modo mais autêntico e de uma forma mais extrema. Mas são as acções e o exercício das actividades que dizem respeito à alma humana que dizemos ser a felicidade”⁶⁵, ao que se acrescenta que vem em concordância “(...) com o sentido segundo o qual quem é feliz vive bem e age bem, porque se pode dizer que a felicidade é quase um viver bem e um agir bem”, sumariamente, a felicidade apresenta-se na teoria Aristotélica como o fim último de toda a ação sobre o qual nada mais se acrescenta.

Como já introduzimos, cabe à política servir de “campo” a esta atividade da alma, como podemos ver, a política “ (...) tinha a maior das preocupações, a saber, fazer os cidadãos tais que se tornem excelentes e capazes de acções admiráveis”⁶⁶. Logo, toda a cidade tem um objetivo que se diz moral (na medida em que, a política representava a implementação de carácter nos cidadãos), daí Aristóteles considerar a felicidade como uma atividade, uma função particular que implica o uso da razão e explica a subordinação da ética à política. E, também, por isso a “(...) a *polis* continuou a ser basicamente, para o filósofo, o horizonte que abarca os valores do homem”⁶⁷.

Em ponto de situação, a disposição do carácter humano é compreendida através da escolha e equilíbrio dos nossos atos e é pela sua repetição que nos tornamos capazes de chegar à ação reta, isto é: à moralidade dos atos. Desta forma percebemos que

“[não] nascemos virtuosos. Só praticando reiteradamente actos de bem proceder é que adquirimos a sabedoria prática que permite escolher o melhor fim e os meios justos para o alcançar. A repetição de actos de que sou autor confira o meu modo de optar por determinada forma de agir em detrimento

⁶⁴ Aristóteles. (2004). *Ética a Nicómaco*. p. 20. Lisboa: Quetzal Editores.

⁶⁵ Idem, p. 31.

⁶⁶ Idem, p. 34.

⁶⁷ Reale, G. (1974). *Introdução a Aristóteles*. p. 84. Lisboa: Edições 70.

de outra. Os hábitos desenvolvem tendências naturais que criam disposições para agir de determinada maneira, configurando assim o nosso caráter”⁶⁸.

Assim, espera-se do homem uma deliberação e consciencialização no momento de agir, para que, como vimos anteriormente, pelo hábito alcance ações que tenham por princípio a *retidão*, a verdadeira realização das potencialidades humanas. A dificuldade está em agir nas diversas situações em que não existam códigos nem receitas sobre a conduta X ou Y. E aqui é importante sublinhar que a ética aristotélica não nos diz o que fazer ou como fazer, ela não é prescritiva, antes, desenvolve-se por cada um de nós individualmente.

Isto é, sobre as virtudes éticas,

“[o] homem é por natureza *potencialmente* capaz de as formular e, graças ao exercício, traduz esta potencialidade em actualidade. Realizando gradualmente actos justos, tornamo-nos justos, ou seja, adquirimos a virtude da justiça que, em seguida, permanece em nós de forma estável como um *habitus*, que contribuirá sucessivamente para que realizemos com facilidade ulteriores actos de justiça.”

É a cada um que compete viver, por outras palavras, construir em si o *hábito* do valor, sem receitas pré-definidas, por essa razão Aristóteles via a ética como uma atitude permanente que deveríamos adotar e, também por isso, não lhe reconhecemos qualquer método aplicável. Aristóteles apenas refere que o homem tem de ter uma causa final, um bem maior e ao agir é, unicamente, em função dessa *eudaimonia* ou felicidade e consegue-o ao ser instruído e ao alcançar a virtude, isto é, ao agir moderadamente. Sublinhamos que a teoria ética Aristotélica, é feita para completar a sua teoria política, ou seja para funcionar dentro da *polis* o que é fundamental recordar para melhor compreendermos a sua teoria ética. Afinal, na teoria Aristotélica “[o] homem (livre) é, por conseguinte, um ser da polis. É precisamente no seio da sociedade, do Estado, da Polis, que se desenvolvem as suas disposições para o bem; ou seja, para a prática das virtudes que conduzem ao bem”⁶⁹. Compete, assim, ao homem ser bom e procurar sê-lo continuamente, com vista à felicidade.

De forma sumária, podemos defender que a filosofia clássica de Aristóteles, no que respeita às questões éticas, se caracteriza por um caráter especificamente teleológico. O filósofo considerou a ética como o caminho para o bem e a possibilidade desse bem se potenciar, permitindo também que cada indivíduo viva bem na *Polis*. Perante isto, uma verdadeira atitude ética pertenceria a cada indivíduo, de forma individual, e aqui estaríamos diante da possibilidade de ele (Homem) ser, também, mais capaz no campo coletivo, ou seja, na vida pública onde imperava a ordem política. Sendo nesta perspetiva que Aristóteles reconhecia a possibilidade efetiva do homem se encontrar com o bem, bem este que leva cada indivíduo a ser capaz de viver bem com os outros. A ética, no campo

⁶⁸ Magalhães, J. (2010). *Horizontes da Ética. Para uma cidadania responsável*. p. 81. Porto: Edições Afrontamento.

⁶⁹ Idem, p. 79.

individual, tem por função preparar o terreno para a política, que se refere ao campo coletivo, daí a razão de Aristóteles considerar que a finalidade política é a busca do bem para os homens, ou seja, a felicidade. E é importante que a felicidade não se instala, muito pelo contrário, ela funciona como que um projeto de vida ou, por outras palavras, é uma obra como refere Marilena Chaui:

“[o] bem ético pertence ao gênero da vida excelente e a felicidade é a vida plenamente realizada em sua excelência máxima. Por isso não é alcançável imediata nem definitivamente, mas é um exercício cotidiano que a alma realiza durante toda a vida (...) de acordo com a sua excelência mais completa, a racionalidade.”⁷⁰

No momento presente, tomamos como nota algumas considerações ou objeções feitas à ética aristotélica. Objeções estas que utilizam como argumento principal a falta de conduta desta teoria, isto é, ao não ser normativa não tem *códigos* de comportamento, apelando à autonomia e ao uso das faculdades de cada um (o que não serve a quem afirma que em situações dilemáticas o filósofo não responde como guia de ação). Em contraponto, advogam os defensores desta teoria que ela permite ao Ser Humano agir virtuosamente, ou seja, com honestidade, com justiça e benevolência: sendo a virtude, essencialmente, um traço de caráter tem como característica partir da nossa integridade e autossuficiência, ou seja, o agir em correspondência com a virtude. Para isso, não existem pré escritos – apenas agir consoante aquilo que somos sem quaisquer filtros – aqui está, a nossa ver, o valor mais alto da ética aristotélica – a valorização do ser.

Posto isto, e concluindo esta abordagem à teoria ética aristotélica é importante compreender que o foco central de toda a teoria ética de Aristóteles recai, essencialmente, na descoberta e caracterização do bem. Encontra-se a proximidade a essa resposta na retidão do exercício da atividade humana que, nesta linha de pensamento, resulta no homem virtuoso – chegando aqui o homem à felicidade.

Numa outra conceção, seguimos com uma abordagem que se prende aos pontos essenciais do projeto ético kantiano, do filósofo Emmanuel Kant (1724-1804). O filósofo nasceu na Prússia, em Königsberg, terra que nunca mais deixou e onde se tornou professor, recebeu da mãe (luterana pietista) uma educação muito rigorosa e isso faz com que Kant tenha vivido no seio de um espírito religioso, o que veio influenciar o rigorismo de que tantas vezes é acusado. Kant revela algumas ideias centrais na sua teoria ética, em primeiro o cumprimento do dever por puro respeito a ele, em segundo a obediência ao imperativo categórico, em terceiro o agir em função da razão e, por último, tratar as pessoas como um fim em si mesmo e nunca como um meio. Segundo estes “parâmetros” kantianos, é importante perceber o que para o filósofo é, desde logo, uma boa vontade. Neste seguimento refere, “[n]este mundo e, também fora dele, nada é possível pensar que possa ser

⁷⁰ Chaui, M. (2010). *Introdução à história da filosofia*. p. 442. São Paulo: Companhia das Letras.

considerado como bom sem limitação, a não ser uma só coisa: uma boa vontade”⁷¹, mas é importante acrescentar e, transcrevendo novamente o autor

“[a] boa vontade não é boa por aquilo que se promove ou realiza, pela aptidão para alcançar qualquer finalidade proposta, mas tão-somente pelo querer, isto é, em si mesma, e, considerada em si mesma, deve ser avaliada em grau muito mais alto do que tudo o que por seu intermédio possa ser alcançado em proveito de qualquer inclinação, ou mesmo, se quiser, da soma de todas as inclinações”⁷².

Kant considera o imperativo categórico, sendo ele absoluto e incondicional (aqui entendido como um dever absoluto da nossa conduta), como uma lei que a vontade se presta a si mesma. Daí que revela a expressão da autonomia da própria vontade. O termo autonomia, traduz-se por “lei que se dá a si mesmo” ou seja representa a autodeterminação do sujeito, em oposição ao termo heteronomia que traduz situações em que aceitamos uma regra mas não concordamos com ela, obedecemos-lhe passivamente, por conformismo (por exemplo: se uma pessoa é determinada por algo que não é sua vontade, por razões de coação, esta está no campo da dependência, portanto, da heteronomia. Para Kant, a vontade boa é o bem último ao contrário de Aristóteles para quem, recordando, o bem último ou bem supremo era a felicidade. Na procura de um princípio objetivo Kant apresenta o imperativo categórico, imperativo este que é formulado da seguinte forma “[a]ge unicamente segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne uma lei universal”⁷³ e é neste sentido do dever, que em si inclui o de boa vontade, que o sujeito da ação deve agir, no puro respeito ao dever em função da sua liberdade (conceito a desenvolver num momento posterior). Afinal “[é] exatamente aí que começa o valor do caráter, que é moralmente, sem qualquer comparação, o mais alto, e que consiste em fazer o bem, não por inclinação, mas por dever”⁷⁴ sendo nesse momento que uma determinada ação atinge o seu valor moral.

Desta forma, quando nos encontramos sem saber a forma mais correta de agir, devemos pensar da seguinte forma:

“[p]odes tu querer também que a tua máxima se converta em lei universal? Se não podes, então deves rejeitá-la, e não por causa de qualquer prejuízo que dela pudesse resultar para ti ou para os outros, mas porque ela não pode caber como princípio numa possível legislação universal”⁷⁵.

É importante lembrar que é a nossa natureza, o facto de sermos seres racionais, o que é condição para obedecermos a um imperativo categórico. Ou seja,

⁷¹ Kant, Immanuel; *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Porto Editora, Porto, 1995, p. 31.

⁷² Idem, p. 32.

⁷³ Idem, p. 59.

⁷⁴ Idem, p. 36.

⁷⁵ Idem, p. 41.

“[t]udo na natureza age segundo leis. Só um ser racional tem a capacidade de agir segundo a representação das leis, isto é, segundo princípios, ou: só ele tem uma vontade. Como para derivar as acções das leis é necessária a razão, a vontade não é outra coisa senão a razão prática”⁷⁶.

A título de exemplo, se eu ajudar alguém, o meu único motivo para o fazer teve de ser unicamente a razão. O que reflete que a ética kantiana é uma ética feita com base nos homens porque estes, segundo Kant, são os únicos seres moralmente perfeitos e capazes de razão.

Recordando, para o filósofo, a questão central é “[o] que é uma ação moral?” e como vimos anteriormente, é toda a ação feita por dever. Vejamos o seguinte exemplo:

“(...) se eu doar dinheiro para as ações de caridade por ter profundos sentimentos de compaixão pelos mais necessitados, a minha acção não será necessariamente moral: segundo Kant: se eu agir apenas em função dos meus sentimentos de compaixão, e não em função de um sentido do dever, não terei agido *moralmente*.”⁷⁷

Por outras palavras, para o filósofo o que realmente importa é a motivação que leva o indivíduo a praticar determinada ação, ou seja, a intenção que leva até à ação propriamente dita. É importante referir, acerca do exemplo acima citado, que “uma razão pela qual Kant se concentrou tanto nas motivações das ações (...) foi o facto de acreditar que todas as pessoas podiam ser morais”⁷⁸, ou seja, podemos ser responsabilizados pelo aquilo que, em última instância, podemos escolher. Kant entende que os Homens têm obrigações morais o que advém da sua racionalidade, classificando essas obrigações ou deveres como categóricos. O que significa que no momento da ação a razão se vai sobrepor a qualquer instinto da condição humana.

Visto que duas características essenciais presentes na ética Kantiana são: a autonomia e a racionalidade, é importante relembrar que a lei moral não tendo que ver com qualquer estímulo empírico, relaciona-se apenas com o cumprimento do dever, através do uso da razão. Como podemos verificar, Kant diz “[t]udo, portanto, o que é empírico é, como acrescento ao princípio da moralidade, não só inútil mas também altamente prejudicial à própria pureza dos costumes”⁷⁹. Daí que a ética kantiana não enuncia o modo como agimos mas revela uma forma sob a qual nós deveríamos agir. E é neste sentido que a questão da intenção ganha destaque, porque uma ação é ética se foi intenção do agente agir daquele determinado modo.

Existe a necessidade de uma passagem da filosofia popular para a metafísica (onde não há lugar para o empírico) e, onde impera a *vontade*, sendo importante lembrar que tudo na natureza age

⁷⁶ Idem, p. 51.

⁷⁷ Warburton, Nigel; *Elementos básicos de filosofia*, Gradiva, Lisboa, 1998, pp. 72,73.

⁷⁸ Idem, p. 73.

⁷⁹ Kant, Immanuel; *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Porto Editora, Porto, 1995, p. 63.

segundo leis e só um ser racional tem a capacidade de agir *segundo a representação* das leis, isto é, segundo princípios. O que significa que só o homem é capaz de agir assim: segundo a sua própria *vontade* de agir moralmente no pleno uso da sua liberdade. E toda a ética kantiana demonstra que o homem ao querer a moral está a querer-se a si mesmo e tudo funciona ao redor disso.

Como já referimos anteriormente, querer a moral passa precisamente pela obediência ao imperativo categórico, o que se pode traduzir por mandamento da razão ou mesmo como o reconhecemos: *imperativo*. Por isso, reforçando ideias anteriores, Kant entende a moral como um “sistema de imperativos categóricos: mandamentos para agir de determinadas maneiras”⁸⁰.

Deste modo e em oposição ao imperativo hipotético, “se a acção é representada como boa *em si*, por conseguinte, como necessária numa vontade em si conforme à razão como princípio dessa vontade, então o imperativo é *categórico*”⁸¹. O que nos leva a compreender que encontramos no imperativo categórico a resposta à pergunta: deste leque de ações que tenho como possíveis, qual será a ação boa? – será boa toda a ação que eu aceitar como universalmente válida. O que dá sentido a que o imperativo categórico,

“[n]ão se relaciona com a matéria da acção e com o que dela deve resultar, mas com a forma e o princípio de que ela mesma deriva; e o essencialmente bom na acção reside na disposição, seja qual for o resultado. Este imperativo pode chamar-se o imperativo da moralidade”⁸².

Deste modo, vemos que

“[o] raciocínio kantiano é o seguinte: quando faço uma falsa promessa, nunca posso querer que a máxima dessa ação se torne numa lei universal, válida para todos os homens, pois, se assim fosse, pressuporia que todos tinham o direito de mentir e, nesse caso, a minha máxima seria auto-contraditória”⁸³.

O homem autónomo pode escolher, mas em que se baseia, efetivamente, o princípio da autonomia da vontade? Recordando,

“[a] necessidade prática de agir segundo este princípio, isto é, o dever, não assenta em sentimentos, impulsos e inclinações, mas sim somente na relação dos seres racionais entre si, relação essa em que a vontade de um ser racional tem de ser considerada sempre e simultaneamente como *legisladora*, porque de outra forma não podia pensar-se como *fim em si mesmo*”⁸⁴.

⁸⁰ Warburton, Nigel; *Elementos básicos de filosofia*, Gradiva, Lisboa, 1998, p. 75.

⁸¹ Kant, Immanuel; *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Porto Editora, Porto, 1995, p. 52.

⁸² Idem, p. 54.

⁸³ Beckert, Cristina; *Ética*, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012, p. 42.

⁸⁴ Kant, Immanuel; *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Porto Editora, Porto, 1995, p. 71.

Reforçamos que para Kant o importante é a vontade de cumprir o dever de forma autónoma e livre e não como um meio para atingir um fim. Ou seja, a vontade como fim em si mesmo. Nas palavras de Kant,

“(…) se há um imperativo categórico, ele só pode ordenar que tudo se faça em obediência à máxima de uma vontade que simultaneamente se possa ter em si mesma por objecto como legisladora universal; pois só então é que o princípio prático e o imperativo a que obedece podem ser incondicionais, porque não têm interesse algum sobre que se fundem”⁸⁵.

Um princípio que irá desenvolver-se no *reino dos fins*, sendo que, por reino entende-se a ligação e relação dos vários seres racionais que partilham leis comuns. O que se explica melhor quando Kant diz

“[n]o reino dos fins, tudo tem um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode pôr-se em vez dela qualquer outra como *equivalente*; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e portanto não permite equivalente, então tem ela dignidade”⁸⁶.

Mais adiante, Kant afirma:

“[o]ra, a moralidade é a única condição que pode fazer de um ser racional um fim em si mesmo, pois só por ela lhe é possível ser membro legislador no reino dos fins. Portanto, a moralidade e a humanidade, enquanto capaz de moralidade, são as únicas coisas que têm dignidade”⁸⁷.

Concluindo-se assim que, para Kant “[a]utonomia é pois o fundamento da dignidade da natureza humana e de toda a natureza racional”⁸⁸.

Retomando a questão inicial e, também, o cerne da ética kantiana, a *vontade absolutamente boa*, “(…) é aquela que não pode ser má, portanto, quando a sua máxima, ao transformar-se em lei universal, se não pode nunca contradizer”⁸⁹. Atendendo às palavras de Kant,

“[a] *moralidade* é, pois, a relação das acções com a autonomia da vontade, isto é, com a legislação universal possível por meio das suas máximas. A acção que possa concordar com autonomia da vontade é *permitida*; a que com ela não concorde é *proibida*”⁹⁰.

⁸⁵ Idem, p. 70.

⁸⁶ Idem, pp. 71, 72.

⁸⁷ Idem, p. 72.

⁸⁸ Idem, pp. 72,73.

⁸⁹ Idem, p. 74.

⁹⁰ Idem, p. 76.

Neste seguimento, qual a relação entre a moralidade e a autonomia da vontade? A resposta surge pelo conceito de liberdade. Isto é, através da liberdade Kant encontra a resposta para a explicação da autonomia da vontade, na medida em que, como o próprio afirma: “ – [a] todo o ser racional que tem uma vontade temos que atribuir-lhe necessariamente também a ideia da liberdade, sob a qual unicamente ele pode agir”⁹¹. Isto, porque se *eu* tenho uma vontade, como ser dotado de racionalidade que sou, só posso considerar essa vontade como *própria*, segundo a ideia de liberdade, estando liberdade e autonomia em constante sintonia - representando a liberdade o conceito chave de toda a filosofia kantiana. Assim, quanto mais assertiva for a vontade do homem, ou seja, quanto mais autocontrolo de si ela (vontade) tiver, mais perto ele está da liberdade, por outras palavras: quanto mais autonomia tem a vontade, mais característica é da liberdade. É neste sentido que, como enuncia Kant “[o] princípio da autonomia é, portanto: não escolher senão de modo a que as máximas da escolha estejam incluídas, simultaneamente, no querer mesmo, como lei universal”⁹², ou seja, a nossa vontade, ao ser vontade própria está sob a ideia de liberdade. De uma forma mais clara, compreendemos que

“(…) à ideia da liberdade está inseparavelmente ligado o conceito de *autonomia*, e a este, o princípio universal da moralidade, o qual na ideia está na base de todas as acções de seres *racionais*, como a lei natural está na base de todos os fenómenos”.

Esta relação entre a vontade e a liberdade, é implícita a todos os seres racionais. Como refere Kant

“[p]ois como a moralidade nos serve de lei somente enquanto somos *seres racionais*, tem ela que valer também para todos os seres racionais; e como não pode derivar-se senão da propriedade da liberdade, tem que ser demonstrada a liberdade como propriedade da vontade de todos os seres racionais, e não basta verifica-la por certas supostas experiência da natureza humana, mas sim temos que demonstrá-la como pertencente à actividade de seres racionais em geral, e dotados de uma vontade”.⁹³

Pelo que se compreende o que mais adiante Kant refere, “(…) temos que atribuir a todo o ser dotado de razão e vontade esta propriedade de se determinar a agir sob a ideia da sua liberdade”⁹⁴.

A ética kantiana está centrada no conceito de dever, sendo que, o bom pertence àquilo que temos o dever de realizar. Quando Kant, na sua obra, fala no *praticamente necessário*, refere-se à moral, enquanto que a boa vontade é a faculdade do espírito humano capaz de contrariar a força dos desejos e inclinações sensíveis – determinando a ação de acordo com o imperativo moral ou imperativo categórico. Fundamentalmente, Kant relaciona moralidade, autonomia e dignidade

⁹¹ Idem, p. 85.

⁹² Idem, p. 77.

⁹³ Idem, pp. 84, 85.

⁹⁴ Idem, p. 85.

humana. Sendo que a vontade vai escolher a moralidade e é nesse momento que se torna numa vontade boa e, ainda, numa vontade autónoma. Na medida em que o homem obedece à lei moral que impôs a si próprio, este passa a ter dignidade. Relativamente à liberdade, ela é concebida quando se faz a escolha certa, isto é, quando se toma a escolha racional como móbil da nossas ações. Sumariamente, o fundamento da moralidade de cada ação para Kant é a racionalidade, ou seja, a autonomia da vontade. Assim, se a ação estiver de acordo com a autonomia da vontade ela é permitida. Ao invés disso, “[t]udo o que a ideia fundamental de Kant exige é que quando violarmos uma regra o façamos por uma razão que estivéssemos dispostos a ver aceite por todos numa situação idêntica”⁹⁵, o que reflete o princípio da universalidade.

Numa outra perspetiva ética, encontramos John Stuart Mill, filósofo e economista inglês com o Utilitarismo, teoria proposta por David Hume (1711-1776), cuja última reformulação pertenceu a Jeremy Bentham (1748-1832) que, por sua vez, influenciou Stuart Mill (1806-1873), tornando-se um dos pensadores liberais mais influentes do séc. XIX. Em tempos de mudança, Bentham esclareceu que a moralidade “(...) não é uma questão de agradar a Deus, nem uma questão de fidelidade a regras abstractas. A moralidade é apenas um esforço para trazer a este mundo tanta felicidade quanto possível”⁹⁶ e aqui já se compreende o que mais tarde vai inspirar Stuart Mill a seguir os seus princípios. Prosseguindo, “[B]entham defendia que há um princípio moral essencial, a saber

“o princípio da utilidade”. Este princípio requer que, sempre que temos a possibilidade de escolher entre acções ou políticas sociais alternativas, escolhamos aquela que, no seu todo, tem melhores consequências para todos os envolvidos”⁹⁷.

Segundo este princípio, no momento de decidirmos o que fazer, a questão a fazer é a seguinte: que resultados advirão da minha ação? Irão esses resultados promover a maior felicidade para todos os que “sofram” as suas consequências? Lembrando que para os utilitaristas, “[o] objetivo declarado da moralidade é a felicidade dos seres deste mundo, e nada mais; e é-nos permitido – ou mesmo exigido – fazer o que for necessário para promover essa felicidade”⁹⁸. Percebemos, desde já, que a abordagem utilitarista é recorrente até aos dias de hoje, por exemplo se considerarmos a construção de um hospital e acharmos que o devemos fazer no lugar A, ao invés do lugar B, porque no lugar A beneficiará mais pessoas, nesta situação estamos a pensar de forma utilitarista mesmo que sem nos apercebermos.

Faremos agora referência à obra, intitulada *Utilitarismo*, onde está retratada a ética utilitarista de John Stuart Mill. Antes de mais sublinhamos que se a filosofia moral se questiona em grande parte sobre o saber viver, o utilitarista não é exceção. Assim sendo, “[o] utilitarista enfrenta este problema

⁹⁵ Rachel, James; *Elementos de Filosofia Moral*, Gradiva, Lisboa, 2004, p. 186.

⁹⁶ Rachel, J. (2004). *Elementos de Filosofia Moral*. p. 136. Lisboa: Gradiva.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Idem, p. 138.

declarando que devemos perseguir a felicidade, mas a felicidade de todos aqueles cujo bem-estar poderá ser afectado pela nossa conduta”⁹⁹. Consideramos fundamental começar por explicar com mais pormenor porque razão a felicidade (ou então o prazer) são desejáveis. E sendo a teoria utilitarista, também uma teoria consequencialista e visto que “[d]e acordo com o consequencialismo, o *correcto* consiste em *maximizar o bom*, ou seja, consiste em gerar o melhor estado de coisas possível, se esse estado de coisas ainda não existe, ou em preservá-lo, se já existe”¹⁰⁰. Mas para compreendermos melhor o consequencialismo é necessário falar sobre o bom e sobre a sua maximização e aqui “[n]o que diz respeito à teoria do bom, Mill é um hedonista: o bom é o prazer. As únicas coisas boas são experiências de prazer, e as únicas coisas más são experiências de dor”¹⁰¹. E aqui vai além de Bentham pois relativamente aos prazeres além de ter em conta a sua quantidade (o que considerava, por si só, simples), Stuart Mill introduz como parâmetro ainda mais fundamental: a qualidade dos prazeres para se chegar a uma vida efetivamente boa. Considera que há por isso prazeres superiores e prazeres inferiores, os primeiros representam a excelência porque pela sua natureza são mais valiosos porque resultam das nossas capacidades intelectuais e traduzem-se por exemplo na contemplação de uma obra de arte. Em contrapartida, os prazeres inferiores, como por exemplo comer um hambúrguer por mais delicioso que seja não tem que ver com a nossa intelectualidade mas apenas com a nossa vontade, estando os prazeres físicos numa escala de prazeres inferior. Desta forma, os prazeres superiores correspondem aos prazeres espirituais ligados a necessidades intelectuais, sociais, morais, estéticas, etc. Enquanto os prazeres inferiores pertencem aos prazeres sensoriais ligados às necessidades físicas, como o beber, o comer, o sexo, entre outros elementos de ordem física. A razão também pela qual o hedonismo de Mill é essencialmente qualitativo, sendo a qualidade bem mais importante do que a quantidade.

Como ponto da situação, “[s]e o correto consiste em maximizar o bom, como o consequencialismo defende, então, se uma acção previsivelmente maximizará o bom, temos obrigação de realizar essa acção”¹⁰². Ou seja, a teoria utilitarista apresenta-se, ao contrário da teoria aristotélica vista anteriormente, com uma preocupação direccionada à realidade das coisas, isto é, à forma como elas são, bem como das soluções que as mesmas necessitam. É uma teoria que pretende, de forma prática, responder aos problemas do mundo na medida em que a sua “fórmula” se apresenta clara, como é exemplo: “(...) se matar um certo número de pessoas permitisse salvar um número superior de pessoas, então devê-lo-íamos fazer, quer se trate de cinquenta quer se trate de duas”¹⁰³. Esta afirmação demonstra que tudo o que está fora dos princípios utilitaristas é instrumentalizado, isto é, não são o fim em si mesmo mas um meio para atingir um fim – o que é desvalorizado por Stuart Mill. Em

⁹⁹ Mill, J. (2005). *Utilitarismo*. p. 9. Porto: Porto Editora.

¹⁰⁰ Mill, J. (2005). *Utilitarismo*. p.12. Lisboa: Gradiva.

¹⁰¹ Idem, p. 13.

¹⁰² Idem, p. 32.

¹⁰³ Idem, p. 36.

oposição, a felicidade tem valor em si mesmo porque lhe damos valor mesmo sem ser um meio para chegar a outrem, por esta razão também, pensar moralmente é ser-se imparcial no momento da decisão. Por isso que, recordando “[a] moralidade, defendia Bentham, não é uma questão de agradar a Deus, nem uma questão de fidelidade a regras abstractas. A moralidade é apenas um esforço para trazer a este mundo tanta felicidade quanto possível”¹⁰⁴. Portanto, o cálculo do utilitarismo torna-se claro “[d]evemos julgar as acções como certas ou erradas conforme causam mais felicidade ou infelicidade”¹⁰⁵ e isso, através da avaliação das suas consequências. Ou seja, o princípio da maior felicidade “(...) é uma existência tanto quanto possível isenta de dor e tão rica quanto possível em prazeres, tanto em quantidade como em qualidade”¹⁰⁶.

É certo que todos os dias assistimos a uma série de males que afetam o mundo inteiro, mas a intenção da teoria utilitarista é diminuir esses males no sentido de uma maximização do bem, o abandono do individualismo. De outro modo,

“[a] moralidade utilitarista reconhece, de facto, nos seres humanos o poder de sacrificarem o seu maior bem em prol do bem dos outros. Apenas recusa admitir que o sacrifício é, em si, um bem. A moralidade utilitarista considera desperdiçado qualquer sacrifício que não aumente, ou tenda a aumentar, a quantidade total de felicidade”¹⁰⁷.

Isto representa bem a ética de Stuart Mill, eu devo sacrificar-me se isso for vantajoso a uma maioria, caso contrário não é um ato de louvor qualquer forma de sacrifício, muito pelo contrário. Se esse sacrifício não visa um bem maior, é desnecessário. O que está bem representado nas palavras do autor que refere, “[t]enho de repetir, uma vez mais, que a felicidade que constitui o padrão utilitarista do que está correcto na conduta não é a própria felicidade do agente, mas a de todos os envolvidos”¹⁰⁸. E ainda acerca disso, acrescenta:

“[q]uem salva um semelhante de se afogar faz o que está moralmente correcto, quer o seu motivo seja o dever, ou a esperança de ser pago pelo seu incómodo; quem trai a confiança de um amigo, é culpado de um crime, ainda que o seu objetivo seja servir outro amigo para com o qual tem deveres ainda maiores”¹⁰⁹.

Devemos por isso agir sob o princípio da imparcialidade, mas ao fazê-lo é inevitável não nos questionarmos das razões pelas quais estamos a adotar determinada postura ou teoria ética. Por exemplo

¹⁰⁴ Rachel, J. (2004). *Elementos de Filosofia Moral*. p. 136. Lisboa: Gradiva.

¹⁰⁵ Mill, J. (2005). *Utilitarismo*. p.12. Lisboa: Gradiva.

¹⁰⁶ Idem, p. 57.

¹⁰⁷ Idem, p. 63.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Idem, p. 65.

“[s]into-me obrigada a não roubar ou matar, trair ou enganar; mas por que razão serei obrigada a promover a felicidade geral? Se a minha própria felicidade reside noutra coisa, porque razão não posso dar preferência a isso?”¹¹⁰

Este questionar é fundamental, na medida em que, permite-nos perceber porque agimos de determinada forma num dado contexto. A dada altura Stuart Mill diz que a esta questão se poderia responder que a sanção deste padrão de conduta é a mesma dos restantes, “os sentimentos conscienciosos da humanidade”¹¹¹. Mas isso não chega, até porque há uma preocupação social, como o próprio identifica

“[o] fortalecimento dos laços sociais, e todo o crescimento saudável da sociedade, não dá apenas a cada indivíduo um interesse pessoal mais forte na consulta efetiva do bem-estar dos outros; leva-o também a identificar cada vez mais os seus sentimentos com o bem deles ou, pelo menos, com um grau ainda maior de consideração prática por esse bem”¹¹².

O que significa que esse sentimento de bem generalizado contribui de forma positiva, não só para o sujeito da ação mas para todos, é capaz de transformar mentalidades o que vai resultar num bem alargado a toda a sociedade. Vejamos

“[n]um estado de aperfeiçoamento da mente humana, as influências que tendem a gerar em cada indivíduo um sentimento de unidade com todos os outros estão em aumento permanente; sentimento que, se perfeito, faria o indivíduo nunca pensar em qualquer condição benéfica para si mesmo, ou desejá-la, caso não estivessem todos incluídos nos seus proveitos”¹¹³.

Este sentimento de cada indivíduo procurar as melhores respostas além das que precisa para si individualmente representa a sanção precisa para a humanidade em resposta e defesa do utilitarismo que cada ser humano tem de ter enraizada que é boa de ter em si. No fundo é uma vontade de todos e de cada um,

“[e]sta convicção é a sanção suprema da moralidade da maior felicidade. É isto que faz qualquer mente, de sentimentos bem desenvolvidos, trabalhar com os motivos exteriores para se importar com os outros, e não contra esses motivos, motivos fornecidos pelo que chamei as sanções externas”¹¹⁴.

¹¹⁰ Idem, p. 78.

¹¹¹ Idem, p. 80.

¹¹² Idem, p. 85.

¹¹³ Idem, p. 86.

¹¹⁴ Idem, p. 87.

Procurarmos uma prova para o princípio de utilidade acarreta algumas exigências mais específicas. Neste ponto, compreendemos que “[a] doutrina utilitarista é que a felicidade é desejável, e a única coisa desejável, enquanto fim, sendo todas as outras coisas apenas desejáveis como meios para esse fim”¹¹⁵, o que introduz a questão *o que tem de se exigir a esta doutrina*¹¹⁶? Ao que adiante refere “[a] única prova que pode dar-se de que um objecto é visível é que as pessoas de facto o vêem”, ou seja, a prova para o que é desejável é as pessoas o desejarem efetivamente. O que demonstra que

“[n]enhuma razão pode ser avançada para explicar por que razão a felicidade geral é desejável, excepto que cada pessoa, na medida em que pensa poder alcançar a sua própria felicidade, deseja-a”¹¹⁷.

Nesta medida, a felicidade é um bem e isso repercute-se no sentido em que como o autor nos diz a felicidade de cada um é a sua felicidade mas a felicidade de um modo geral é, então, um bem para todos.

Note-se que,

“(…) se a natureza humana é constituída de forma a nada desejar que não seja ou parte da felicidade ou um meio para a felicidade, não podemos ter outra prova, e não precisamos de outra, de que estas são as únicas coisas desejáveis. A ser assim, a felicidade é o único fim da acção humana, e a sua promoção o teste por meio do qual se avalia toda a conduta humana”¹¹⁸.

Se todos aspiramos às coisas boas, à felicidade tudo aquilo que buscamos diariamente tem em vista esse fim e a isso nada é preciso ser acrescentado porque esse é um fim em si mesmo. Desta forma, a vontade é como que o caminho para esse fim último que é o supremo bem, a felicidade. Note-se que Mill acredita na sociabilidade inata do ser humano, o que se expressa na sua defesa de que a felicidade de A juntamente com a felicidade de B é maior do que a felicidade de cada um isoladamente.

Surge uma grande questão, será o critério da utilidade um critério correto, justo? O utilitarismo tem-se confrontado com muitas críticas que surgem nesse sentido. Relembrando que “[a] ideia fundamental da teoria é que para determinar se uma acção é correcta, devemos ter em atenção *o que acontecerá em resultado de a fazermos*”¹¹⁹, os opositores desta teoria alegam que existem outros fatores que deveriam ser postos em causa além da sobrevalorização das consequências, isto é, do maior bem para o maior número de pessoas.

¹¹⁵ Idem, p. 89.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Idem, p. 90.

¹¹⁸ Idem, p. 94.

¹¹⁹ Rachel, J. (2004). *Elementos de Filosofia Moral*. p. 155. Lisboa: Gradiva.

Desde o início, o autor subordina a justiça à utilidade, a justiça aqui é vista como a soma do bem-estar dos indivíduos, “[a] justiça implica algo que é não apenas correcto fazer, e incorrecto não fazer, mas que uma pessoa pode exigir-nos como seu direito moral”¹²⁰. Já fizemos várias vezes consideração à imparcialidade, princípio que caracteriza a postura utilitarista e, neste sentido,

“[e]ssa virtude primordial entre as virtudes judiciais, a imparcialidade, é uma obrigação de justiça, em parte pela razão agora mencionada; por ser uma condição necessária do cumprimento das outras obrigações de justiça”¹²¹.

A justiça é entendida pelo utilitarismo, da seguinte forma:

“[s]e é um dever dar a cada um o que merece, retribuindo o bem com o bem e reprimindo o mal com o mal, segue-se necessariamente que devemos tratar por igual (quando nenhum dever mais alto o proíbe) aqueles que merecem o mesmo da nossa parte, e que a sociedade deve tratar por igual quantos merecem o mesmo da sua parte, isto é, quantos merecem por igual absolutamente”¹²².

Com isto, percebemos melhor as palavras de Bentham, ainda citadas nesta obra: “todos devem contar por um, e ninguém mais do que um, o que explica de forma clara o princípio da utilidade e, também, da igualdade. E está aqui explanado o preceito da justiça utilitarista. Nesta linha de pensamento, é de considerar que existem momentos em que se torna imperativo roubar, matar, mentir, entre outros atos, por norma, condenáveis. Atendamos às palavras do autor:

“[a]ssim, para salvar uma vida, pode ser não apenas permissível, mas um dever, roubar, ou tomar pela força a comida ou os medicamentos necessários, ou raptar o único médico competente e força-lo a exercer”¹²³.

Temos presente a ideia de que a situação por si revela as suas exigências e, o utilitarismo “limita-se” a pelo seu princípio responder de uma forma prática.

Percebemos que neste tema da justiça, Mill tenta responder e justificar porque razões a ética utilitarista não está em desacordo para com a justiça. Para isso, faz referências à justiça que vigora na sociedade, referindo-se aos códigos legislativos que visam punir os infratores. Para combater o problema das diversas opiniões sobre como se deve punir uma injustiça recorrendo ao princípio da utilidade, Mill apresenta as regras da justiça com o intuito de servir e *proibir a violação dos direitos individuais, protegendo os aspectos mais importantes do bem estar humano*. São exemplo: dar a cada

¹²⁰ Mill, J. (2005). Utilitarismo. p.12. Lisboa: Gradiva.

¹²¹ Idem, p. 125.

¹²² Idem.

¹²³ Idem, p. 128.

um aquilo que ele merece e ao nível da exigência da igualdade, todos os indivíduos serem considerados iguais.

Com este fundamento, o filósofo considera que um utilitarista vive bem com qualquer exigência da justiça, afirmando que

“[a] justiça continua a ser o nome adequado para certas utilidades sociais que são muitíssimo mais importantes, e por isso mais absolutas e imperativas, do que quaisquer outras o são enquanto classe”¹²⁴.

O que denota que o utilitarismo tem por ambição uma ampla realização pessoal, com vista a uma existência social que tome por bases a harmonia e clarifique sempre o argumento utilitarista de que “[d]evemos julgar as acções como certas ou erradas conforme causam mais felicidade ou infelicidade”¹²⁵. Sumariamente,

“[a] qualidade de uma vida – o grau em que ela é boa ou má para quem a vive – resulta assim somente da apazibilidade e da dolorosidade das experiências que a preenchem. E essas experiências, acrescentará o hedonista mais puro, são boas ou más apenas em virtude de serem, respectivamente, apazíveis ou dolorosas – e não por outra razão qualquer”¹²⁶.

Como podemos ver, o projeto ético desenvolvido pelo utilitarismo considera a ação boa aquela que promove não somente a felicidade da pessoa mas, também, a da maioria das pessoas. Consideramos o utilitarismo uma forma de altruísmo ético que visa tornar o ser humano mais solidário na construção de uma sociedade amplamente mais harmoniosa.

¹²⁴ Idem, pp. 128, 129.

¹²⁵ Rachel, J. (2004). *Elementos de Filosofia Moral*. p. 147. Lisboa: Gradiva.

¹²⁶ Galvão, P. (2013). *Filosofia: Uma introdução por disciplinas*. p. 152. Lisboa: Edições 70.

Capítulo 2 – A ética prática

“A ética aplicada é uma das áreas onde a filosofia, praticada na sua melhor tradição argumentativa demonstra a sua fecundidade como instrumento de abordagem a alguns dos grandes problemas da humanidade.”

Peter Singer

A ética prática surge como resposta à metaética, isto é, ela ganha impulso quando a metaética já não é suficiente para dar as respostas necessárias. Nos anos sessenta, as universidades vêm-se perante temas e discussões sérias que exigem um debate rigoroso e é aí que, em sala de aula, a ética prática começa a conquistar as atenções dos estudantes. É neste sentido que a metaética perdia o seu lugar no que se refere à ética filosófica. Exigia-se mais do que afirmações, eram agora necessários fundamentos específicos que viessem em resposta dos problemas decorrentes. Assiste-se à união da metaética com a ética normativa e, ainda, com a ética prática todas se aperfeiçoam e é, por isso, que hoje o campo da ética se vê unificado. Posto isto, a ética prática vê-se incluída na considerada boa filosofia: é-lhe, por isso, exigido que seja cuidada e rigorosa na forma como trabalha determinado problema.

A ética prática é uma parte da ética que, essencialmente, “(...) se ocupa de questões morais específicas com relevância prática manifesta”¹²⁷, ao que se acrescenta

“[m]uitas das questões mais debatidas na ética aplicada dizem respeito ao começo e ao fim da vida humana. Discute-se, por exemplo, em que circunstâncias será eticamente aceitável recorrer ao aborto, à clonagem, à eutanásia ou à pena de morte. Os problemas éticos suscitados pela guerra e pela pobreza têm sido também intensamente discutidos. O tratamento que devemos dar aos animais não-humanos e a natureza das nossas obrigações relativas à proteção do ambiente são outras questões centrais nesta área”¹²⁸.

Posto isto, podemos perceber que as “discussões” em que ética prática se inclui são entendidas como centrais num momento de avaliação dos princípios morais. Os mais variados debates sobre os temas acima enunciados, como é exemplo a eutanásia, o aborto, a inseminação artificial, entre muitos outros, permitem “clarear” os princípios vigentes numa sociedade e originar mudanças no que se refere à natureza desses mesmos juízos morais. É exigida à ética prática que seja bem informada e rigorosa no tratamento das questões. Considera-se a ética prática como a discussão filosófica atenta e

¹²⁷ Galvão, Pedro; *Filosofia: Uma introdução por disciplinas*, Edições 70, Lisboa, 2013, p. 171.

¹²⁸ Idem, pp. 171, 172.

sábria sobre as implicações práticas possíveis de ter importância nos outros, definindo-se pela forma como discute determinada questão/problema.

Cada vez mais a ética prática encontra a sua fundamentação no conhecimento empírico e isto porque não basta enunciar o que é suposto ser correto mas antes revelar as suas justificações práticas, visíveis. O primeiro passo da ética prática é, desta forma, ser informada para consequentemente, informar. Sempre em vista de um objetivo, o de que “[a] vida ética constitui a alternativa mais fundamental à demanda convencional do interesse próprio”¹²⁹. Isto porque, aspira-se a que o conhecimento seja libertador do egoísmo. No sentido em que como Singer refere,

“[s]e conseguirmos alhear-nos das nossas preocupações imediatas encarar o mundo como um todo e o nosso lugar nele, veremos que existe algo absurdo na ideia de que as pessoas têm dificuldade em encontrar por que viver”¹³⁰.

É, neste sentido, objetivo da ética em geral, demonstrar que:

“[v]iver uma vida eticamente reflectida não é uma questão de observar estritamente um conjunto de regras que determina o que devemos e não devemos fazer. Viver eticamente é refletir de uma forma particular sobre o modo como vivemos e tentar agir de acordo com as conclusões dessa reflexão”¹³¹.

Nesta reflexão percebe-se o apelo ético à contribuição de cada um, no sentido de melhor se compreender a realidade envolvente, bem como as respostas que nós, enquanto seres humanos, poderemos dar na prática.

Introduzidas sumariamente as questões de maior centralidade no âmbito da ética prática, bem como a sua definição e preocupação elementar é momento de fazer referência a um autor incontornável nestas questões, Peter Singer. Um dos filósofos que no séc. XX mais contribui para o revigorar da ética prática, define-a como instrumento de abordagem de alguns problemas da nossa humanidade. Uma das questões que impulsiona a ética prática é a seguinte: quais são as nossas responsabilidades pessoais perante determinados problemas? E é, essencialmente, no cerne desta questão que Singer vai desenvolver e afirmar os seus pressupostos éticos, na tentativa de que, nesta linha de pensamento, cada um de nós, individualmente, se interrogue “qual a minha responsabilidade individual relativamente a este problema?”.

Peter Singer na sua obra “Ética Prática” trabalha algumas questões de índole prática como são exemplo, os direitos dos animais, o aborto, os refugiados, a pobreza, o ambiente, a fome no mundo, entre outros. Não nos importa no presente trabalho ir ao pormenor dessas questões, importa-nos sim compreender como o autor assimila e define a ética prática. Considerando que, para Singer “(...) um

¹²⁹ Singer, Peter; *Como havemos de viver? A ética numa época de individualismo*, Dinalivro, Lisboa, p. 16, 2005.

¹³⁰ Idem, p. 14.

¹³¹ Idem, p. 16.

tema ético importante é aquele que toda a pessoa que pensa um pouco tem de enfrentar”¹³², daí os assuntos sobre os quais se envolve. Defendendo e adiantando que o que se encontra naquilo que o próprio escreve sobre o que a ética é, ele diz: a ética é uma perspectiva e, neste sentido, diz “[o] que se segue é um esboço de uma perspectiva da ética que concede à razão um papel importante nas decisões éticas”¹³³. Neste seguimento trabalha os assuntos de índole prática que entende como problemas do mundo e isso leva-o a lançar uma questão “Porquê agir moralmente?”¹³⁴. Alguns filósofos rejeitaram esta questão, consideraram-na *logicamente imprópria*. Sendo que Peter Singer, explica

“[u]ma razão para esta rejeição reside na afirmação de que os nossos princípios éticos são, por definição, os princípios que consideramos imperiosos. Significa isto que quaisquer princípios imperiosos para uma determinada pessoa, são necessariamente os princípios éticos dessa pessoa”¹³⁵.

O que vai ilustrar da seguinte forma,

“(…) e uma pessoa que aceita como princípio ético dever dar a sua riqueza para ajudar os pobres tem, por definição, de ter decidido dar a sua riqueza. Nesta definição da ética, a partir do momento em que uma pessoa toma uma decisão ética, nenhuma questão ética adicional pode surgir”¹³⁶.

Ainda sobre a mesma questão, Singer diz “[a] pergunta pede razões para ir além do interesse pessoal na acção e para agir apenas com base em juízos que estamos dispostos a prescrever universalmente”¹³⁷, o que nos direcciona a Kant. Peter Singer então não discorda, a ética implica a universalizabilidade. Onde inclui também a racionalidade, sobre a qual escreve

“(…) [q]uero agora sugerir que a racionalidade, no sentido amplo que inclui a consciência de si mesmo e a reflexão sobre a natureza e a finalidade da nossa própria existência, pode levar-nos a preocupações mais amplas do que a qualidade da nossa própria existência”¹³⁸.

E é, sobre esse raciocínio, que Singer vai dizer que esta resposta “Porquê agir moralmente?” não pode corresponder assertivamente aos ideais de todas as pessoas, ou como o próprio diz “não pode receber uma resposta que ofereça a toda a gente razões imperiosas para a prática de actos morais”¹³⁹. E vai

¹³² Singer, Peter; *Ética Prática*, Gradiva, Lisboa, p. 9, 2002.

¹³³ Idem, p. 24.

¹³⁴ Idem, p. 339.

¹³⁵ Idem, p. 340.

¹³⁶ Idem, p. 340.

¹³⁷ Idem, p. 343.

¹³⁸ Idem, p. 360.

¹³⁹ Idem, p. 361.

mais além, considera importante “que as sanções legais e a pressão social nos dêem razões adicionais contra graves violações dos padrões éticos”¹⁴⁰, mas refere que mais importante ainda são

“(…) aquelas pessoas cuja reflexão é suficiente para as levar a fazer a pergunta que estudámos ao longo deste capítulo são também as que têm maiores probabilidades de compreender as razões que podem ser aduzidas a favor da adopção do ponto de vista ético”¹⁴¹.

O que representa que para Singer, a reflexão é o cerne da vida ética ou melhor, é o caminho que possibilita essa vida.

Numa outra obra, intitulada “Escritos sobre uma vida ética”, encontra-se o conjunto de textos do autor que mais abrangência conquistaram. Queremos destacar algumas partes da mesma por lhe reconhecermos uma amostra clara do pensamento de Singer. A determinado momento, sobre a ética e o interesse pessoal, o filósofo refere: “[c]oncebemos a ética separada do interesse pessoal”¹⁴², neste sentido, acrescenta que “[a] ortodoxia comum sobre o interesse pessoal e a ética desenha uma imagem desta última como algo que nos é extrínseco e até mesmo hostil aos nossos próprios interesses”¹⁴³. O que o autor pretende mostrar é que agimos, quase sempre, por medo de represálias ou na falta de identidade própria. E por isso, podemos ler

“[a] perseguição do interesse pessoal, concebido sob este padrão, consiste numa vida sem qualquer significado para além do nosso próprio prazer ou da satisfação individual. Uma vida assim é frequentemente um empreendimento autodestrutivo”¹⁴⁴.

Já num capítulo, intitulado “Viver eticamente”, podemos ler um relato real que de uma forma particular, nos conquistou atenção e que, de facto, nas suas entrelinhas se enquadra como resposta a essa questão que intitula o texto. Este relato, sumariamente, trata da história de um homem judeu que foi escravo e sobreviveu em grande parte pela ajuda de Lorenzo, um italiano não judeu que trabalhava como civil. Levi escreve sobre o que Lorenzo fez por si:

“[a]crédito que o facto de eu hoje estar vivo se deve realmente a Lorenzo; e não tanto pela ajuda material que me prestou, como por me ter lembrado constantemente, com a sua presença, e pela sua maneira natural e séria de ser bom, que ainda existia um mundo justo à volta do nosso próprio mundo, alguma coisa e alguém ainda puro e íntegro (...) uma possibilidade remota de bem, mas pela qual valia a pena sobreviver”¹⁴⁵.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Singer, Peter; *Escritos sobre uma vida ética*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2008, p. 258.

¹⁴³ Idem, p. 259.

¹⁴⁴ Idem, p. 260.

¹⁴⁵ Idem, p. 265.

Citamos esta passagem porque nela está, também, o reflexo do que é a preocupação ética. É o querer compreender o mundo e compreendê-lo melhor de dentro para fora, isto é, agir na transparência do que se é efetivamente, como Lorenzo foi para Levi. Peter Singer deixa claro que nem sempre aquilo que fazemos, dentro duma conduta ética, é reconhecido como neste caso foi. Mas são exemplos como este, de conduta ética, que servem de encorajamento para o amanhã.

Peter Singer relembra-nos que a ética está sempre presente, explicita

“[e]stá subjacente a muitas das nossas escolhas, sejam elas pessoais ou políticas, ou quando ultrapassam essa distinção. Às vezes surge-nos fácil e naturalmente; noutras circunstâncias pode ser muito exigente (...). Para fazermos as escolhas decisivas correctamente consideradas adequadas, temos, antes de mais, de ter consciência das ramificações éticas da maneira como vivemos. Só assim é possível tornar a ética uma parte mais consciente e mais coerente da vida quotidiana”¹⁴⁶.

Cada vez mais se assiste a um mundo que precisa dessa consciência, como refere Singer estamos “[n]uma sociedade em que a estrita prossecução do interesse material de cada um é a norma, a mudança para uma atitude ética é mais radical do que aquilo que muitas pessoas pensam”¹⁴⁷ e o autor refere ainda que “[u]ma abordagem ética da vida não nos proíbe de ter prazer ou de gostar de comida e de vinho, mas muda o nosso sentido das prioridades”¹⁴⁸. Mas como o autor sublinha, não podemos esperar que todos pensem do mesmo modo, que todas as pessoas implantem em si e no outro essa consciência ética, mas podemos e devemos contribuir com aquilo que de melhor soubermos. Mas é importante ter consciência de que

“[u]ma vez que a simples razão se provou incapaz de resolver completamente o conflito entre o interesse pessoal e a ética, é pouco provável que a argumentação racional venha a persuadir cada pessoa racional agir eticamente. (...) [a]ssim durante muito tempo, o mundo continuará a ser um lugar onde é difícil viver”¹⁴⁹.

No entanto, continuamos a ser autores e a ter o papel principal, este papel revê-se todos os dias, temos de ter iniciativa e acreditar como Singer diz “(...) viver uma vida ética é uma alternativa realista e viável à predominância actual do interesse pessoal materialista”¹⁵⁰. Atitude ética passa, essencialmente, pela atitude e consciência de que

“[q]ualquer pessoa pode vir a fazer parte da multidão crítica que nos oferece uma oportunidade de melhorar o mundo antes que seja demasiado tarde.

¹⁴⁶ Idem, p. 274.

¹⁴⁷ Idem, p. 281.

¹⁴⁸ Idem, p. 282.

¹⁴⁹ Idem, p. 282.

¹⁵⁰ Idem, p. 283.

Cada pessoa pode repensar os seus objectivos e perguntar-se o que está a fazer com a sua própria vida”¹⁵¹.

No sentido de procurar respostas concretas para que essa melhoria do mundo se reconheça está assim a ética prática, ou como alguns autores a denominam “ética aplicada”. Na obra “Dos fundamentos às práticas” de Maria do Céu Neves, a ética prática ou aplicada (como a autora irá tratar),

“(…) consiste no tratamento de casos concretos (...). Pela especificidade dos problemas que estuda, a ética aplicada é um domínio mais empírico, ou um domínio no qual a informação empírica é mais relevante do que noutras áreas da ética”¹⁵².

Deste modo, ela está em praticamente em todos os contextos da vida humana, como é ainda referido na obra da Maria do Céu Neves relativamente à ética prática (ou aplicada):

“[e]la pode abarcar todos os domínios aos quais se queira aplicar a reflexão racional e autónoma sobre a moralidade comum e o modo como ela lida com práticas e costumes existentes em qualquer sociedade humana, especialmente num contexto de mudança acelerada”¹⁵³.

Sendo que se assiste ao seu desenvolvimento, em grande parte, na segunda metade séc. XX quando surge a necessidade de se passar da teoria à prática perante os problemas que iam surgindo e na exigência de respostas concretas a problemas éticos que se viam nas sociedades contemporâneas. A ética prática vem demonstrar,

“(…) que a ética não é exatamente uma disciplina científica, que ela intervém sempre num contexto particular e que a sua principal condição é a de completar a teoria e de desenvolver as consequências práticas do conhecimento para a vida quotidiana”¹⁵⁴.

Isto, na consciência de que, vivemos numa sociedade que requer algumas especificidades, como podemos ler,

“[e]ncontrando-se a sociedade actual numa situação de crise, fundamentalmente numa crise de sentido para o ser humano, tornam-se necessários sistemas de valores que orientem a vida dos homens em relação às ideias de “bem” e de “mal”, exigindo-se, por isso, uma chamada da ética, convocando à responsabilização todos os saberes e, particularmente, o saber educativo”¹⁵⁵.

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² Neves, Maria; *Dos Fundamentos às Práticas*, Edições 70, Lisboa, 2016, p. 95.

¹⁵³ Idem, p. 96.

¹⁵⁴ Idem, p. 212.

¹⁵⁵ Idem, p. 225.

Sendo chamada a educação, a par da ética neste encontro com os sistemas de valores que orientem a vida dos homens, como podemos ler anteriormente. Lembrando que,

“[a] ética opera, assim, como que um chamamento ao qual cada consciência humana responde pessoalmente, no dinamismo da sua auto-realização, implicando, na sua essência, uma abertura ao sentido, indissoluvelmente ligada à abertura aos outros, à coexistência.”

Ao que acrescenta, “[d]aí a presença estruturante da ética na educação”¹⁵⁶, que encontra a sua justificação maior se olharmos

“[a] escola, numa referência a valores ético, formará para a articulação destes valores nos diferentes níveis da actividade da sociedade, possibilitando, através da apropriação e da construção de novos saberes, a emergência de subjectividades livres, autónomas, responsáveis e solidárias”¹⁵⁷.

Quando, no fundo, é dessa *formação* que direcione sem que roube “liberdades” o caminho a que se aspira quando o assunto é a ética na sociedade de hoje.

¹⁵⁶ Idem, p. 231.

¹⁵⁷ Idem, p. 240.

2.1. Paradoxos morais e Dilemas éticos

“Ninguém pode dizer hoje, sem correr o risco de se enganar, aquilo que vai ser dentro de cinco ou dez anos. Mas pode dizer aquilo que deseja ser, o que é talvez o essencial.”¹⁵⁸

Por dilema, do grego *dílema*, “proposição dupla”, do latim *dilema*, “idem”: entendemos um problema que disponibiliza duas ou mais soluções. São situações que, por essa mesma razão, interferem na nossa liberdade de escolha, bem como nas liberdades exteriores. No momento presente, através de alguns autores pretendemos ir ao encontro de uma definição de dilema ético/moral a mais clara e precisa possível. Desta forma, para Isabel Baptista, um dilema é quando face a um problema, somos chamados a tomar uma posição face a duas, ou mais, respostas éticas possíveis que efetivamente sejam possíveis. Considerado, assim, um dilema como uma situação problemática que vem exigir uma solução de entre o leque de “opções” disponíveis, isto é, possíveis, percebe-se a importância e o apelo que é feito à reflexão do sujeito em questão no momento da tomada de decisão. Ideia que a autora reforça e, por isso, retomando as palavras de Isabel Baptista, dilemas são “situações de radical inquietação, para as quais parece não existir resposta possível”¹⁵⁹, ao que acrescenta “(...) [o] problema parece suscitar alternativas que, pelo menos na aparência, surgem como igualmente válidas do ponto de vista ético”¹⁶⁰. Quando a autora fala em *problema*, está a referir-se a um dilema, este considerado como “problema, na medida em que, nos coloca numa situação de difícil decisão. Onde, maioritariamente, encontramos os nossos valores em conflito, por isso “[e]m suma, por definição, os dilemas remetem para o plano da decisão individual e quotidiana, onde o poder de juízo se exerce em situação”¹⁶¹.

Integrando, os dilemas éticos, a história da humanidade, dependem das nossas escolhas diárias e das nossas ações e, podem, por isso, ser mais ou menos marcantes consoante o período da história. Os dilemas apresentam-se, como situações de conflito interior que surgem de pontos de vista diferentes. Por outras palavras, um dilema existe quando estamos perante uma situação/problema em que a ética se mostra relevante. Ou seja, não apenas em situações de conflito entre razões éticas, mas também, sob conflitos em que intervenham razões de legalidade, religião ou ligadas aos próprios interesses; quando nos deparamos com qualquer área em que não sabemos o que é moralmente correto, se é que existe algo que o seja (exemplo: quando falamos no aborto); e, também, entendemos o dilema como uma situação em que o sujeito (entendido como o agente da ação), se vê perante o

¹⁵⁸ Morin, Edgar; *A sociedade em busca de valores*, Instituto Piaget, Lisboa, 1996, p. 11.

¹⁵⁹ Baptista, Isabel; *Dar Rosto ao Futuro: A educação como compromisso ético*, Profedições, Porto, 2005, p. 119.

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ Baptista, Isabel; *Ética, Deontologia e Avaliação do Desempenho Docente*. Cadernos do CCAP -3 Conselho Científico para a Avaliação de Professores, Lisboa, 2011, p. 41.

dever de praticar duas ações em simultâneo, mas não pode praticar ambas as ações porque a prática de uma causa a impossibilidade da outra. No entanto, nunca se resolve definitivamente um dilema ético, porque as nossas escolhas são isso mesmo: escolhas e jamais uma expressão absoluta da verdade. O que não retira a importância desta pesquisa, muito pelo contrário, porque os nossos tempos são tempos de conflitos o que reflete a urgência ética nessas mesmas situações em todo mundo.

Segundo Pedro Galvão, “[u]m agente enfrenta um dilema moral genuíno quando está numa situação em que (1) *deve* realizar um certo acto; (2) *deve* também realizar outro acto e (3) é-lhe *impossível* realizar ambos os actos, ou seja, a realização de um deles exclui a realização do outro”¹⁶². Ou seja, como vimos anteriormente, é sempre que não temos uma única resposta possível de entre as possibilidades apresentadas e sempre que “a resposta” não possa ser considerada como válida sem ponderação alguma, estamos diante situações de ordem dilemática. Por outras palavras, são situações em que temos de nos debruçar sobre as implicações das nossas decisões e a imprevisibilidade das mesmas. Segundo Isabel Baptista

“[c]olocando a questão em termos gerais, podemos considerar que estamos perante um “tema” ou um “problema ético” sempre que a situação em causa suscita interrogações sobre o processo de desenvolvimento das pessoas”¹⁶³.

Por outras palavras, “[o]s problemas surgem exactamente quando a situação vivida põe em evidência a fragilidade das nossas convicções ou o desconcerto de razões possíveis”¹⁶⁴, isto é, quando nos interrogamos sobre qual a coisa certa a ser feita naquelas circunstâncias, em situações particulares.

Consideramos curioso como Edgar Morin se refere à contemporaneidade, aos tempos em que as certezas se tornam vagas, fala-nos de uma “incapacidade, de imaginar o futuro”¹⁶⁵, chega a dizer “[a] autonomia paga-se, muitas vezes, a um preço alto. A liberdade tem isto de paradoxal que é o facto de ser também um encargo, uma servidão”¹⁶⁶. E é com essa preocupação constante que a ética no seu campo mais específico, enquanto ética prática, revê a sua personalidade nestas palavras:

“[a] verdadeira ética não está nas grandes declarações de generosidade, está numa solidariedade inteligente na procura de compromissos humanistas entre o possível e o ideal, o presente e o futuro, a eficácia e a justiça social”¹⁶⁷.

Baseada nessa preocupação que toma lugar entre o presente e o futuro define-se a ética prática. No entanto, deve aceitar que “[h]averá sempre pessoas que não se interessam por ninguém nem por nada,

¹⁶² Galvão, Pedro; *Filosofia: Uma introdução por disciplinas*, Edições 70, Lisboa, 2013, p. 169.

¹⁶³ Baptista, Isabel; *Dar Rosto ao Futuro: A educação como compromisso ético*. Profedições, Porto, 2005, p. 124.

¹⁶⁴ Idem, p. 125.

¹⁶⁵ Morin, Edgar; *A sociedade em busca de valores*, Instituto Piaget, Lisboa, 1996, p. 21.

¹⁶⁶ Idem, p. 22.

¹⁶⁷ Idem, p. 37.

nem sequer por elas próprias”¹⁶⁸, o que não significa que se descure daquilo que é de todos nós: o mundo. Nesse sentido, o autor afirma que,

“[a] pesar disso fazemos parte deste mundo e há uma necessidade desesperada de fazer alguma coisa *agora* acerca das condições nas quais as pessoas vivem e morrem, e evitar o desastre simultaneamente social e económico”¹⁶⁹.

Palavras de Peter Singer que explicitam quais as preocupações da ética prática, isto é, as preocupações e as necessidades de que a mesma se serve para atuar.

Nestas questões dos dilemas éticos, a título de acrescento, consideramos importante destacar Kohlberg, psicólogo que nasceu em Nova Iorque, especializou-se na investigação sobre educação e argumentação moral, ficando conhecido pela sua teoria dos níveis de desenvolvimento moral, inspirado na teoria do desenvolvimento de Piaget. Importa-nos sublinhar, essencialmente, que Kohlberg foi um crítico do relativismo ideológico da clarificação de valores, defendendo que “(...) o objectivo da educação moral deve ser não apenas clarificar valores mas, sobretudo, ajudar a desenvolver o raciocínio moral”¹⁷⁰. Ou seja, o raciocínio moral desenvolve-se não pela endoutrinação mas na discussão de dilemas. Onde, dessa forma, defende que os alunos com *os princípios de estádios de desenvolvimento mais baixos* podem evoluir a estádios superiores com mais facilidade. Defende, também, que cada um de nós tem as suas próprias virtudes, razão pela qual Kohlberg diz que “a educação do carácter, ao preferir uma definição sobre a outra, não pode deixar de se tornar em endoutrinação pura e simples”¹⁷¹. Kohlberg representa, através do raciocínio moral, a importância do pensar individual, da fomentação do “eu”, o que se encontra com o pensar os dilemas éticos.

No decorrer do seu doutoramento, Kohlberg realizou estudos longitudinais nos EUA, servindo-se dos dilemas morais. Apresentava os dilemas e pedia às pessoas que justificassem aquilo que iam dizendo. Num momento posterior, analisava aquilo que ia ouvindo, sendo as suas justificativas a representação do valor moral. Geralmente os dilemas expostos por Kohlberg colocavam os entrevistados numa situação limite, o que os deixava mergulhados em dúvida pela dimensão das questões com que se deparavam. Um dos seus mais famosos dilemas (o qual encontramos na parte prática do presente trabalho), o Dilema de Heinz, é exemplo de que todos os dias estamos perante situações de dilema, pois somos todos constantemente levados a tomar decisões, decisões muitas vezes profundas e, isso porque, alteram o curso da nossa vida. Kohlberg é um nome fundamental nestes assuntos porque, através do seu trabalho, incita que o sujeito assuma e se identifique com o seu processo de desenvolvimento de forma geral e, essencialmente, moral é preciso que lhe sejam fornecidas condições para que ele mesmo tome iniciativa e para isso inclua decisões

¹⁶⁸ Singer, Peter; *Como havemos de viver? A ética numa época de individualismo*, DinaLivro, Lisboa, 2006, p. 404.

¹⁶⁹ Idem, p. 405.

¹⁷⁰ Cunha, Pedro; *Ética e Educação*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1996, p. 32.

¹⁷¹ Idem, p. 33.

assertivas – responsabilizando-se pelas mesmas. É nas suas decisões que o Homem se encontra com ele próprio.

Representa a ação moral para o autor a promoção do raciocínio moral, baseando toda a sua teoria nessa autonomia capaz de formar os homens conscientes, comprometidos entre o pensamento e a ação.

Em jeito de conclusão, podemos dizer que tudo anda em torno de uma questão: a de que se compreende a importância de pensarmos as nossas ações, afinal como escreveu contemporaneamente Luís Araújo:

“[c]onhecer o fundamento e o valor do agir é o esforço irrenunciável para compreender a vida humana em toda a sua complexidade com vista ao aperfeiçoamento pessoal. Neste sentido, a reflexão ética consistirá em estabelecer e propor as vias de acesso para a realização da liberdade racional”¹⁷².

É nesse sentido, no do aperfeiçoamento pessoal que a ética prática mantém o seu objetivo, numa busca constante pelo querer fazer mais e melhor. O autor fala de um “abandono” em que o sujeito se encontra o que diz exigir “(...) uma análise serena das circunstâncias em que tem lugar a sua conduta”¹⁷³ e ainda, “ (...) um exame crítico da experiência íntima dos valores e dos ideais donde derivará o projecto de uma existência liberta de alienações e orientada por uma ordem justa”¹⁷⁴. Razão pela qual a ética é entendida como uma orientação da conduta humana, permitindo a autonomia da vontade de cada um.

Toda a preocupação ética, de modo geral,

“(...) caracteriza-se por um esforço reflexivo de discernimento dos fundamentos da acção humana, isto é, dos seus conteúdos e do seu sentido, por consequência, preocupa-se com a formação do carácter dos indivíduos para que a existência humana não se reduza a meras libertações pulsionais em ordem a unir convicções a um sentido de responsabilidade que neutraliza o voluntarismo do arbítrio”¹⁷⁵.

Segundo Luís Araújo, todo o trabalho deve caminhar no sentido de que a vida não se fique pelo mero cumprimento dos impulsos, mas antes, por um mundo em que a reflexão faça parte de toda a nossa conduta. Este “apelo” é fundamental, uma vez que, não estamos sós e diz-nos Luís Araújo

“(...) o ser humano dá-se conta de que *estar-no-mundo* é estar numa ampla circunstância que engloba coisas e seres cuja existência é, por si só, um

¹⁷² Araújo, Luís; *Ética – Temas Sociais*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 2010, p. 30.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Idem, p. 31.

desafio à sua inteligibilidade e onde *estar-com-os-outros* é uma dimensão fatal da condição humana”¹⁷⁶.

Por isso o “pensar” torna-se fundamental, servindo de meio para salvar toda a existência. Mas existe um patamar importante, aquele em que todos nós no passar dos dias nos vemos, vemos nas palavras do autor quando nos fala da existência de um problema:

“[é] aqui que surge um problema fundamental a cujo desafio todos os seres humanos inexoravelmente têm de encontrar uma resposta, ao mesmo tempo verosímil e válida, que há-de consistir em testemunhar a legitimidade dos ideais ou valores afirmados na acção, quer dizer, unificar num critério superior as múltiplas razões que geram e estimulam o agir humano”¹⁷⁷.

É na procura dessa legitimidade que “habita” a ética, bem como a ética prática e onde servem de “motores” os dilemas éticos, como ferramenta lúcida do bem pensar para o bem agir, designando a ética como *uma atenta e profunda tomada de consciência da situação do ser humano no mundo*¹⁷⁸.

¹⁷⁶ Idem, p. 153.

¹⁷⁷ Idem, p. 195.

¹⁷⁸ Idem, p. 351.

Parte II – Proposta de uma prática docente

A prática docente faz parte integrante da metodologia de investigação-ação presente no Regulamento do Mestrado de Ensino de Filosofia no Ensino Secundário. No sentido em que, o estágio permite um desenvolvimento individual enorme, pois apresenta-se como um desafio muito rico aos conhecimentos dos mestrandos e na comunhão com uma apresentação teórica pensada e fundamentada, deve o estudante optar por uma questão/objetivo que se prenda com a disciplina de Filosofia. Em coerência com a mesma, num momento posterior, deve propor um método que sirva a prática docente, ou seja, que tenha por objetivo uma resposta o mais aproximada possível aos resultados que se pretende, desde logo, atingir.

Neste seguimento processual, a nossa proposta de prática docente baseou-se na preparação e execução de três aulas de 50 minutos, com o objetivo de, a partir de alguns recursos/estratégias, que têm por base o plano pedagógico-didático, alcançar algumas respostas que se prendam com a importância da ética na relação educativa. O que permite, assim, um encontro mais sustentado no que se refere, de um modo mais geral, à pertinência da filosofia no quotidiano e, de modo mais específico, ao papel da ética na profissão docente. Tudo isso com vista a uma formação que parte do professor, do qual se espera uma formação cuidada para que, posteriormente, essa formação influencie o aluno que espera receber uma formação o mais cuidada possível. Sumariamente, nesta relação o objectivo é moldar positivamente a postura dos jovens na escola, o que se reflete, no seu modo de estar no mundo.

1. Enquadramento da proposta de prática docente

1.1 Enquadramento curricular

A nossa proposta de prática docente prende-se com a unidade II do 10º ano presente no Programa Nacional de Filosofia – A ação humana e os valores, mais especificamente, as três aulas que lecionamos em torno da questão, centram-se nas subunidades: 2. Os valores – análise e compreensão da experiência valorativa - 2.2. Valores e cultura e, ainda, a subunidade 3. Dimensão da ação humana e dos valores – 3.1.3. A necessidade de fundamentação da moral – análise comparativa de duas perspectivas filosóficas.

O núcleo destas opções, justifica-se por, no seio dos mesmos, estarem presentes os conteúdos programáticos onde é possível alcançar com mais rigor e eficácia os resultados a que nos propusemos inicialmente explorar. Sendo, também, de salientar - a importância dos dilemas éticos – aqui encarada como uma atividade em sala de aula, desenvolvida no apelo constante ao debate/reflexão. E com o objetivo de combater a seguinte ideia, relativa à ética: a de que “[q]uanto mais presente no discurso,

mais ausente no sentido e na substância”¹⁷⁹, com vista a cultivar nos jovens a vontade de ter como prioridade uma ética que esteja presente nas suas vidas tanto em “sentido” como em “substância”.

2. Relação da ação com as Finalidades do Programa de Filosofia

Esta ação permitiu que, enquanto professores, compreendêssemos a importância e a responsabilidade que nos é incumbida de participar no crescimento pessoal dos alunos, por forma a que, este crescimento se reflita dentro e fora do espaço escolar, isto como resultado da estimulação à participação ativa dos alunos. É, também, papel de qualquer professor ajudar o aluno na construção do saber e isso é certo mas, atualmente, é fundamental atender ao seu crescimento enquanto ser humano na consciência de que pertence a um mundo que se mostra cada vez mais competitivo e exigente.

Se, na sua maioria, os alunos a quem vamos ensinar estão numa idade compreendida entre os 15 e os 17 anos, ou seja, encontram-se na adolescência. Aceita-se que são capazes de pensar sobre si e sobre os outros e que, neste patamar, estão perante um crescimento físico e intelectual. Na nossa ótica, a ação que levamos para a sala de aula faz parte ativa deste desenvolvimento, isto porque, os alunos ao pensarem questões com alguma seriedade serão, desde logo, encaminhados a pensar como se estivessem a viver essa situação e aí, ficam mais capacitados de perceber que o resultado das nossas escolhas (essencialmente as mais difíceis), têm como fruto o amadurecimento e o enriquecimento da nossa formação enquanto Homens. Aprendendo a lidar e a compreender o valor de se descentrar de si e do seu ponto de vista e a saber observar, avaliar e aceitar os valores e pontos de vista alheios ao seu. É claro, o aluno pode não desejar este progresso, ou melhor, pode não querer fazer parte do mesmo “projeto” e aqui o professor tem de explorar da melhor forma possível o aluno para recorrer aos métodos mais adequados – relembrando que o grupo turma é um todo mas que “em si” carrega individualidades que precisam de atenções díspares. O que se espera é que o professor crie uma aproximação em relação ao alunos, conseguindo assim aproximá-los para as questões fundamentais.

O que acabamos de retratar encaminha-nos no sentido desta profissão: ser professor de filosofia é fazer parte do crescimento pessoal e social dos jovens. Mas como? Tomando como ponto de partida a orientação. Relembrando as suas idades, percebemos que é precisamente no momento presente que se torna importante perceber as vontades que detêm e, aos poucos, as respostas que o próprio mundo lhes fornece. Consideramos que, através dos dilemas éticos, o professor encaminha os alunos a viverem uma situação-problema com a seriedade que a mesma, na maioria dos casos, exige e de uma forma mais entusiasmante. Isso fará como que absorvam os resultados de uma experiência assim, de um modo mais rico e vantajoso – é no “incomodar” o aluno que podemos, dele, retirar o

¹⁷⁹ Magalhães, João; *Horizontes da Ética – Para uma cidadania responsável*, Edições Afrontamento, Porto, 2010, p. 5.

melhor - alterando-o, no sentido do seu crescimento, do saber colocar-se no lugar do Outro. No fundo, permite que, pela inquietação, preparemos um lugar no mundo para a nossa realização, isto, para que de uma forma autónoma possamos experienciar o que somos e o que desejamos vir a ser, ou por outras palavras, encontrar um rumo dentro daquilo que somos.

Nesta linha de pensamento, queremos clarear o objetivo proposto inicialmente com vista ao cumprimento do propósito presente nas seguintes palavras:

“ (...) por outro lado, e relativamente à educação dos alunos, procuramos fomentar uma pedagogia tendencialmente promotora da sua autonomia enquanto alunos e cidadãos. A articulação destas duas orientações supõe a adopção de uma abordagem supervisiva crítica que valoriza a participação, a colaboração, a reflexão, a negociação e a autodirecção enquanto princípios e processos formativos, mas também enquanto princípios e processos pedagógicos”¹⁸⁰.

O que vem sublinhar pontos já referenciados que impulsionaram a escolha da nossa ação em sala de aula, no processo de estágio então descrito. Assim, a fim de criar uma

“(…) relação de proximidade afetiva entre professores e alunos, visando promover a autonomia destes através do desenvolvimento de competências de comunicação e de aprendizagem. O papel activo do aluno visibiliza-se, por exemplo, na defesa da reflexão sobre aprendizagem, na atenção dada à motivação e interesses do aluno e à educação para os valores”¹⁸¹

E é, precisamente, nesta “educação para os valores” que mais uma vez enquadrámos o professor, pois, dando continuidade à citação acima,

“[e]mbora seja um transmissor de conhecimentos, o professor é visto sobretudo como um profissional autónomo, reflexivo, indagador e crítico face ao *status quo*, cuja a acção visa a mudança das atitudes dos alunos e a melhoria das condições de aprendizagem na escola”¹⁸².

É no sentido da máxima: *se vires um homem com fome à beira de um rio, não lhe dês peixe, ensina-o a pescar*, que optamos pelos dilemas éticos (trabalhados em forma de debate) como parte prática integrante do nosso processo de estágio. Na tentativa de responder com seriedade ao principal objetivo do supervisor, enunciado pelos mesmos:

“formar profissionais capazes de, com progressiva autonomia, compreender os contextos em que actuam e aí intervir para melhorar as condições de aprendizagem dos seus alunos, tornando-se consumidores críticos e produtores criativos de saber educacional”¹⁸³”.

¹⁸⁰ VIEIRA, F.; Moreira, M.; Baptista, I.; Paiva, M. & Fernandes, I; *No Caleidoscópio da Supervisão: Imagens da Formação e da Pedagogia*, Edições Pedagogia, p. 51.

¹⁸¹ Idem, p. 56.

¹⁸² Idem.

¹⁸³ Idem, p. 66.

Por fim, é do sentimento de todos que “[s]ó um trabalho reflexivo, de natureza indagatória, crítica e emancipatória, pode recuperar o sentido da educação e da formação de professores”¹⁸⁴.

Em suma, neste trabalho tentamos uma aproximação aos estudantes, no sentido de estes, compreenderem como a filosofia e os ramos em que se subdivide, têm interferência na nossa formação enquanto seres humanos. Especificamente a ética, vista não como uma ferramenta ou técnica, nem tão pouco como uma reunião de regras mas antes como a explanação do mundo, a descoberta do valor da liberdade e da responsabilidade que caminham lado a lado. E como disse João Magalhães “[o esclarecimento ético é fundamental na promoção da paz, da justiça e da solidariedade antropocósmica”¹⁸⁵.

Não descurando das finalidades da mesma presentes no Programa de Filosofia do 10º e 11º anos¹⁸⁶, onde é curioso que todas elas começam com o verbo “propiciar”¹⁸⁷ e que se pode traduzir por, oferecer; apresentar-se a; dar algo de determinada forma. De um modo mais descritivo, encontramos como finalidades no programa de filosofia, a possibilidade de um exercício pessoal da razão; a criação de um projeto de vida próprio; a construção de um pensamento ético-político crítico (sendo este pensamento ético e a valorização do mesmo que impulsionou o presente trabalho e a ação decorrente da iniciação à prática profissional); o florescimento de uma sensibilidade cultural e estética e, por último, uma tomada de posição sobre o sentido da existência¹⁸⁸.

Todas estas finalidades voltam-se, essencialmente, para o edificar de personalidades. Isto é, para o fortalecimento de valores e atitudes que se representem uma mais valia para o sujeito enquanto ser integrado numa sociedade que, inevitavelmente, se lhe apresenta todos os dias com as mais diversas exigências. Como o próprio Programa assume:

“[p]or todas estas razões, consideramos que o ensino da Filosofia se deve recortar de um conjunto de finalidades que proporcione um suporte de trabalho reflexivo a todos os níveis da vida e do viver (...) preconizamos que a consumação da intencionalidade estruturante da Filosofia, no ensino secundário, obriga a equacionar com o mesmo grau de importância, objectivos dos domínios cognitivo, das atitudes e valores e das competências, métodos e instrumentos”¹⁸⁹.

De um modo mais geral, é possível ler no início deste Programa da disciplina de Filosofia que o mesmo, após a sua reformulação, manteve a sua intenção primária. Podemos ler, “a intencionalidade estruturante da disciplina de Filosofia, no ensino secundário, deverá ser: contribuir para que cada

¹⁸⁴ Idem, p. 67.

¹⁸⁵ Magalhães, João; *Horizontes da Ética – Para uma cidadania responsável*, Edições Afrontamento, Porto, 2010, p. 13.

¹⁸⁶ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; *Programa de Filosofia 10º e 11º anos*, 2001.

¹⁸⁷ Idem, p. 8.

¹⁸⁸ Idem.

¹⁸⁹ Idem, p. 6,7.

pessoa seja capaz de dizer a sua palavra, ouvir a palavra do outro e dialogar com ela, visando construir uma palavra comum e integradora”¹⁹⁰. Foi nosso desejo sublinhar este ponto e recorrer ao Programa de Filosofia, pois consideramos ser uma mais valia e uma resposta para o motivo ou razão da escolha da nossa ação por forma a servir a nossa parte prática no presente Relatório de Estágio. Tentamos, assim, que em aula, os alunos de forma construtiva, trocassem as suas impressões, sempre com o objetivo de que eles compreendessem a importância da “palavra comum e integradora”¹⁹¹ que acima descrevíamos. A fim de refletirem futuramente, de forma mais conscienciosa, em todos os âmbitos da sua vida, inclusive na escola. Tudo isto, com o enfoque num amadurecimento da consciência de cada um, para que tenham em conta a mutualidade de todos nós para com o mundo e, só com essa certeza, poderemos viver com uma maior consistência ética no que se refere ao nosso papel enquanto Homens.

Relembrando que este caminho é percorrido pela Filosofia, estudá-la, permite-nos o confronto com a verdade daquilo que somos e desejamos vir a ser, ou melhor, confronta-nos com a possibilidade de sermos. Podemos considerar a Filosofia como condutora das nossas ações e, nesta linha de pensamento, o debate exige de todos nós reflexão, serenidade, discernimento e, acima de tudo, respeito pelo outro. Estes são valores sobre os quais um professor não pode, na nossa ótica, descurar: trata-se do trabalho constante sobre si próprio em prol dos seus alunos.

A Filosofia, de modo sucinto, permite ao aluno que nela se implica, que este crie uma elasticidade no que se refere às “manobras” da vida, numa participação mais cívica dentro da sociedade, participação esta que tome por base o diálogo como combate da discórdia. Entendemos o diálogo como Pedro D’Orey da Cunha que sobre este acrescenta

“(…) a partilha de ideias, opiniões e sentimentos é o processo normal de aprofundar a amizade, construir a intimidade e desenvolver esse ingrediente essencial da autonomia que é o estar-se contente consigo próprio e com a sua maneira de ser”¹⁹².

Reencontramos sempre a Filosofia como uma preparação do amanhã, do futuro que hoje é incerto e é de todos e de cada um. E é esta exigência de viver atualmente perante tantos problemas dentro e fora das variadas instituições que vem revelar todos os dias aquilo que efetivamente somos. É nessas circunstâncias, em que nos encontramos e onde os nossos valores e atitudes se refletem e espelham, que transparece aquilo que somos. Concluindo com as palavras de Kant “[u]ma boa educação é justamente aquilo donde brota todo o bem no mundo”¹⁹³ e é com este sentido que desenvolvemos a nossa prática pedagógica.

¹⁹⁰ Idem, p. 5.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² CUNHA, Pedro; *Ética e Educação*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1996, p. 67.

¹⁹³ KANT, Immanuel; *Sobre a Pedagogia*, Edições 70, Lisboa, 2012, p. 17.

3. Descrição dos objetivos relativos à proposta de prática docente

Nesta medida, tomamos como ponto de partida alguns objetivos gerais que esperamos, desde logo, que os estudantes reconheçam: a filosofia como área do saber que toma a reflexão como ponto de partida para que possamos alcançar uma vida melhor; descrever a filosofia como uma atividade iminentemente argumentativa; adotar uma atitude filosófica de questionamento que lhes possibilite um leque de respostas fundamentadas e lhes permita ser capazes de uma atividade interpretativa rigorosa; sendo, ainda, importante sublinhar a importância de compreender a filosofia como meio integral de uma relação com o outro o mais coesa e transparente possível. Os objetivos acima enunciados, têm como foco principal que os estudantes, nas mais variadas atividades das suas vidas, reconheçam o papel humanizador da Filosofia. Esperamos, também, reconhecer a abrangência que a ética tem nesses mesmos contextos, ou seja, do seu desenvolvimento e eficácia enquanto parte integrante do ensino da Filosofia no Ensino Secundário, bem como enquanto possibilidade de sermos seres humanos mais sensatos e sensíveis às diversas questões que o mundo contemporâneo exige.

Estes assuntos, serão introduzidos através da leitura, análise e debate de dilemas éticos no contexto sala de aula, por forma a que, num momento posterior, a leitura de resultados possa ser (mesmo que redutora, uma vez, que a disponibilidade de tempo em aula é reduzida), realista. É nosso objetivo trabalhar com dados recolhidos da sala de aula e que assim, estes partam do contexto real de uma escola e da relação direta com os nossos alunos. De *grosso modo*, o nosso objetivo está intimamente ligado com a demonstração da pertinência da Filosofia no quotidiano, para isso servimo-nos da dimensão humana da ética e das capacidades da sua resposta em sala de aula, para de uma forma lúcida, correspondermos a estes objetivos e, ainda, demonstrarmos a capacidade que esta (ética), nos acrescenta enquanto Homens que se interrelacionam num mundo que ameaça a serenidade de todos.

3.1 Metodologia proposta na realização da presente proposta de prática docente

De modo a criar uma maior proximidade aos nossos objetivos, as três aulas de 50 minutos, direcionadas à parte prática deste trabalho de investigação/ação, que lecionamos na Escola Secundária Aurélia de Sousa, escola onde desenvolvemos este processo de iniciação à prática profissional, tiveram como conteúdos programáticos: - A dimensão da ação humana e dos valores; e ainda: - Os valores: análise e compreensão da experiência valorativa. Através da explicitação destes conteúdos, servimo-nos de alguma metodologia que possibilita-se uma compreensão mais aprofundada dos mesmos.

Recorremos assim, a alguns recursos/estratégias que tomam por justificação o seu lado lúdico, capaz de cativar e de transmitir um maior interesse aos nossos estudantes, a saber: o uso do

PowerPoint, pois possibilita a inserção de vídeos e de imagens, o que consideramos ser uma mais-valia nas idades em que os estudantes se confrontam inicialmente com a disciplina de Filosofia. Outros recursos/estratégias utilizados foram: o trabalho de texto, por todo o enriquecimento que transmite e, também porque se prende com uma postura genuína do trabalho filosófico; o diálogo sempre constante entre professor e grupo turma; e, de um modo essencial, atendendo ao objetivo primário deste trabalho: a reunião de alguns dilemas éticos (de maior e menor dimensão). Esta opção, referente à variabilidade das dimensões dos dilemas expostos, pretende mostrar que todas as situações da nossa vida em que entramos em contra-censo podem tomar proporções variadas que fogem ao nosso controlo, daí toda a atenção que as questões éticas nos merecem.

No trabalho, em aula, desenvolvido através do diálogo, foram pensadas pelo professor algumas questões orientadoras, aquando da amostra dos respetivos dilemas em Anexo. Esta opção tinha como objetivo encaminhar os estudantes num debate coerente e responsável, sendo o diálogo iniciado pela explicitação do que é um dilema ético e, ainda, pelo questionamento aos estudantes sobre se os mesmos adquiriam alguma ideia anterior do que estes representam enquanto prática do quotidiano humano. É de ressaltar, que todo este processo e, sendo um estágio supervisionado, teve de em toda a sua planificação, dar continuidade aos restantes conteúdos, isto é, às matérias lecionadas em aulas anteriores.

4. Decisões/Atitudes baseadas nos resultados da investigação/ação proposta

Na investigação em que nos envolvemos, inicialmente enquadrámos teoricamente temas/conceitos que servissem de enquadramento à inserção da, posterior, prática docente. Já numa segunda parte, correspondente à parte prática do presente trabalho, procedemos a algumas considerações introdutórias que explicitassem o motivo pelo qual a nossa metodologia passou pelo desdobramento de dilemas éticos em sala de aula (com vista a um constante diálogo entre professor e aluno).

Este trabalho, o de inter-relação em sala de aula, teve sempre como objetivo primário a aprendizagem dos estudantes para que, num momento posterior, essa aprendizagem, nos possibilita-se uma aproximação à questão: é a ética, bem como a reflexão acerca de dilemas éticos, importante nos diversos contextos do nosso quotidiano? De forma mais simples, com esta proposta de prática docente pretendemos ter como base uma reflexão mais fundamentada (que provém desta experiência partilhada e, portanto, real) para que sejamos capazes de apresentar com fidelidade resultados no presente trabalho. No entanto, consideramos essencial uma visão do todo para que haja coerência nas partes e, nesta medida, abordamos a importância dos dilemas éticos não só em contexto de sala de aula, mas no lugar onde estes tomam a sua extensão: no quotidiano. É de notar, ainda, que a partir do

momento em que escolhemos ser professores a pertinência dos dilemas éticos na profissão docente, enquanto *passaporte* para uma mundo mais respeitador, toma uma outra seriedade.

4.1 Os dilemas éticos na sala de aula

Percebemos, desde logo, que a transposição de dilemas éticos em sala de aula iria causar uma certa agitação e que, por isso, a escolha destes teria de ser muito bem pensada. Neste seguimento, com o cuidado necessário, para a escolha de dilemas que não ferissem suscetibilidades, isto é, que não fossem de encontro à vida pessoal de nenhum dos alunos, optamos por dilemas que felizmente, (representam situações reais ou não nos importariam), mas que não acontecem no nosso dia a dia com tanta naturalidade e frequência como outros de menores dimensões. Esta opção parte, como explicamos, da importância de os fazer pensar no valor inerente às nossas escolhas, pois elas têm sempre as suas consequências, sejam maiores ou menores mas foi nossa prioridade não causar nenhum constrangimento aos estudantes.

Desta forma, no momento posterior à leitura individualizada dos dilemas éticos, lançamos algumas questões (a enunciar num tópico adiante) – estas questões serviram para abrir um primeiro momento de reflexão no interior de cada um dos alunos e, de seguida, abrir o debate à turma no seu conjunto. É claro, que este debate, teria de ser conduzido e moderado para dele obtermos o enriquecimento do grupo-turma e, também, podermos alcançar resultados a nível da nossa ação. Começamos por questionar os estudantes sobre o que consideravam ser um dilema ético e, com alguma prontidão, alguns deles responderam ser uma escolha difícil em que o Homem tem de tomar uma decisão entre duas ou mais opções que lhe são possíveis.

Num momento seguinte, por forma a que a turma compreende-se com maior consistência que os dilemas éticos residem nos contextos e dinâmicas das relações humanas (onde a escola se insere), deixamos que os mesmos, em silêncio, refletissem sobre possibilidades e consequências que poderiam surgir das variadas respostas (possíveis) que dessem à leitura dos dilemas em questão. Passando-lhes a palavra, em jeito de debate orientado, para que o mesmo fosse o mais enriquecedor possível, demos início à troca de impressões que se centraram na questão “O que faria *eu* nessa situação?” – é importante lembrar que todos nós, sujeitos daquela sala, temos experiências de vida diferentes, o que, desde logo, permite algumas controvérsias mas, essencialmente, uma discussão mais dinâmica e, por isso, também mais enriquecedora.

No desenrolar das respostas dos alunos, presenciamos algumas “características” que consideramos positivas para os mesmos e que, enquanto professores, nos deixaram muito satisfeitos. Acima de tudo, sobre essas mesmas “características”, queremos destacar que no seu todo demonstram a maturidade que os mesmos já possuem quando os assuntos envolvem a vida humana seja dos

próprios, como das implicações alheias que as mesmas podem causar. Assim, ao longo da discussão e, através de uma observação o mais atenta possível, sublinhamos: uma maior atenção por parte dos alunos sempre que era relembrado que os dilemas éticos, como os que ali eram discutidos, são situações reais do quotidiano das pessoas; a vontade incessante que os mesmo mostravam em intervir/participar; uma reflexão aprofundada que antecedia o momento da intervenção oral; respostas nas quais revíamos que se pensou em consciência e com o cuidado que estas questões nos exigem a todos (independentemente da idade, sexo e/ou condição social); a responsabilidade que se percebia sempre que ponderavam e analisavam as hipóteses que se lhes pareciam validas, pensando nos resultados e respetivas consequências.

Sumariamente os dilemas foram trabalhados nos seguintes modos: depois da leitura autónoma, em grupos discutem e elaboram “conclusões”, posteriormente, criam argumentos por forma a justificar as suas respostas e, por fim, debatem a sua posição relativamente à solução que defendem sobre o dilema em causa. Este processo permite que o aluno adote uma postura mais reflexiva, onde pondera e discute e isso terá como resultado no seu desenvolvimento pessoal e social, na medida em que, que proporciona uma maior flexibilidade nas decisões futuras e, também, lhe mostra a importância das decisões tomadas segundo uma análise mais rigorosa e conscienciosa.

No conjunto, todo este trabalho em aula, veio reforçar a importância e a valorização de que a ética e as suas questões carecem e merecem. Felizmente, alunos com tão tenra idade e no amadurecimento das suas personalidades, mostram interesse em participar ativamente em debates deste âmbito.

4.2 Considerações gerais sobre a ação

No decorrer do presente Relatório de Estágio temos vindo a discutir a ética em geral, bem como princípios éticos que envolvem as relações humanas e, nessa medida, as orientam. Aqui pensamos o aluno, o professor e o meio escolar com vista à repercussão destes na vida, por esta razão, a sala de aula foi o *palco* da nossa ação e, como ferramentas primárias, tomamos os dilemas éticos. Como já referimos, num momento primário foram entregues fotocópias aos estudantes com o respetivo dilema (Anexo X) e, num momento posterior à sua leitura individualizada, o sentimento foi muito positivo. Isto porque, os alunos foram parte ativa e autónoma de todo o processo: desde a sua leitura até à sua discussão.

Considerando estes momentos, podemos sublinhar alguns aspetos: a discussão do grupo-turma foi muito moderada quando solicitada a sua intervenção; o facto dos alunos recorrerem a exemplos do seu quotidiano para enriquecerem o debate, o que foi muito positivo, uma vez que, o objetivo maior foi precisamente que os mesmos, por si próprios, refletissem e fizessem esse contrabalanço no que se refere à importância de pensarmos sobre as nossas ações, antes e depois da realização das mesmas; notou-se uma consciencialização continua na postura séria com que tratavam as questões que iam surgindo na discussão dos dilemas; e é ainda de destacar, a entreajuda a que se assistiu entre os alunos nos momentos em que foram interpelados para responder a alguma questão relativa a determinado dilema.

Este relato que avançamos, prende-se diretamente com o que, através, da ação podemos observar e, por isso, absorver. Estes refletem, ainda, o interesse e o respeito do conjunto turma pelas questões éticas e, a nossa ver, estes resultados (a destacar, positivos) decorrem da envolvência afetiva que as mesmas carregam e, também, da proximidade destas com situações das nossas vidas, mesmo que, felizmente e, na maioria das vezes, de dimensões bem menores que as retratadas em sala de aula através dos exemplos que levamos, o que já referimos anteriormente.

Quando um aluno se torna afetivamente mais maduro, o papel do professor vê o seu sentido ainda mais explanado. Assim, trabalhar questões éticas como no desenrolar do presente relatório de estágio nos propusemos é um desafio, substancialmente, humano. É urgente formar homens capazes de saber pensar que o mundo é um círculo e que, nesse sentido, acabamos todos por ser à semelhança de outro, por isto, os valores éticos devem ser “plantados”, desde cedo, na escola – lugar onde as crianças e jovens passam a maioria do seu tempo e onde os mesmos devem compreender a importância do processo ação-reflexão-ação.

A edificação de uma ética que sirva de espelho para uma proximidade à liberdade, por parte do Homem, exige uma observação atenta e rigorosa dos valores de cada um, de uma sociedade. Parece-nos clara esta dificuldade, pois é difícil equilibrar todos os possíveis dilemas éticos com que o

aluno se irá defrontar ao longo da vida mas, certamente, irá estar mais disposto para a consciencialização que os mesmos requerem no momento da decisão/ação. Sabemos que a ética tem como finalidade o Ser Humano e o seu autoconhecimento num caminho que se espera construtivo, dessa forma, é-lhe pedido que aja em concordância com os seus valores. Neste seguimento e, centrando-nos no contexto educacional, a ética e a sua discussão, propiciam uma melhoria nas relações em geral, ou seja, consigo próprio e com os outros.

A fim de servir o nosso objetivo inicial e, pelo recurso à ação aqui descrita, pretendemos encaminhar e capacitar os alunos para o bem viver no bom uso das suas liberdades.

Questões colocadas ao longo da discussão sobre o dilema de Heinz:

Em jeito de parênteses queremos enunciar algumas das questões “chave” que foram utilizadas no desenrolar deste trabalho perante o grupo-turma, questões que tinham um objetivo orientador. Assim, as questões lançadas em sala de aula foram as seguintes:

- a) Heinz poderia ter roubado a droga?
- b) Esse roubo era certo ou errado? Porquê?
- c) Era um dever Heinz roubar a droga para a sua esposa quando não havia outra forma de o adquirir?
- d) Poderia um bom marido roubar?
- e) Tinha o farmacêutico o direito de cobrar o quanto quisesse já que não havia uma lei estabelecendo limites no preço para ceder o medicamento a Heinz? Porquê?

Estas questões, como já referimos, surgem como uma segurança para ambas as partes - professor e aluno. Permitem, essencialmente, que o aluno tome uma direção no seu próprio raciocínio para que, num momento posterior, tenha coerência no seu discurso e na própria defesa da sua posição perante o professor e os colegas. Aqui estamos, desde logo, a incutir a importância de um pensamento ordenado e sistematizado, de modo a ser claro para o próprio e para os outros.

Considerações finais

Tal como sublinhamos ao longo deste trabalho, de entre a multiplicidade de dimensões que constituem a *escola*, evidenciamos a relação pedagógica. Para nós falar de escola é, antes de mais, falar de pessoas. Mais do que conteúdos – quanta informação é esquecida –, mais do que planos curriculares, disciplinas, sistemas, etc. – são as pessoas que se *encontram* na escola que podem fazer a diferença. É por isso que não compreendemos como é possível que o professor cultive uma postura de indiferença quanto às realidades com as quais se depara dentro e fora do meio escolar. Como diz António Nóvoa: «... a atividade docente caracteriza-se igualmente por uma grande complexidade do ponto de vista emocional. Os professores vivem num espaço carregado de afetos, de sentimentos e de conflitos. Quantas vezes prefeririam não se envolver... Mas sabem que tal distanciamento seria a negação do seu próprio trabalho».¹⁹⁴ Sendo o professor um educador importa sublinhar, como fizemos, a sua função enquanto formador, alguém que tem a capacidade de influenciar os mais jovens, alguém que desempenha uma profissão de elevada responsabilidade social, cultural e ética. Nesta medida, e na impossibilidade de abordar cabalmente todas as dimensões referidas, circunscrevemos o nosso trabalho à dimensão ética, pelo que consideramos importante reiterá-lo nesta reta final.

Devemos afirmar, uma vez mais, que a dimensão ética apresenta-se aqui numa dupla orientação. Antes de mais, como a dimensão crucial da relação pedagógica. Posteriormente, como a disciplina filosófica que, ao refletir sobre o agir humano, vai elucidar os valores – a dimensão e a hierarquização axiológica – presentes na primeira. A ética está presente nas diversas “discussões” sobre o Homem, servindo como orientadora do comportamento de cada um, uma «bússola» no dizer de José Manuel Santos «A ética, ao contrário, não fornece um mapa mas uma bússola, ou seja, algo que serve para nos orientarmos no mundo humano, nas nossas relações com os outros, na nossa vida, bem como na nossa relação com os seres vivos de outras espécies e com a natureza em geral»¹⁹⁵. Tendo por objetivo o bem comum, na harmonia entre os interesses próprios e os interesses sociais, podemos, na linha de pensamento seguida no presente trabalho, considerar a ética como a *explicitação dos fundamentos do agir humano*, o que torna inegável a sua importância para a educação e, muito particularmente, para a educação escolar. Segue-se que a educação requer um *compromisso* e este compromisso é, em si mesmo, ético.

No presente trabalho tivemos a oportunidade de refletir sobre algumas questões relativas à nossa prática docente que, de um modo muito particular, cruzam as duas dimensões éticas aqui consideradas: os dilemas éticos. Entendemo-los como a possibilidade de uma demonstração real no

¹⁹⁴ NÓVOA, A. Formação de Professores e Trabalho Pedagógico, p. 24

¹⁹⁵ José Manuel dos Santos, *op. cit.* p. 33

que se refere aos alunos intervirem ativamente nos diversos assuntos escolares, o que, por sua vez, resultará em cidadãos mais atentos e mais participativos. Verificamos igualmente que trabalhar com dilemas éticos permite promover o cumprimento das finalidades presentes no atual Programa de Filosofia para o ensino secundário, nomeadamente ao «proporcionar oportunidades favoráveis ao desenvolvimento de um pensamento ético- político crítico, responsável e socialmente comprometido, contribuindo para a aquisição de competências dialógicas que predisponham à participação democrática e ao reconhecimento da democracia como o referente último da vida comunitária, assumindo a igualdade, a justiça e a paz como os seus princípios legitimadores»¹⁹⁶.

Nesta medida, é fundamental que se criem espaços onde os alunos possam intervir, dialogar, argumentar, contrapor pontos de vista, perceber a importância do saber e a sabedoria que existe no saber ouvir. Tudo isso irá fazer com que se sintam integrados e interessados pelos diversos assuntos em questão, além de que esta abertura cimenta o interesse pela boa informação e a capacidade de pensamento, o que, por sua vez, visa pôr fim ao conformismo. É essencial, e enfatizamos-lo novamente, que o ambiente escolar se desenvolva principalmente em torno de uma preocupação: a de assegurar que todos são, no respeito pela sua dignidade, reconhecidos enquanto seres humanos e compreendidos na sua humanidade. Isto para que a palavra integridade ganhe sentido no quotidiano dos jovens e lhes seja familiar, não apenas no processo ensino-aprendizagem em contexto escolar mas na vida pessoal de cada um.

Por outro lado, os dilemas éticos potenciam uma mudança de atitude nos estudantes face à pertinência da filosofia para a vida quotidiana como podemos constatar, mesmo que sumariamente, no presente trabalho. Os dilemas éticos despertam uma consciência para os problemas do mundo; têm a capacidade de desenvolver o pensamento reflexivo na ponderação de valores que situações deste âmbito exigem, afastando-nos do egoísmo, na medida em que, passamos a compreender que os outros, tal como nós próprios, têm as suas razões em prol de determinada decisão, sendo que, nos colocam, necessariamente perante alternativas que nos exigem uma boa capacidade de discernimento e, de forma conclusiva, incentivam ao amadurecimento intelectual.

Nesta medida, permitimo-nos afirmar que este trabalho aprofundou a nossa convicção de que o sentido que se encontra na escola, além do rigor científico esperado, passa pela potencialização de um ambiente permanentemente democrático, por outras palavras, de um ambiente participativo e justo.

Sendo nosso objetivo demonstrar a importância da ética no contexto escolar, bem como a relevância dos dilemas éticos enquanto ferramenta didática, concluímos que é de facto um trabalho compensador e entusiasmante. A discussão de dilemas éticos em sala de aula arrebatava a atenção dos alunos numa envolvimento de argumentação muito rica que atinge e aperfeiçoa os vários níveis do conhecimento. Apercebemo-nos que a abertura ao outro, às suas convicções e posições, não pode

¹⁹⁶ Ministério da Educação, Programa de Filosofia 10º e 11º, p.8

ficar apenas pela sua enunciação teórica. É na experiência e pela prática que se semeia a solidariedade de que o ensino e o mundo precisam. É pela vivência da experiência filosófica que esta cumpre os seus desígnios.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Luís; *Ética –Temas Sociais*, Editora: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2010.

AAVV; *Concepciones de la ética*, Editorial Trotta, Madrid, 1992.

ARISTÓTELES; *Ética a Nicómaco*, Editora Nova Cultural, São Paulo, 1991.

BAPTISTA, Isabel; *Ética e Educação. Estatuto ético da relação educativa*. Universidade Portucalense, Porto, 1998.

BAPTISTA, Isabel; *Dar Rosto ao Futuro: A educação como compromisso ético*, Profedições, Porto, 2005.

BAUMAN, Zigmunt; *Ética pós-moderna*, Paulus, São Paulo, Tradução João Rezende Costa, 1997.

BECKERT, C; PIRES, M.; FERNANDES, S. & Antunes, T.; *Ética: Teoria e Prática*, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

BECKERT, Cristina; *Ética*, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

BLACKBURN, Simon; *Pense: Uma introdução à Filosofia*, Gradiva, Lisboa, 2001.

CARVALHO, Adalberto; *A educação e os limites dos direitos humanos: Ensaios de Filosofia da Educação*. Porto Editora, Porto, 2000.

CARVALHO, Adalberto; *Sentidos Contemporâneos da Educação*. Edições Afrontamento, Porto, 2002.

CHAUI, Marilena; *Convite à Filosofia*, Ed. Ática, São Paulo, 2000.

CHAUI, Marilena; *Introdução à história da filosofia*, Companhia das Letras, São Paulo, 2010.

CHANGEUX, Jean; *Uma mesma ética para todos?*, Instituto Piaget, Lisboa, 1997.

CUNHA, Pedro; *Ética e Educação*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1996.

CRESSON, André; *Aristóteles*, Edições 70, Lisboa, 1943.

COHEN, Martin; *Ethical Dilemmas*, Routledge, USA, 2007.

CORTINA, Adela; *Educar En La Ciudadanía*. Gràfiques Vimar, Valência, 2001.

ESTRELA, Maria; *Profissão Docente: Dimensões Afetivas e Éticas*, Areal Editores, Porto, 2010.

GALVÃO, Pedro; *Filosofia: Uma introdução por disciplinas*, Edições 70, Lisboa, 2013.

GIULIANI, Bruno; *O amor da Sabedoria*, Instituto Piaget, Lisboa, 2000.

GOLEMAN, Daniel; *Inteligência Emocional*, Editora objetiva ltda, Rio de Janeiro, 1995.

KANT, Immanuel; *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Porto Editora, Porto, 1995.

KANT, Immanuel; *Sobre a Pedagogia*, Edições 70, Lisboa, 2012.

LIPOVETSKY, Gilles; *A Era do Vazio*, Relógio D' Água, Lisboa, 1983.

MAGALHÃES, João; *Horizontes da Ética. Para uma cidadania responsável*, Edições Afrontamento, Porto, 2010.

MARQUES, Ramiro; *A Cidadania na Escola*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008.

MILL, John; *Utilitarismo*, Areal Editores, Porto, 2005.

MONTEIRO, António; *Deontologia das profissões da educação*; Edições Almedina, Coimbra, 2005.

NEVES, Maria; *Dos Fundamentos às Práticas*, Edições 70, Lisboa, 2016.

- NÓVOA, A. (2002). *Formação de Professores e Trabalho Pedagógico*, Lisboa: Educa.
- PERRENOUD, Philippe, *Dez Novas Competências para Ensinar*, Artmed, Porto Alegre, 2000.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Programa de Filosofia 10º e 11º.
- RACHELS, James; *Elementos de Filosofia Moral*, Gradiva, Lisboa, 2004.
- REALE, Giovanni; *Introdução Aristóteles*, Edições 70, Lisboa, 1997.
- RICOEUR, Paul; *O discurso da ação*, Edições 70, Lisboa, 2014.
- SANTOS, José; *Introdução à Ética*, Editora Documenta, Lisboa, 2012.
- SAVATER, Fernando; *Ética para um jovem*, Publicações Dom Quixote, Alfragide, 2013.
- SINGER, Peter; *Ética Prática*, Gradiva, Lisboa, 2000.
- SINGER, Peter; *Como havemos de viver? A ética numa época de individualismos*, Dinalivro, Lisboa, 2006.
- SINGER, Peter; *Escritos sobre uma vida ética*, Dom Quixote, Lisboa, 2008.
- WARBURTON, Niggel; *Elementos básicos de filosofia*, Gradiva, Lisboa, 1998.
- WEIL, Éric; *Philosophie Morale*. Paris, 1969.

Anexos

Anexo 1

Anexo I - Planificação e Fundamentação da proposta de prática docente



Agrupamento de Escolas Aurélia de Sousa

Dimensão da ação humana e dos valores

3.1. A dimensão ético-política – Análise e compreensão da experiência convivencial

3.1.1. Intenção ética e norma moral

Regência nº 11 e 12

2º Período

10º A

Supervisora: Dr.ª Lídia Pires

Orientadora Cooperante: Dr.ª Blandina Lopes

Professora Estagiária: Rafaela Francisca Cardoso

Porto, 2016

Dados de Identificação



Professora Estagiária: Rafaela Francisca Cardoso

Disciplina: Filosofia

Ano de Escolaridade: 10º

Turma: A

Tema: Dimensão da ação humana e dos valores

Unidade: A dimensão ético-política – Análise e compreensão da experiência convivencial

Subunidade: Intenção ética e norma moral

Sumário: Algumas conclusões relativas às atitudes face à diversidade cultural.

Leitura e análise de um texto acerca da interculturalidade como um ideal a concretizar na contemporaneidade. Realização de uma ficha de trabalho.

Introdução ao tema: A dimensão ético-política – análise e compreensão da experiência convivencial. Intenção ética e norma moral.

Data: 11/02/2016

Duração: 50 + 50 minutos

Regência nº: 11 e 12

Lição nº:

Objetivos:

Gerais:

- Concluir a problematização relativa às atitudes face à diversidade cultural;
- Motivar e sensibilizar para a problemática ético-moral.

Específicos:

- Analisar a interculturalidade como atitude face à diversidade cultural;
- Reconhecer a origem etimológica dos conceitos de ética e de moral;
- Relacionar dimensão social e dimensão ético-moral;

			<ul style="list-style-type: none"> Compreender a interdependência entre a ética e a moral. 		
Conteúdos Programáticos	Objetivos/Competências	Conceitos Nucleares	Recursos/Estratégias	Avaliação	Tempo

3. Dimensão da ação humana e dos valores 3. 1. A dimensão ético-política – Análise e compreensão da experiência convivencial 3.1.1. Intenção ética e norma moral	<ul style="list-style-type: none"> Sistematizar a caracterização relativa às atitudes face à diversidade cultural: em particular – a interculturalidade; Perspetivar a importância do diálogo cultural, num mundo de diversidade; Reconhecer a origem etimológica dos conceitos ética e moral; Relacionar a dimensão social e dimensão ético-moral; 	<i>Valor</i>	Lição nº + Sumário	Pontualidade;	5 min
		<i>Cultura</i>		Material;	
		<i>Diálogo intercultural</i>	Método dialógico;	Interação com os colegas;	20 min
		<i>Diversidade Cultural</i>	Leitura e análise de texto;	Comportamento;	
		<i>Etnocentrismo</i>	Entrega e realização de uma ficha de trabalho;	Participação pertinente (autónoma e apropriada);	30 min
		<i>Interculturalidade</i>	Apresentação <i>PowerPoint</i> – com quadros síntese;		
		<i>Multiculturalidade</i>	Análise de um dilema ético;	Adequação e articulação dos conceitos previamente adquiridos;	20 min
		<i>Relativismo cultural</i>			
		<i>Tolerância</i>			

	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a problemática inerente a um dilema ético; • Caracterizar um agente moral; • Compreender a relação entre ética e intenção e entre moral e norma; • Distinguir ética e moral – onde se encontram e onde se diferenciam. 	<i>Ética</i>	Registo de conclusões;	Rigor e qualidade das respostas dadas.	5 min
		<i>Moral</i> <i>Juízo Moral</i> <i>Intenção</i> <i>Norma</i>	Exercício de aplicação .		20 min

Fundamentação Pedagógico-Didática

(...) contribuindo para o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica, para a compreensão do caráter limitado e provisório dos nossos saberes e do valor da formação como um *continuum* da vida.

- Programa nacional de Filosofia

As aulas lecionadas inserem-se nos temas 2. Os valores – análise e compreensão da experiência valorativa. 2.2. Valores e cultura – a diversidade e o diálogo de culturas e nos temas 3. Dimensão da ação humana e dos valores 3.1.1. Intenção ética e norma moral. Deste modo, numa primeira aula e através da análise de um texto sobre a interculturalidade e ainda de uma ficha de trabalho, daremos como concluídos os temas 2. e 2.2. referentes aos Valores e cultura. Estes materiais didáticos, (trabalho de texto e exercícios de aplicação), visam o esclarecimento e consequente assimilação dos conteúdos por parte dos estudantes, de modo a que entrem sem dificuldades no tema da segunda aula: Intenção ética e norma moral e compreendam a razão dos conteúdos que levam à passagem de um tema para o outro.

Estes conteúdos programáticos, a introduzir na segunda aula, têm que ver com as diferentes dimensões da nossa ação, neste caso a dimensão ético-moral. Para uma melhor compreensão dos presentes conteúdos a aula recorrerá com uso a *PowerPoint* pelo motivo de que, o mesmo, suporta ficheiros como vídeos e imagens (recursos diversos) que se consideram de extrema importância nos conteúdos em questão, permitindo elementos mais alusivos, tanto referentes à explicitação acerca da ética como da moral, (facilitando a sua transposição de conteúdos – com o objetivo, sempre primário, de que os estudantes alcancem uma maior assimilação dos conteúdos presentes).

Deste modo, ao longo dos *slides*, serão analisados textos, imagens e esquemas (esquemas estes que contêm conceitos que se pretendem mais claros para os estudantes, sendo expostos de uma forma mais simples, entenda-se: de uma forma mais “limpa” e que, assim, possibilite uma maior compreensão por parte dos mesmos). Pretende-se desta forma que os recursos utilizados proporcionem uma aprendizagem mais significativa aos estudantes e os encaminhem no sentido de formação mais consistente isto, no que se refere ao facto de que “ao contrário de outros seres, vivos ou inanimados, nós, seres humanos, podemos *inventar* e *escolher* em parte a nossa forma de vida. Podemos optar pelo que nos parece bom, quer dizer, conveniente para nós, frente ao que nos parece mau e inconveniente (...) assim, parece prudente estarmos bem atentos ao que fazemos e procurar adquirir um certo saber viver (...) (Savater, (2013), *Ética para um Jovem*).

É importante ter em linha de conta, tanto numa primeira aula como na aula posterior, ou seja, a segunda, o papel do Ser Humano enquanto ser individual e social. Mas falta compreender o porquê da importância desta consciencialização, e esta habita no “Tempo exíguo quanto à necessária articulação entre Justiça e Liberdade. Tempo de crise e de alienação, porém, por isso mesmo, aberto à criatividade transformadora” (Luís Araújo, (2010) *Ética – temas sociais*), em que temas e conteúdos como estes devem ser cuidados, pois são emergentes num processo ensino-aprendizagem que se deseja inspirador e, nesta medida, construtivo por e para os nossos estudantes.

Fundamentação Científica

Somos nós que temos de nos salvar, e isso só é possível com uma postura de cidadania ética, ainda que isto possa soar antigo e anacrónico.

- José Saramago

As aulas lecionadas inserem-se nos temas 2. Os valores – análise e compreensão da experiência valorativa. 2.2. Valores e cultura – a diversidade e o diálogo de culturas e nos temas 3. Dimensão da ação humana e dos valores 3.1.1. Intenção ética e norma moral. Na primeira aula tratar-se-ão de algumas conclusões relativas às várias atitudes possíveis face à diversidade cultural que temos vindo abordar nas últimas aulas. É claro que tanto no etnocentrismo (imposição de determinada cultura sobre as outras), como no multiculturalismo/relativismo cultural (que não sendo tão radical como o etnocentrismo e, nesta medida, aceitando a existência de outras culturas – tem uma atitude que nega o diálogo e a tolerância ativa entre as culturas, sendo que defende que cada cultura deve viver de si e para si – tolerância passiva).

Neste sentido e em vista de uma superação destas atitudes (etnocentrismo e multiculturalismo/relativismo cultural), encontramos uma última forma de correspondermos genuinamente com o outro, ou seja, com a diversidade: a interculturalidade, no sentido de uma proposta promotora do diálogo entre culturas, através de valores comuns/universais.

Desta forma, propõe a exaltação da Universalidade dos Direitos Humanos, um cuidado ativo no que concerne ao diálogo mútuo entre culturas e uma educação que atenda à partilha de valores e que esta partilha se alargue a todos através de normas acordadas universalmente, no sentido de uma convivência coesa – que vise uma ética de todos e para todos: uma ética universal, como são exemplo: políticas de discriminação positiva que dão mais oportunidades aos mais desfavorecidos (nos EUA e no Canadá); programas para combater as desigualdades socioeconómicas (França). São exemplos de modelos que atendem a uma promoção de valores que poderão ser partilhados por todos, como o respeito pelo ser humano e os seus direitos, a liberdade e a igualdade, tendo sempre como arma principal o diálogo e a tolerância ativa – indo de encontro a ética universal que acima foi referido.

A interculturalidade tem como objetivo e, portanto, como consequência que todos ganhem com a diversidade cultural, assim é proposto o contacto entre as mais variadas culturas na esperança de que estas se edifiquem mutuamente, com vista a uma convivência harmoniosa e capaz de um maior enriquecimento, afinal se eu não sou o dono da verdade, só me posso enriquecer ouvindo e observando o outro.

Em vista de uma solução que sirva como compromisso, no sentido de estas limitações serem ultrapassadas, devemos enquanto seres humanos adotar uma postura que tenha por base a tolerância, sendo considerada (a tolerância) como um imperativo entre as culturas, ou seja, o modo como todas as demais devem atuar e, desta forma, reconhecer nas outras essa mesma atitude e forma de estar.

Estes conteúdos são, no mundo de hoje, fulcrais para os nossos estudantes para que que os mesmo reflitam e tenham a consciência de que toda a ação tem um resultado e que, como seres sociais e culturais que somos, estas (ações) não nos implicam só a nós, mas também, ao outro (seja ele próximo ou não de nós e do nosso quotidiano) e só assim poderá ser possível uma evolução material e espiritual da Humanidade como um todo.

No tema anterior referimo-nos com frequência a alguns vocábulos como “ética”, no sentido de uma melhor coexistência com o outro e “moral”, num sentido de *código* que permite uma coexistência que se pretende pacífica e igual, é necessário ter em conta que estamos sempre a refletir sobre a ação humana, ação que por si se distingue em algumas dimensões: como a dimensão ético-moral.

A linguagem corrente, não estabelece distinção entre os dois termos, na vida quotidiana usamo-los indistintamente quando afirmamos que, por exemplo, “a mentira é eticamente reprovável” ou que “mentir é moralmente incorreto”, mas entre alguns especialistas encontramos os termos moral e ética como tendo que ver com conteúdos semânticos distintos, embora, correlacionados. Quando estamos perante situações assim, ajuda em grande medida, recorrer à etimologia das palavras, então percebemos que ética surge do étimo grego *êthos*, caráter ou modo de ser; enquanto que moral surge do étimo latim *mos, mores*, costume. Sendo a ética uma reflexão filosófica que responde ao “como se deve viver?” (tendo em linha de conta definir princípios e fins que orientem a ação humana), enquanto que a moral tenta responder ao “o que devo fazer?”, sendo essencialmente um conjunto de normas¹⁹⁷ que são implementados a cada indivíduo quando este adota um comportamento em sociedade.

Consideremos a ética como a arte de viver humanamente, e como vivemos em constante convivência (porque não somos únicos), ou seja vivemos com outros seres humanos, isto exige-nos que cumpramos normas e que os outros também as cumpram, para que possamos viver em harmonia e numa construção que tem como objetivo primeiro uma vida boa e, portanto justa, para todos. Aqui é necessária “(...) uma complementaridade entre “pensar, “conhecer” e “agir” que constitui, em última análise, a estrutura da vida humana que,

¹⁹⁷ As normas são padrões que têm que ver com formas de comportamento que marcam o nosso relacionamento com os outros, de seguida, pela apropriação de princípios éticos e de normas morais o indivíduo passa a um ser ético-moral, capaz de também reconhecer o outro como tal.

em diálogo com as circunstâncias, constrói projetos vitais cuja finalidade é a de atingir a plena experiência da Felicidade” (Luís de Araújo, *ÉTICA – temas sociais*, 2010). Basicamente a ética baseia-se num esforço de reflexão por um discernimento que fundamente toda a ação humana.

Todavia é necessário que nós enquanto pessoas que co-habitam com outras pessoas, tenhamos o discernimento de assumir “o domínio de si, a justiça, a coragem e a prudência” (Eric Weil, *Philosophie Morale*, 1969, p. 141).

Como sujeitos éticos e morais, precisamos de ter como ponto de partida e como ponto de chegada em qualquer das situações da nossa vida, o seguinte: estamos em constante processo antropológico, na medida em que o homem encontra-se num processo evolutivo tendo que ver constantemente com o espaço e o tempo.

De um modo mais particular, na ética encontramos características como a sua dimensão teórica ou reflexiva, ou seja, teórica porque tem uma constante procura filosófica de princípios e finalidades para a humanidade, e reflexiva no sentido em que na Ética não há formulas do “dever ser”¹⁹⁸, nem prescrições; a tendência para a universalidade pertence também à identidade da Ética, pois esta não visa uma abordagem de um problema específico, visa antes um acordo universal válido para o maior número possível de pessoas e de culturas; a importante dimensão de interioridade, porque é precisamente no nosso interior que a reflexão se efetua, não se trata de seguir normas impostas de outrem, é pessoal e por isso passa antes por uma reflexão crítica, que parte de dentro; por fim, na dimensão da ética estamos perante uma preocupação e dedicação com os outros, com o geral, no sentido em que não tem que ver só comigo mesmo mas com questões que se tornam universais, como é exemplo “o que é Bem ou Justo?”.

A moral, por sua vez, tem características que vão mais ao encontro do que é legítimo de ser ou não praticado, ou seja, tem um caráter mais prescritivo ao invés da ética, que como vimos, assenta mais numa reflexão dessas prescrições e, portanto, a ética preocupa-se mais com a justificação e validade da moral – num sentido de uma maior justiça, até para que a pessoa não se fique pelo que lhe é imposto e adote uma atitude curiosa e participativa num mundo que, acima de tudo, também lhe pertence. Posto isto, e como fomos adiantando, a moral visa que tenhamos uma vida moralmente realizada, guiando-se numa dimensão prática que orienta o comportamento dos indivíduos em situações práticas, concretas que lhe surgem diariamente; tem também uma dimensão normativa, ou seja, que estabelece normas/regras de conduta, no sentido de orientação de cada pessoa como um ser individual mas que como vive em sociedade tem de seguir determinados códigos que lhe permitem viver em sociedade de uma forma moderada e coerente; quanto à sua dimensão prescritiva, esta recai no

¹⁹⁸ Receitas de que tem de ser de determinada forma e não pode, de modo algum, ser de outra.

comportamento (x) considerado, em sociedade, o correcto, e este funciona como regulador ou catalizador dos comportamentos; a moral é ainda adquirida, ou seja, o Ser Humano nasce dentro de um código moral de uma cultura e é educado a partir dele – não se fecha neste, mas floresce e tem como função adaptar-se e cumprir com o mesmo; e por fim, a sua dimensão de exterioridade, digamos que é a sociedade que orienta/incita o comportamento de cada pessoa através das suas normas/códigos morais, tendo desde logo um dado comportamento como o socialmente valorizado, isto é, existe um protótipo que se aproxima a um “dever ser”.¹⁹⁹

Nesta medida, percebemos uma correlação que torna ética e moral duas condutas diárias, que de forma involuntária, seguimos ao longo de toda a nossa vida. É importante ainda relançar uma consideração relativa à dificuldade em que incorremos quando estamos perante uma dada situação e temos de tomar uma decisão que implica valores de igual importância, aqui estamos perante dilemas de ordem ético-moral, como é o exemplo do *Dilema de Heinz*, sendo um dos dilemas mais conhecidos de Lawrence Kohlberg, psicólogo Norte Americano, que dedicou parte da sua vida ao estudo do desenvolvimento moral. Este dilema conta a história de um homem que tem a sua mulher doente à beira da morte e só existe um remédio no mundo que a podia salvar (remédio que foi descoberto por um farmacêutico), então Henrique dirige-se ao farmacêutico, explica a situação da sua mulher e pede encarecidamente o medicamento, o qual o farmacêutico nega pois diz ter sido ele quem o descobriu e, portanto, exige uma quantia monetária que ultrapassa por completo as possibilidades de Henrique. Henrique fica desesperado, não sabe mais o que fazer e pensa, em situação de desespero e amor à sua mulher, assaltar a farmácia para conseguir o medicamento, uma vez que, não vê outra alternativa.

A questão que aqui se coloca é: deve Heinz assaltar a farmácia para roubar o medicamento e salvar a sua mulher? Aqui há questões sobre as quais se tem de pensar: os valores em causa; o que faríamos no lugar de Heinz?; de qualquer das formas seria um valor violado?, e essencialmente pensar sobre o como é possível cumprir todas as leis, e assim ser um homem plenamente justo, se estas leis, sejam elas morais ou jurídicas, nos ordenam ações contrárias?.

Como ser justo, premido entre o dever de socorrer a própria mulher e o dever de não roubar? Estamos perante um caso que não é de fácil solução, consideramo-lo então um dilema, ora vejamos, é uma das muitas situações de todos os tempos, e ainda mais dos nossos dias, em que, qualquer que seja o nosso modo de proceder, aparentemente implica violar uma norma moral e agir, portanto, contra a virtude.

¹⁹⁹ No sentido de ser de uma determinada maneira, em que a autonomia tem de se revestir de algumas normas/códigos que possibilitam uma vivência entre todos os seres sociais (independentemente de onde são ou de como pensam).

A importância dos dilemas de ordem ético-moral nestes conteúdos programáticos são consideráveis, até porque hoje são debatidos diariamente assuntos como aborto, eutanásia, roubo, violação de direitos humanos e, regra geral, estamos num contra balanço, em primeiro lugar porque somos seres que além de racionais também somos afetivos e, nessa medida, a imparcialidade em casos como estes (sejam eles de maior ou menos grau, como pode ser um dilema que tenha que ver com o valor da amizade e o valor da verdade) são sempre complexos de ter uma sentença final na hora de tomarmos determinadas decisões. Se pensarmos sobre isto deste cedo, só estaremos num processo de enriquecimento e de alerta para agirmos sempre da melhor forma, ponderando tudo o que estará imanente à decisão-ação.

Falamos em *norma moral*, e podemos falar em *intenção ética*, serão ambas uma e a mesma coisa? De facto não o são, de uma forma geral as normas morais servem como que de guias da ação, correspondendo a regras/imposições, estando em constante alteração e, por isso, não são absolutas. Se as normas conduzem, de certa forma, a impasses práticos, então é necessária a intenção ética, para lhes dar vida (aplicando e até reformulando-as).

É clara a diferença entre norma e intenção até pelo próprio significado de ambas as palavras que desde cedo foi utilizado (norma: que desde cedo significou esquadro, ou seja, algo com direção extata para determinado fim – e, portanto, igual para todos e intenção que do latim significa oportunidade, ou seja, tem mais que ver com o “eu” – com o que eu entendo como sendo o princípio pelo que me quero reger). A intenção é, de certo modo, mais própria “As minhas intenções são inclinações conscientemente aceites e assumidas por mim(...) a intenção é sempre intenção de realizar algo, é sempre ativa” (Mosterín, *Racionalidade y Acción Humana*). Com isto percebemos que se a intenção tem que ver com o que é assumido, em consciência, por mim ela é fundamento interior, de ressaltar (como vimos através dos dilemas de ordem ético-moral, o problema reside em que nem sempre os costumes e as normas coincidem com a interioridade), temos a norma como padrão de medida ou modelo de uma sociedade e como o indivíduo vive em sociedade, este confronta-se sistematicamente e na sua intenção ética com as normas morais em vigor – podemos falar num confronto/dilema entre a autonomia e a heteronímia.

Em parte, é por tudo isto, que as alternativas morais individuais já se encontram numa forma de quase canonização, criando-se um paralelo entre os códigos externos e a nossa autodeterminação. É importante lembrar que nem todas as normas são universais, daí os dilemas que acima tratamos, além disso, é de realçar que o facto de questionarmos e pormos em causa tudo o que vá contra a dignidade humana é fundamental para vivermos num mundo melhor e mais capaz de olhar o outro como se olha si mesmo.

Em jeito de conclusão, é fundamental percebermos todas estas ideias que estão em volta da ética e da moral, de modo a que, estes se interliguem como de facto acontece no

nosso quotidiano. Assim, a ética é a moral refletida – esclarecendo-a, ao invés disso a moral é, de facto, a moral vivida que vai fundamentar a reflexão ética, a ética responde assim à pergunta: “como devemos viver?”, enquanto a moral tende a responder ao: “como havemos de agir?”.

O ser humano vai edificando aquilo que é, a sua identidade pessoal, pela interação social, daí que nas próximas aulas os estudantes irão compreender precisamente: a dimensão pessoal e social da ética – o si mesmo, o outro e as instituições, na medida em que, a ética e a moral, não teriam qualquer sentido se o ser humano não fosse um ser de ordem natural que se desenvolve em comunidade, pelo respeito de si e do outro. Assumindo assim o homem, um estilo de vida que como Aristóteles entende consistiria num estilo de vida capaz de proporcionar a felicidade e esta não surge do acaso, mas sim da experiência de certas virtudes.²⁰⁰

Bibliografia

Abrunhosa, M., Leitão, M.(2003). *Um outro olhar sobre o mundo*. Porto: Edições ASA.

Almeida, A. (2003). *Dicionário Escolar de Filosofia*. Lisboa: Plátano Editora.

Almeida, A. (2007). *Arte de Pensar 10º ano – Vol. 1*. Lisboa: Didática Editora.

Almeida, A., Murcho, D. (2014). *50 Lições de Filosofia 10.º Ano*. Didática Editora.

Alves, F., Arêdes, José., Bastos, P. (2013). Lisboa: Texto Editores.

Araújo, Luís. (2010). *Éticas –Temas Sociais*. Editora: Apoio Cliente.

AAVV. (1992). *Concepciones de la ética*. Madrid: Editorial Trotta.

Ricoeur, P. (2014). *O discurso da ação*. Lisboa: Edições 70.

Ricoeur, P. (1990). *Ética e Moral*. Traduzido por: António Campelo Amaral.

Savater, F. (2013). *Ética para um jovem*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.

Weil, E. (1969). *Philosophie Morale*. Paris.

²⁰⁰ Aristóteles, um dos pensadores mais influentes da Filosofia ocidental, autor dos primeiros tratados sistemáticos de Ética – *Ética a Nicómaco*, sendo a verdadeira felicidade resultado da atividade humana, tendo de ser esta atividade *perfeita, contínua, tranquila, agradável* e, acima de tudo, *auto-suficiente* (com vista a um fim pleno).



Agrupamento de Escolas Aurélia de Sousa

3. Dimensão da ação humana e dos valores

3.1. A dimensão ético-política – análise e compreensão da experiência convivencial

3.1.3. A necessidade de fundamentação da moral – análise comparativa de duas perspetivas filosóficas

Regências nº 14 e 15

3º Período

10º B

Orientadora Cooperante: Dr.^a Blandina Lopes

Professora Estagiária: Rafaela Francisca Cardoso

Porto, 2016



Dados de Identificação

Disciplina: Filosofia		Ano de Escolaridade: 10º		Turma: B	
Tema: Dimensão da ação humana e dos valores Unidade: A dimensão ético-política – Análise e compreensão da experiência convivencial Subunidade: A necessidade de fundamentação da moral – análise comparativa de duas perspectivas filosóficas			Sumário: Conclusão do assunto sumariado na aula anterior. Moralidade, Autonomia e Dignidade Humana. Sistematização da ética kantiana. Introdução à ética consequencialista/utilitarista de John Stuart Mill.		
Data: 13/04/2016		Duração: 100 minutos		Regência nº: 14 e 15	
				Lição nº: 73 e 74	
Objetivos gerais: <ul style="list-style-type: none">• Desenvolver a moral kantiana;• Analisar duas teorias éticas: teoria deontológica de Kant e a teoria consequencialista/utilitarista de Stuart Mill			Objetivos específicos: <ul style="list-style-type: none">• Compreender a ética kantiana do dever;• Distinguir o plano da moralidade do plano da legalidade;• O que caracteriza a moralidade, a autonomia e a dignidade humana;• Contrapor uma ética deontológica a uma ética consequencialista/utilitarista.		

Conteúdos Programáticos	Objetivos/Competências	Conceitos nucleares	Recursos/Estratégias	Avaliação	Tempo
II- A ação humana e os valores	<ul style="list-style-type: none"> Compreender a relevância de uma ética do dever em kant; 	<i>Ação</i> <i>Dignidade Humana</i> <i>Imperativo</i>	Sumário;	Pontualidade;	5 min
3 – Dimensões da ação humana e dos valores	<ul style="list-style-type: none"> Distinguir imperativo hipotético de imperativo categórico; 	<i>Ética</i> <i>Felicidade</i> <i>Intenção</i>	Correção dos trabalhos de casa – Atividade 1, pág. 129 do manual adotado;	Material;	5 min
3.1. A dimensão ético-política – análise e compreensão da experiência convivencial	<ul style="list-style-type: none"> Definir e contrapor o plano da legalidade com o plano da moralidade; 	<i>Computador</i> (programa Microsoft PowerPoint); <i>Legalidade</i> <i>Moral</i> <i>Norma</i> <i>Prazer</i>	Análise do texto - <i>Kant e o imperativo categórico</i> , em contraponto com o quadro comparativo “Imperativo hipotético – Imperativo	Integração com os colegas;	40 min
				Comportamento;	
				Participação pertinente (autónoma e apropriada);	

<p>3.1.3. A necessidade de fundamentação da moral – análise comparativa de duas perspectivas filosóficas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a correlação entre moralidade, autonomia e dignidade humana; • Distinguir uma ética deontológica de uma ética consequencialista/utilitarista; • Caracterizar o utilitarismo/consequencialismo na perspectiva ética de Stuart Mill. 	<p><i>Racionalidade</i></p> <p><i>Utilidade</i></p>	<p>categórico ou Imperativo da moralidade” presente no <i>PowerPoint</i> ;</p> <p>Realização da atividade da pág. 132 do manual adotado por forma a consolidar conhecimentos;</p> <p>Textos para análise intitulados por:</p> <p>I. <i>Kant e o imperativo categórico</i></p>	<p>Adequação e articulação dos conceitos previamente adquiridos;</p>	<p>10 min</p> <p>20 min</p> <p>15 min</p>
--	---	---	---	--	---

			<p>II. <i>Crítica à ética Kantiana</i></p> <p>Situação – problema;</p>	<p>Rigor e qualidade das respostas dadas.</p>	<p>5 min</p>
--	--	--	--	---	--------------

Fundamentação Científica

Duas coisas enchem o meu coração de admiração: o céu estrelado por cima de mim e a lei moral em mim.

Kant, Crítica da razão pura

A presente aula insere-se na unidade II – a ação humana e os valores, mais especificamente o tema 3.1.3 – A necessidade de fundamentação da moral – análise comparativa de duas perspetivas filosóficas. No seguimento de aulas anteriores, a aula terá início por forma a dar continuidade, em jeito de sistematização, à ética kantiana do dever, bem como proceder, de forma introdutória, à ética consequencialista/utilitarista de Stuart Mill. Desta forma, é fundamental compreender que a ética kantiana é uma ética do dever, na medida em que, o bom é o que o dever ordena à vontade, o autor considera a moral como *praticamente* necessária, sendo a boa vontade a faculdade do espírito humano capaz de contrariar a força dos desejos e inclinações sensíveis e, ainda, de determinar a ação de acordo com o imperativo moral (imperativo categórico). Assim “[n]este mundo, e até também fora dele, nada é possível pensar que possa ser considerado como bom sem limitação, a não ser uma só coisa: uma boa vontade”²⁰¹. Compreende-se que a boa vontade não o é por aquilo que se propõe a realizar ou que atinge como resultado das suas inclinações, mas sim pelo querer, ou seja, em si mesma.

Partiremos com o pressuposto do conceito de *dever* “que contém em si o de boa vontade, posto que sob certas limitações e obstáculos subjetivos, limitações e obstáculos esses que, muito longe de ocultarem e tornarem irreconhecível a boa vontade, a fazem antes ressaltar por contraste e brilhar com luz mais clara”²⁰². Desta forma, as minhas ações têm de ser praticadas *por dever*, genuinamente pela minha própria ideia de que é meu dever proceder de determinado modo e nunca *contrárias ao dever*, por não seria dignas de moralidade e, portanto, desprovidas de valor moral. É de ressaltar ainda as ações *conforme ao dever* que pertencem ao plano da legalidade, na medida em que, efetivamente a ação é correta, mas está implícita a esta ação um interesse particular, ou uma inclinação pessoal. Assim pertencerá ao plano da legalidade, no sentido em que de facto o é na exterioridade de toda a ação, mas jamais se poderia, segundo Kant, considerar como pertencendo ao plano da moralidade, pois para se inserir neste último plano, que decorre do agir genuíno *por dever*, teria essa ação de ser desprovida de qualquer interesse com vista a um resultado favorável para meu uso posterior, ou seja, com uma inclinação egoísta.

²⁰¹ Kant, I. (2001). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, p.31. Porto: Porto Editora.

²⁰² Idem, p. 35

Remetendo às palavras do filósofo Immanuel Kant, consideremos “[e]u afirmo porém que, neste caso, uma tal ação, por conforme ao dever, por amável que ela seja, não tem contudo nenhum verdadeiro valor moral (...) pois à sua máxima falta o conteúdo moral que manda que tais ações se pratiquem não por inclinação, mas *por dever*”²⁰³. Consequentemente, o valor moral da ação não está nas consequências destas, mas antes na verdade que parte do ser racional, capaz de discernir e, dessa forma, agir por amor ao dever.

Surge a necessidade de encontrar conformidade com uma lei universal que encaminhe as nossas ações, que sirva de princípio exclusivo à nossa vontade, na sequência desta lei universal, quando estou perante a ponderação de que ação tomar, devo pensar se quero que a minha máxima se torne uma lei universal, solucionado assim as dúvidas relativas ao que devo e não devo fazer, no caso da resposta ser negativa e não desejarmos que determinada ação se torne lei universal então devemos rejeitá-la pois não serviria como princípio a uma legislação universal, não pelos efeitos que dela adviessem mas pelo princípio de coerência para com o dever, por forma, a estarmos a agir moralmente.

Quando estamos perante uma ação boa ou legal significa que esta está de acordo com as normas, o que não a torna moral, na medida em que, para tal esta deveria estar ausente de motivos ou inclinações do âmbito pessoal, como pode ser exemplo o sermos sinceros apenas para ficarmos bem vistos e não num efetivo desinteresse por possíveis consequências de determinada ação por mim praticada. Nesta medida, ao agir *por dever* estamos em conformidade com a lei moral ou imperativo categórico da moralidade, entenda-se imperativo no sentido em que ordena de forma universal e necessária determinada lei. Assim, Kant não procura um conjunto de regras concretas mas antes um fundamento para todas as regras, ou seja, recorrendo ao exemplo anterior não se trata de ser sincera ou não o ser, trata-se sim de encontrar o que está na base da minha opção pela sinceridade ou pela ausência dela. Daí Kant distinguir máximas de leis morais, sendo as máximas referentes aos princípios subjetivos da ação, sendo consideradas válidas apenas para a sua vontade. As leis morais já são de teor objetivo, isto é, são válidas no que se refere à vontade de todos os seres racionais, apontando a forma como se deve agir.

Desta forma, só a máxima que se pode tornar em lei universal possui valor moral, ou seja, quando a máxima é universalizável, possível de ter valor para todos, passa a possuir valor moral, convertendo-se numa lei moral. Sendo a ética kantiana uma ética formal, esta apenas nos dita a forma como devemos agir, mas nunca o conteúdo explícito da lei: falamos em imperativo categórico quando este indica que a ação é necessária e boa em si mesma, independentemente dos fins a que irá servir, enquanto que o imperativo hipotético que apresenta uma ação como meio para atingir determinado fim, como é exemplo: estuda se queres ter boas notas.

A relevância particular que se prende ao imperativo categórico é o de este se prender a fins absolutos, à pessoa humana, possuindo a pessoa um valor exclusivo – o da dignidade. A moralidade,

²⁰³ Idem, p. 36.

adequando-se, pressupõe a autonomia da vontade, por respeito sempre a uma liberdade pertencente ao reino da moralidade. Sendo o ser humano livre sempre que se submete às leis da razão. Desta forma, somos livres, quando cumprimos com o dever e agimos por amor a ele, submetendo-nos à lei moral que em nós existe. Assim o ser humano, afastando-se da animalidade, deve manter-se no plano da racionalidade e agir *por dever*. Encontramos a ética kantiana, centrada no dever e na racionalidade, sendo uma ética formal, de maneira a que não indica regras do como agirmos, mas antes da sua forma, tendo por base uma realização da lei moral.

No entanto, ao longo dos tempos, foram feitas algumas objeções à ética kantiana: a ênfase, muitas vezes excessiva, na natureza racional do ser humano e a desatenção ao lado afetivo inerente à condição humana; a natureza do imperativo categórico, bem como as suas limitações e a atenção dada à ação com negligência das suas consequências.

Em contraponto, será introduzida uma outra perspectiva filosófica através do filósofo inglês Stuart Mill do século XIX que contactou desde cedo com as ideias de Jeremy Bentham, amigo do seu pai e fundador do Utilitarismo. As propostas de Mill pretendem afirmar o Homem, bem como os seus direitos e liberdades fundamentais, sendo a ideia de progressão do espírito humano essencial em toda a filosofia. O utilitarismo clássico adota o princípio hedonista segundo o qual a finalidade da vida humana se funda na felicidade, sendo esta felicidade fruto dos prazeres (ligados ao corpo ou ao espírito). Sendo, na perspectiva de Mill, os prazeres superiores aqueles ligados ao espírito e aos sentimentos nobres como amizade e o amor, sendo os que encaminham efetivamente o homem à felicidade – ao *Bem Supremo*, considerando como boas ações, contrariamente à ética do dever que vimos em Immanuel Kant, todas aquelas que buscam artifícios até se chegar à felicidade.

Segundo a ética utilitarista, que toma como princípio o da maior felicidade, baseia-se numa busca constante da maior felicidade para o maior número de pessoas possível, assim a máxima felicidade encontra-se como objetivo primário de toda a filosofia utilitarista. Nesta medida, a moralidade ou a ausência desta, irá depender das consequências de determinada ação, daí ser uma ética denominada por consequencialista. Assim, se o resultado de uma ação for favorável ao maior número de pessoas possível, será esta ação moralmente correta. Ora, compreende-se que o valor de determinada ação residirá sempre nas vantagens que esta foi capaz de trazer. Ou seja, para Mill “[o] credo que aceita a Utilidade ou Princípio da Maior Felicidade como fundamento da moral sustenta que as ações são justas na proporção com que tendem a promover a felicidade; e injustas enquanto tendem a produzir o contrário da felicidade”.²⁰⁴

É de ressaltar que para o autor a felicidade deve ser entendida como prazer e ausência de dor, em contrapartida, por infelicidade, compreende-se a dor e a ausência de prazer. Deste modo e de uma forma introdutória podemos, desde logo, considerar esta como uma ética consequencialista porque faz

²⁰⁴ Mill, J.S. (2005). *Utilitarismo*, p. 47. Porto: Areal Editores.

depende o valor moral de uma ação das suas consequências; e utilitarista, na medida em que, se baseia pelo princípio da utilidade ou da maior felicidade. De modo substantivo, estamos perante uma concepção teleológica da ética, pois concebe um fim último e toma como definição de bem esse mesmo fim.

Fundamentação Pedagógico-Didática

A presente aula insere-se na unidade II – a ação humana e os valores, mais especificamente o tema 3.1.3 – A necessidade de fundamentação da moral – análise comparativa de duas perspetivas filosóficas. No seguimento de aulas anteriores, a aula terá início por forma a dar continuidade, em jeito de sistematização, à ética kantiana do dever, bem como proceder, de forma introdutória, à ética consequencialista/utilitarista de Stuart Mill.

A aula iniciar-se-á com a correção dos trabalhos de casa, de modo a possibilitar um esclarecimento ao estudante acerca de alguma dúvida que, na realização dos mesmos, tenham surgido. De seguida, será feita uma leitura individual do texto “Kant e o imperativo categórico”, sendo a escolha de uma leitura individual feita para que os estudantes possam ter uma leitura mais atenta e transversal do mesmo, para de seguida este ser lido com o grupo turma e analisado conjuntamente. Terá esta análise como culminar o quadro síntese (que os estudantes registaram no caderno diário na aula anterior) que desenvolve características referentes ao imperativo categórico em contraposição ao imperativo hipotético. A escolha desta estratégia prende-se com a possibilidade de os estudantes ao terem uma visão da oposição existente entre os dois, os possam compreender com um maior rigor.

Aquando do uso do *PowerPoint* será, constantemente, feito um equilíbrio deste com os conteúdos a serem explicitados, bem como com os textos e as atividades recorrentes. Sendo o *PowerPoint* particularmente, utilizado em momentos de exposição de conteúdos fundamentais, no qual se pretende suscitar nos discentes o interesse por um conjunto de pressupostos teóricos que possibilitem a compreensão do todo no que se refere ao “sumo” desta aula.

De seguida, será distribuído um texto de Nigel Warburton, intitulado por “Crítica à ética kantiana”, que servirá como abertura para a explicitação das objeções colocadas à ética kantiana do dever que tem sido vinda a abordar. A presente leitura seguirá o modelo da anterior, desta forma, os estudantes irão ler o texto individualmente e num momento posterior proceder a uma leitura conjunta, bem como à análise pormenorizada do mesmo. A opção de recurso a texto é muito fluente e, de todo, pertinente nas aulas de Filosofia, na medida em que, este permite uma reflexão crítica e, portanto mais aprofundada, dos conteúdos por parte dos estudantes. Além de que possibilita uma discussão mais alargada acerca de determinada ideia, o que por si, é bastante enriquecedor tanto no conhecimento, como no desenvolvimento integral da turma.

Nesta linha do trabalho de texto em sala de aula, considero ainda relevante, destacar que o mesmo “(...) permitirá apreciar as capacidades de detetar elementos essenciais tais como: tema/problema, tese/posição do autor, argumentos/provas despendidos e também apreciar as capacidades de contrapor posições alternativas e explicitar argumentos/provas pertinentes”.²⁰⁵ Na

²⁰⁵Henriques, F., Vicente, J., Barros, M. (2001). *Programa de Filosofia 10 e 11º Anos*, p. 23.

possibilidade de um diálogo sobre o texto, que visa um sentido de procura e de uma reflexão consistente que vá de encontro aos conteúdos que motivam a aula.

Serão ainda realizadas algumas atividades no decorrer da aula, de teor escrito e oral por forma a que os estudantes se familiarizem mais com os conteúdos e, em caso de dúvida, as possam esclarecer em aula. Assim, as atividades a realizar são também uma forma de o estudante, independentemente de um maior ou menor à vontade, poder participar e sentir-se parte integrante de todo o processo ensino-aprendizagem.

A aula será assim conduzida pela apresentação dos conteúdos teóricos em *PowerPoint*, por forma a sistematizar conceitos fundamentais inerentes na análise de texto e também, em consonância com o manual adotado, sendo este um recurso imprescindível na medida em que é um recurso ao qual todos os estudantes podem aceder, bem como no constante diálogo orientado²⁰⁶, tendo sempre em linha de conta, a ambiguidade que o mesmo comporta e, por isso, é fundamental um particular cuidado para que os conteúdos sejam, ou cheguem ao estudantes, da forma mais cuidada possível. Pois como sugeriu João Boavida, “a tentativa de proporcionar o ensino-aprendizagem da filosofia através de um projeto a levar a efeito, cria uma relação diferente do aluno com os problemas, uma abordagem pessoal, motivada e dinâmica, que se aproxima mais daquilo que a filosofia deve ser, do que a transmissão de conteúdos”²⁰⁷.

Neste sentido e como nota final, “[d]aí que a educação seja o maior e mais difícil problema que pode ser confiado ao homem”²⁰⁸, ou seja, é nosso papel servir, da melhor forma possível, as necessidades dos nossos estudantes, correspondendo com a maior coerência possível os conteúdos programáticos, o que implica um refletir aprofundado acerca de recursos e estratégias no desempenho docente, bem como ser-lhes o mais humanos possível para que isso possibilite um efetivo processo ensino-aprendizagem, nas várias variáveis patentes.

²⁰⁶ A utilização da estratégia de diálogo orientado tem como objetivo atenção à linguagem como papel ativo de um caminho mais fácil até à compreensão. Como sugere Manuel Maria Carrilho, “*a linguagem é vista como sendo sempre, no seu uso, resolução de problemas*”.

²⁰⁷ Boavida, J. (2010). *Educação Filosófica – Sete Ensaios*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

²⁰⁸ Kant, I. (2012). *Sobre a Pedagogia*. p. 15 Lisboa: Edições 70.

Bibliografia

- Abrunhosa, M., Leitão, M.(2003). *Um outro olhar sobre o mundo*. Porto: Edições ASA.
- Almeida, A. (2003). *Dicionário Escolar de Filosofia*. Lisboa: Plátano Editora.
- Almeida, A. (2007). *Arte de Pensar 10º ano – Vol. 1*. Lisboa: Didática Editora.
- Almeida, A., Murcho, D. (2014). *50 Lições de Filosofia 10.º Ano*. Didática Editora.
- Araújo, Luís. (2010). *Éticas –Temas Sociais*. Editora: Apoio Cliente.
- Blackburn, S. (2001). *Pense: Uma introdução à Filosofia*. Lisboa: Gradiva.
- Kant, I. (2001). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Porto: Porto Editora.
- Kant, I. (2012). *Sobre a Pedagogia*. Lisboa: Edições 70.
- Mill, J.S. (2005). *Utilitarismo*. Porto: Areal Editores.
- Ricoeur, P. (2014). *O discurso da ação*. Lisboa: Edições 70.
- Ricoeur, P. (1990). *Ética e Moral*. Traduzido por: António Campelo Amaral.
- Savater, F. (2013). *Ética para um jovem*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.

Texto 1

A acção moral e a intenção

Para Kant era óbvio que uma acção moral teria de ser executada por **sentido do dever**, e não apenas como resultado de uma inclinação, de um sentimento ou da possibilidade de qualquer tipo de benefício para o seu autor. Assim, por exemplo, se eu doar dinheiro para acções de caridade por ter profundos sentimentos de compaixão pelos mais necessitados, a minha acção não será necessariamente moral, segundo Kant: se eu agir apenas em função dos meus sentimentos de compaixão, e não em função de um sentido do dever, não teria agido moralmente. Se eu doar dinheiro para acções de caridade por pensar que isso irá aumentar a minha popularidade entre os meus amigos, não estarei, uma vez mais a agir moralmente, mas em função do benefício em termos de estatuto social.

Assim, para Kant, a intenção de uma acção era muito mais importante do que a própria acção e as suas consequências. Ele pensava que, para saber se alguém está a agir moralmente ou não, temos de saber a intenção dessa pessoa.

Não é suficiente saber apenas se o Bom Samaritano ajudou o homem que precisava de assistência. O Samaritano poderia ter agido em função do seu interesse próprio, com a expectativa de receber uma recompensa pelo seu incómodo. Ou então poderá tê-lo feito só porque sentiu uma motivação emocional, e não uma motivação baseada num sentido do dever.

A maior parte dos filósofos morais concordaria com a ideia de Kant de que o interesse próprio não é uma motivação própria para a acção moral. Mas muitos discordariam da sua ideia de o facto de alguém sentir ou não uma emoção como a compaixão ser irrelevante para a nossa avaliação das suas acções. Contudo, para Kant, a única motivação aceitável para a acção moral era o **sentido do dever**.

Nigel Warburton, *Elementos Básicos da Filosofia*,
Edições Gradiva, Lisboa, 1997, pp. 72-73

Kant e o imperativo categórico

Kant acreditava que, como seres humanos racionais, temos certos deveres. Estes deveres são categóricos: por outras palavras, são absolutos e incondicionais – deveres como “Deves sempre dizer a verdade” ou “Nunca deves matar ninguém”. Estes deveres são válidos sejam quais forem as consequências que possam advir de se lhes obedecer. Kant pensava que a moral era um dos aspectos mais distintivos da sua ética. Ele contrastou os deveres categóricos com os hipotéticos. Um dever hipotético é um dever como “Se quiseres ser respeitado, deves dizer a verdade”, ou “Se não queres ir parar para a prisão, não deves matar ninguém”. Os deveres hipotéticos dizem-nos o que devemos ou não fazer se quisermos alcançar ou evitar um dado objectivo. Kant pensava que só existia um imperativo categórico básico: **“Age apenas segundo as máximas que possas ao mesmo tempo querer como leis universais.”** Por outras palavras, age apenas segundo uma máxima que queras aplicar a toda a gente. Este princípio é conhecido como princípio da universalizabilidade.

Apesar de Kant ter dado várias versões diferentes do imperativo categórico, esta formulação é a mais importante e tem sido extraordinariamente influente.

Nigel Warburton, *Elementos Básicos da Filosofia*,
Edições Gradiva, Lisboa, 1997, pp. 74-75

Texto 2

Crítica à ética kantiana

A teoria ética de Kant, e sobretudo a sua noção de universalidade dos juízos morais, é por vezes criticada por ser vazia. Isto significa que a sua teoria só nos oferece um enquadramento que revela a estrutura dos juízos morais sem ajudar em nada os que estão perante tomadas de decisões morais efectivas. Dá pouca ajuda às pessoas que tentam decidir o que devem fazer. [...] Por exemplo, a teoria de Kant não consegue dar facilmente conta dos conflitos entre deveres. Se, por exemplo, eu tenho o dever de dizer sempre a verdade e também de proteger os meus amigos, a teoria de Kant não me poderá mostrar o que devo fazer quando estes deveres entram em conflito. Se um louco com um machado me perguntasse onde está o meu amigo, a minha primeira reacção seria mentir-lhe. Dizer a verdade seria fugir ao meu dever de proteger o meu amigo. Mas, por outro lado, segundo Kant, dizer uma mentira, mesmo numa situação limite como esta, seria uma acção imoral: tenho o dever absoluto de nunca mentir.

*Nigel Warburton, Elementos Básicos da Filosofia,
Edições Gradiva, Lisboa, 1997, pp. 77-87*



O Dilema de Henrique (Heinz)

"Numa cidade da Europa, uma mulher estava a morrer de cancro. Um medicamento descoberto recentemente por um farmacêutico dessa cidade podia salvar-lhe a vida. A descoberta desse medicamento tinha custado muito dinheiro ao farmacêutico, que agora pedia dez vezes mais por uma pequena porção desse remédio.

Henrique (Heinz), o marido da mulher que estava a morrer, foi ter com as pessoas suas conhecidas para lhe emprestarem o dinheiro e, assim, poder comprar o medicamento. Apenas conseguiu juntar metade do dinheiro pedido pelo farmacêutico. Foi ter, então, com ele, contou-lhe que a sua mulher estava a morrer e pediu-lhe para lhe vender o medicamento mais barato. Em alternativa, pediu-lhe para o deixar levar o medicamento, pagando mais tarde a metade do dinheiro que ainda lhe faltava.

O farmacêutico respondeu que não, que tinha descoberto o medicamento e que queria ganhar dinheiro com a sua descoberta. O Henrique, que tinha feito tudo ao seu alcance para comprar o medicamento, ficou desesperado e estava a pensar assaltar a farmácia e roubar o medicamento para a sua mulher."

L. Kohlberg, *Essays on Moral Development*, 1984, in
O.M. Lourenço, *Psicologia do Desenvolvimento Moral*, Coimbra, Almedina, 1992, pp.
86,87

BOA LEITURA!



Power Point 1

2. Os valores - análise e compreensão da experiência valorativa

2.2. Valores e cultura – A diversidade e o diálogo de culturas



Três atitudes face à diversidade cultural



- ❑ ETNOCENTRISMO
- ❑ MULTICULTURALISMO/RELATIVISMO CULTURAL
- ❑ INTERCULTURALIDADE

Interculturalidade



Este ideal tem como ponto de partida o respeito pelas outras culturas, superando as fragilidades do relativismo cultural, ao defender a interação, em pé de igualdade, entre todas elas.

A interculturalidade propõe-se promover os seguintes objetivos:

- Compreender a **natureza pluralista** das nossas sociedades e do nosso mundo.
- **Promover o diálogo efetivo** entre culturas.
- Compreender a **complexidade** e a **riqueza** da relação entre as diferentes culturas, tanto no plano pessoal como no comunitário.
- Colaborar na busca de **respostas comuns e consensuais aos problemas mundiais** que se colocam, nomeadamente, nos âmbitos social, económico, político e ecológico.

O diálogo inter-cultural



Concluindo:

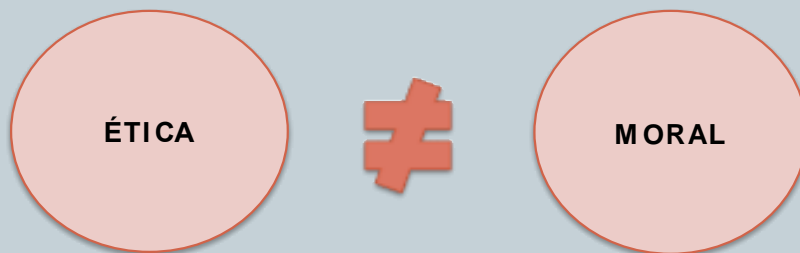
O diálogo entre culturas corresponde a uma exigência do nosso tempo, dada a necessidade de dar respostas comuns a desafios que se colocam a toda a humanidade. Para o levar a cabo é necessário, contudo, ter como base um conjunto de valores ético-morais partilhados, entre os quais se evidenciam os seguintes:

- Salvaguarda dos **Direitos Humanos** (nomeadamente, **liberdade, igualdade e solidariedade**);
- **Respeito efetivo pelas diferenças culturais** (implementação de uma **tolerância ativa**);
- Promoção de uma **atitude dialogante**.

3. Dimensão da ação humana e dos valores

3.1. A dimensão ético-política – Análise e compreensão da experiência convivencial

3.1.1. Intenção ética e norma moral



Distinção **etimológica** dos termos *moral* e *ética*

1. Moral, provém do latim (*mores, mos* ou seja, costume)

- *Como devo agir nesta situação?*

(mais direcionada para a **ação concreta** e **particular**)

2. Ética, provém do grego (*ethos*, isto é, caráter ou modo de ser)

- *Por que devemos agir desta forma e não de outra?*

(mais direcionada para **a reflexão**, com **sentido universalizante**)

Entrevista Fernando Savater



Exemplo de uma dilema de ordem ético-moral:
- ***O Dilema de Henrique (Heinz)***

Pergunta-se: Será correto, nesta situação, o Henrique assaltar a farmácia e roubar o medicamento para a sua mulher?

O que temos em linha de conta?



MORAL

Refere-se ao conjunto de normas seguidas pelos indivíduos de modo a agirem de acordo com o que é considerado bom ou correto. A moral é vivida, relaciona-se com a conduta diária das pessoas, pelo que ninguém escapa à sua esfera.

➤ Características da moral:

- **Dimensão prática/prática** – orienta o comportamento dos indivíduos face a situações práticas, concretas que lhe ocorrem no quotidiano;
- **Dimensão normativa** – estabelece preceitos, normas, regras de conduta;
- **Dimensão prescritiva** – prescreve um determinado comportamento considerado socialmente correto – regula e normaliza comportamentos;
- **É adquirida** – o ser humano nasce dentro de um código moral de uma cultura e é educado a partir dele;
- **Dimensão de exterioridade** – é a sociedade que regula o comportamento de cada indivíduo através das suas normas morais, visando-se um determinado comportamento socialmente valorizado.

Em suma: na Moral, o ser humano para agir corretamente, tem de adequar o seu comportamento a regras já estabelecidas.

ÉTICA

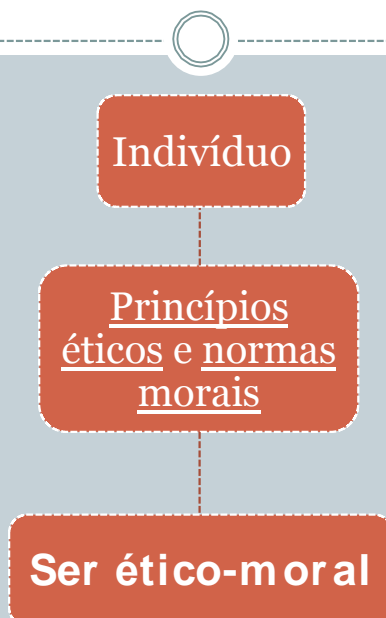
É uma disciplina filosófica que visa refletir (dimensão teórica) criticamente, não só sobre a Moral e sobre os diversos códigos morais de cada cultura, como também sobre os princípios e finalidades da ação humana.

➤ Características da ética:

- **Dimensão teórica/reflexiva** – procura filosófica de princípios gerais e finalidades para o ser humano; ocupa-se de problemas com uma dimensão mais teórica;
- **Abertura reflexiva:** em Ética não há receitas, nem prescrições, mas antes soluções provisórias, negociações mais ou menos consensuais;
- **Tendência para a universalidade** – a Ética não visa uma abordagem de um problema em concreto, visa um consenso universal válido para o maior número possível de pessoas e/ou culturas ;
- **Dimensão de interioridade:** é na interioridade que a reflexão acontece – não se trata de uma questão de adequação a uma norma exterior, mas antes de uma reflexão crítica, interior, sobre essa mesma norma;
- **Preocupação com o geral:** preocupa-se com o geral e não com o acontecimento particular (ex.: O que é o Bem?; O que é a Justiça?).

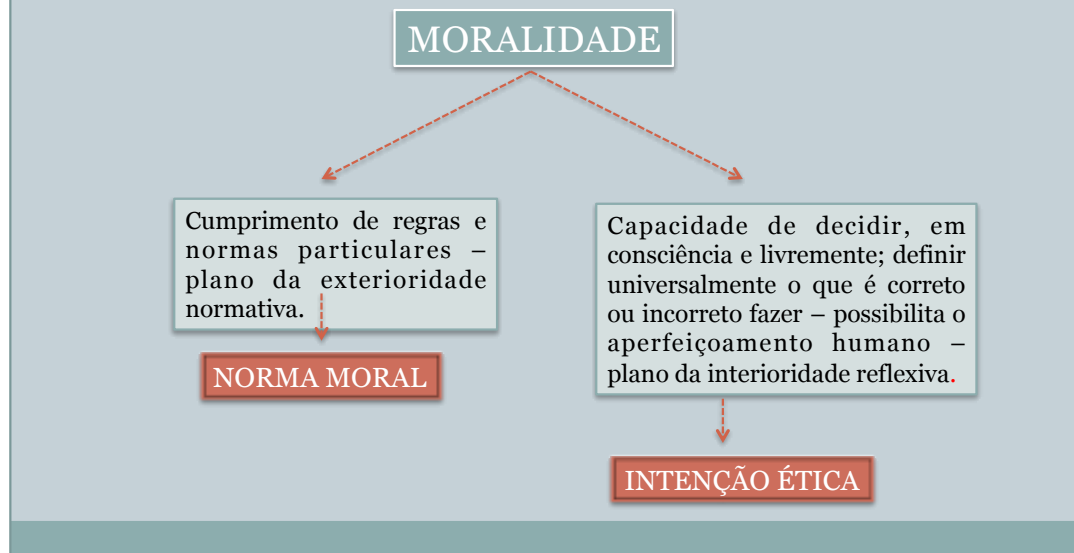
Em suma: A reflexão ética ajuda a dinamizar e a desenvolver os próprios sistemas morais das culturas, combatendo o enclausuramento que neles se possa verificar. **Mas também contribui para que cada pessoa não se encerre na mera aceitação passiva das regras dos códigos morais já existentes.**

Em síntese...



Norma moral e intenção ética

- Qual a diferença entre **norma** e **intenção**?



Power Point 2

A AÇÃO HUMANA E OS VALORES

3 - Dimensões da ação humana e dos valores

3.1.3 - A necessidade de fundamentação da moral – análise comparativa de duas perspectivas filosóficas

10º ano – turma B

Ética deontológica de Immanuel Kant

Éticas deontológicas: (do grego “*deon*”, necessidade, dever). Todas as teorias morais que esclarecem que tipo de ações **devem** ou **não devem** ser realizadas, independentemente das consequências que resultem da sua realização ou não realização. Consideram, igualmente, que existem atos que são corretos ou incorretos em **si mesmos**.

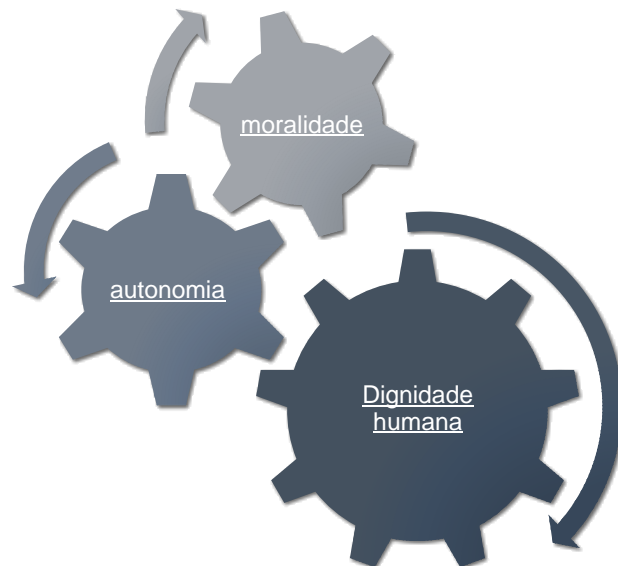
A **ética de Kant** é um exemplo de uma **ética deontológica**.

Ética universal, categórica, formal, rigorista, *a priori*.

- ◆ É **formal** porque não apresenta o conteúdo de normas ou preceitos para conduzir a ação moral; apresenta, antes, a **forma** que essas regras ou preceitos devem respeitar (**o imperativo categórico**). Ou seja, não nos diz **o que fazer em determinadas circunstâncias particulares**, mas **como agir em sentido universal**.
- ◆ Assim, **o critério** para definir se uma ação é moralmente boa ou não, define-se pela sua concordância ou discordância em relação ao **imperativo categórico**. Uma ação é boa quando realiza o **que deve ser feito**. Por conseguinte, a ação de cada sujeito é válida se puder ser universalizada.
- ◆ Immanuel Kant tem em consideração as **intenções** e os **motivos** que levam o sujeito a agir e não as consequências (e nisso distingue-se das éticas materiais e das éticas consequencialistas). Assim, **só uma ação por dever é uma ação moral**.

- ◆ É **categórica** e **universal** porque os seus princípios **valem em todas as situações** e **não dependem das circunstâncias**. Deste modo, podemos dizer que para Kant **existem princípios bons em si mesmos** e **ações boas em si mesmas** (desde que realizados de acordo com **a pura intenção de praticar o bem**).
- ◆ A sua ética caracteriza-se pelo **respeito à lei**: mas o que é a lei? **A lei suprema da moralidade é o imperativo categórico** que nos vem (aos seres humanos) da **razão, de uma forma *a priori***, e ao qual a própria vontade deve submeter-se.
- ◆ O ser humano ao autodeterminar-se pelo poder da sua vontade (que dá a si mesma a sua própria lei, vinda da razão) cumpre-se e respeita-se a si próprio enquanto **ser racional, ascendendo da animalidade à humanidade**.

Moralidade, autonomia e dignidade humana



Podemos dizer, em jeito de conclusão, que a ética kantiana:

- Estabelece racionalmente o **princípio supremo** de toda a moralidade;
- A **boa vontade** como a única coisa que pode ser considerada boa em si mesma;
- O valor da *boa vontade* consiste apenas na **pura intenção** de praticar o bem – dever incondicionado;
- A **legalidade** é capaz de valor social, mas não de valor moral;
- Uma **razão autónoma**, que nos encaminha a agir **por dever** com a pura intenção de praticar o bem;
- O “*eu devo*”, expressa e reafirma a **natureza racional do ser humano** – valor universalmente humano.

Em situação:

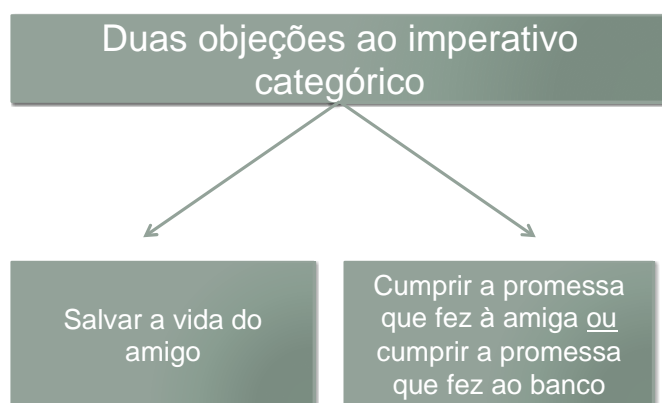
Situação 1 - Estamos em casa com um amigo e alguém bate à porta. É um homem armado que está à procura do nosso amigo, aparentemente com a intenção de o matar, e que nos pergunta se ele está em casa.

Situação 2 – A Madalena promete emprestar dinheiro à Rita, que se encontra com graves problemas financeiros. A Madalena vai para casa e lembra-se que se emprestar dinheiro à Rita não poderá pagar as prestações do carro.



O que diria Kant nestas duas situações?

Crítica à ética kantiana



Deste modo:

Existem alguns aspetos da ética kantiana que levantam algumas questões:

- ❑ A ênfase, porventura excessiva, na **natureza racional do ser humano** e, consequentemente, a desvalorização **da afetividade e das emoções** no comportamento ético-moral;
- ❑ A **natureza do imperativo categórico** e as suas limitações;
- ❑ A atenção preponderante à intenção da ação, **negligenciando as suas consequências** previsíveis ou não.

Ética consequencialista/utilitarista de John Stuart Mill (1806-1873)

- Nasce em Londres em 1806;
- O seu pensamento filosófico torna-o um importante reformista social do século XIX. Defensor da liberdade e da racionalidade;
- Algumas das suas principais obras são: *Sistema de Lógica* (1843), *Princípios de Economia Política* (1848), *Sobre a Liberdade* (1859), **Utilitarismo** (1861), entre outras;
- Influenciado por **Jeremy Bentham** que concebe a teoria utilitarista na obra *Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação* (1789);
- ✧ Segundo Bentham, cada homem atua em função do que considera útil e a felicidade é um cálculo que pode ser medido com parâmetros objetivos. O centro do seu pensamento é o “princípio da utilidade” ou “da maior felicidade”, que considera que o bem supremo que se deve perseguir é a felicidade máxima do maior número de seres humanos.

O Utilitarismo de Stuart Mill

- ✓ Estabelece o Princípio da Utilidade ou da maior Felicidade que se pode enunciar assim: **age sempre de modo a produzir a maior felicidade para o maior número de pessoas;**
- ✓ Propõe a **utilidade** como critério de moralidade das ações, que será medida em termos da **quantidade** de felicidade que proporciona;
- ✓ Define **felicidade** como prazer e ausência de dor (ética hedonista). Distinguindo prazeres superiores e prazeres inferiores;
- ✓ Propõe a felicidade global como ideal moral, ou seja, propõe que o indivíduo subordine os interesses individuais à **maximização da felicidade global;**
- ✓ Altruísmo ético.

“Existem duas concepções distintas da moral: a teleológica e a deontológica. As morais teleológicas (por exemplo, a utilitarista) consideram as consequências dos nossos atos e julgam estes por aquelas (ou seja, pelas suas consequências). Recomendam-nos que façamos uma coisa em vez de outra, porque a primeira contribui mais para a nossa felicidade (ou a dos outros) do que a segunda. As morais deontológicas (como a kantiana) julgam as nossas ações independentemente das suas consequências e da sua contribuição para a felicidade, e em função de presumidos deveres ou valores objetivos que o filósofo deontológico diz captar.”

Jesus Mosterín, *Racionalidad y Acción Humana* (texto adaptado)

Das alíneas apresentadas, quais as situações que nos remetem para a ética utilitarista ou para a ética deontológica:

f) Ajuda os outros para que os outros também te ajudem.

e) Se quiseres que os outros te emprestem dinheiro, paga as tuas dívidas conforme acordado.

c) Sê solidário, porque esse é o teu dever.

d) Se quiseres que os outros te respeitem, deves falar verdade.

b) Cumpre as tuas promessas, porque esse é o teu dever.

a) Diz a verdade, porque esse é o teu dever.



Ficha de Trabalho – Filosofia – 10º ano

Dimensão da ação humana e dos valores

Nome: _____ Ano: ____ Turma: ____

Leia atentamente o texto que se segue e, posteriormente, responda às questões abaixo enunciadas:

“A ética é uma parte da Filosofia que reflete sobre a moral e, por isso, recebe também o nome de “Filosofia moral”. Do mesmo modo que existem dimensões da Filosofia que tratam sobre a Ciência, a Religião, a Política, a Arte ou o Direito, também a reflexão filosófica se ocupa da moralidade e recebe o nome de ética. (...) A verdade é que as palavras “ética” e “moral”, nas suas respetivas origens grega “*éthos*” e latina “*mos*”, significam praticamente o mesmo: caráter, costume.

Ambas as expressões referem-se, ao fim de contas, a um tipo de saber que nos orienta para forjarmos um bom caráter, que nos permita enfrentar a vida com altura humana, que nos permita, em suma, ser justos e felizes. Porque podemos ser um político habilíssimo, um empresário sagaz, um profissional competente, um completo triunfador na vida social, e por sua vez uma pessoa humanamente inapresentável. Daí que a ética e a moral nos ajudem a forjarmos um bom caráter para sermos humanamente íntegros.

Precisamente porque a etimologia de ambos os termos é similar, está sobejamente justificado que na linguagem quotidiana se tomem como sinónimos. Contudo, como em Filosofia é necessário estabelecer a distinção entre estes dois níveis de reflexão e linguagem (...) empregamos para o primeiro nível a palavra “moral” e a palavra “ética” para o segundo.”

Adela Cortina, *O afazer ético*.

- 1. A que tipo de saber se referem as expressões “ética” (*ethos*) e “moral” (*mos*)?**
- 2. Segundo o texto, quando é que uma pessoa é humanamente inapresentável?**